

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT  
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD  
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV  
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

## SUMÁRIO

### 1 – ATAS

- 1.1 – 23ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 1.2 – 48ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
- 1.3 – Comissões

### 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

- 2.1 – Comissões

### 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 4 – COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE

### 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 6 – ERRATAS



**ATAS**

## ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 6/7/2023

### Presidência do Deputado Tadeu Martins Leite, da Deputada Leninha e do Deputado Ricardo Campos

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Suspensão e Reabertura da Reunião – Chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos – Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 822/2023; discursos do deputado Ulysses Gomes, da deputada Lohanna, do deputado Leleco Pimentel, da deputada Bella Gonçalves, do deputado Doutor Jean Freire, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Sargento Rodrigues; apresentação das Emendas nºs 1 a 4; Acordo de Líderes; Decisão da Presidência; não recebimento das Emendas nºs 1 a 3; encerramento da discussão; votação nominal do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, salvo emenda; aprovação; votação nominal da Emenda nº 4; rejeição – Declarações de Voto – 3ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 822/2023; aprovação – Declarações de Voto – Encerramento.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Martins Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Antonio Carlos Arantes – Adriano Alvarenga – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Caporezzo – Carlos Henrique – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Luizinho – Macaé Evaristo – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Cleiton –

Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vitorio Júnior – Zé Guilherme – Zé Laviola.

### **Abertura**

A presidenta (deputada Leninha) – Às 10h7min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### **1ª Parte**

#### **Ata**

– A deputada Lohanna, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

#### **2ª Fase**

A presidenta – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

### **Suspensão da Reunião**

A presidenta – A presidência vai suspender a reunião por 15 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### **Reabertura da Reunião**

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Estão reabertos os nossos trabalhos. Solicito ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado João Magalhães) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 57 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

### **Discussão e Votação de Proposições**

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 822/2023, do governador do Estado, que dispõe sobre o reajuste dos valores de vencimento das carreiras, dos cargos de provimento em comissão e das gratificações de função do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto, na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes – Bom dia, presidente, deputados e deputadas! Bom dia a todas e a todos que nos acompanham aqui hoje! Uma acolhida muito especial a todos que estão nas galerias, aos servidores e às servidoras, aos profissionais da educação, aos profissionais da área da segurança. Tenho certeza de que hoje será um dia importante e memorável pelos avanços e pelas conquistas que nós tivemos no Parlamento.

Eu queria, presidente, amigas e amigos que nos acompanham, pedir a atenção de V. Exa. Queria dividir a minha fala em três aspectos: reconhecimento, agradecimento e, me permita dizer, verdade dos fatos.

Eu não poderia deixar de, inicialmente, falar diretamente a cada um e cada uma dos nossos parlamentares, amigos e amigas que, muitas vezes, nós somos submetidos, neste momento conjuntural em que vivemos, a versões que correm em redes sociais, na mídia. Muitas vezes, e infelizmente, as versões vencem os fatos. Eu quero ter a oportunidade de conversar com cada um e cada uma aqui para que a gente submeta a verdade e os fatos àquilo que aconteceu.

Em um primeiro momento – estão pedindo para aumentar o som –, eu queria me dirigir a cada parlamentar desta Casa para agradecer em nome também do nosso bloco. Eu não tenho dúvida, presidente, de que este momento é um momento de reafirmar o papel do Parlamento como instituição, sobretudo reconhecendo e valorizando o papel de cada um dos deputados aqui. Muitas vezes, as versões que colocam ficam numa disputa de base contra oposição. E a nossa disputa aqui não é contra um deputado ou outra deputada; é contra a forma com que o governo age e, muitas vezes, cobra e submete os seus liderados – aqueles que até apoiam o governo – a posicionamentos de que eles próprios discordam, deputado Cleiton.

Até a gente chegar a esta votação aqui hoje – eu vou contar posteriormente como a gente chegou a ela, pela atuação do bloco e de vários deputados –, existe também um trabalho de cada um dos deputados aqui, independentemente de partido, independentemente de lado, independentemente de apoiar ou discordar do governo. Então eu queria, presidente, deixar registrado aqui o reconhecimento do respeito que a maioria dos deputados tiveram, ao longo desses meses, dessas semanas, no enfrentamento que a oposição fez para que a gente chegasse até aqui. Por esse respeito, por esse diálogo, eu não posso deixar de registrar o agradecimento e o reconhecimento aos senhores deputados e às senhoras deputadas. Mesmo com a cobrança do governo, com o pedido do governo de que não fosse votado esse projeto, os deputados, que, nos bastidores, muitas vezes, não podem se manifestar, foram firmes, porque queriam que esse projeto viesse à votação nesta Casa.

Então àqueles e àquelas que nos acompanham aqui, em especial neste momento em que a gente vota a recomposição do Piso Nacional Salarial dos servidores da educação, eu quero deixar ao Parlamento o reconhecimento.

E, num segundo momento, presidente, deputado Tadeu Leite, a V.Exa., que foi aberto ao diálogo, foi aberto, em todo momento, a tudo aquilo que nós, da oposição, apresentamos como proposta, e foi firme em garantir a vinda dessa proposta a esta Casa. Foi V. Exa. que ajudou na negociação para que o reajuste viesse à pauta, viesse para cá, para a aprovação na Assembleia. Não só ajudou para que o projeto fosse colocado em discussão na Casa, mas também foi firme ao colocá-lo em votação. Parabéns, presidente! Sua postura nos orgulha. Quanto ao seu reconhecimento e ao seu compromisso com aqueles que reconheceram, sob a sua liderança, a disputa no início do ano à presidência da Assembleia, orgulha-nos ter acreditado, ter apostado e ter estado ao seu lado, na certeza de que as pautas que são caras para o Estado de Minas e que se iniciam, sem dúvida nenhuma, na valorização dos nossos servidores, têm o seu compromisso. Obrigado, presidente Tadeu! Mais uma vez, estendo o meu agradecimento a todos os deputados e a todas as deputadas desta Casa.

E também não posso deixar de registrar como que a gente conseguiu chegar aqui, deputado Cristiano, deputado Marquinho. O nosso trabalho me faz remontar ao último dia 17 de maio, dia 17 de maio – trago até uma matéria –, quando nós, da oposição... Está aqui, na matéria da Itatiaia do dia 17 de maio, publicada às 15h43min, sob o título: “Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Oposição anuncia obstrução até que Zema apresente reajuste salarial dos servidores”. Há cerca de dois meses, nós não tínhamos nem o indicativo do governo de apresentar um projeto nesta Casa, para reconhecer a importância de se valorizar os servidores públicos de Minas Gerais. E foi, exatamente neste Plenário, nesta tribuna, que nós viemos anunciar o posicionamento da oposição de obstruir a pauta desta Casa até que o governo encaminhasse para a Assembleia Legislativa o projeto de recomposição salarial dos servidores. Obviamente, quando se anuncia esse tipo de ação, nós corremos novamente risco naquilo que eu falei inicialmente, sobre as versões que cada um conta. E o governo, então, começou a contar a versão de que não tinha dinheiro, mas tinha para aumentar o salário dele. Falou que não tinha condições de pagar o salário aos servidores, mas, para dar isenção à locadora, ele tem; para isentar, para dar benefício, ele tem. E, assim, as versões são colocados na sociedade, e aqueles e aquelas que não acompanham o dia a dia da política não têm condições de cruzar as informações.

Mas hoje cai a mentira, que tem perna curta, deputada Bella. A mentira acaba, e a verdade vem à tona. Tudo aquilo que o governo tentou, a todo momento, dizer que nós estávamos obstruindo e que éramos contra e que não seria reajustado o salário dos servidores por conta da oposição, está aí. Esta aí porque ele não sustentou lá fora, porque os professores não acreditaram, ele não

sustentou na sociedade, ele não sustentou nem na própria base dos deputados, que queriam e querem e vão votar aqui hoje. Eu tenho certeza de que será de forma unânime o reajuste dos servidores. Então há um papel – quem quiser pode dizer – de um jogo político, uma negociação, uma pressão. Há, sim, mas a gente não pode esconder, por trás dessa pressão, a verdade.

A verdade, deputado, meu querido companheiro, líder, deputado Doutor Jean, é que o trabalho que nós fizemos, de envolver a sociedade, os sindicatos, os professores, os servidores para que a gente fizesse pressão – a gente sabe a condição que o Estado tem –, no caso específico da educação, de valores e de recursos vinculados, de valorizar os servidores... Nós tínhamos a certeza de que o que nós começamos a fazer, há dois meses, traria resultados. Ataques, mentiras, pressão – não é fácil suportar tudo isso. A deputada, companheira Bia, que está aqui, foi fortemente atacada pelo Partido Novo, pela estratégia do governo. Estamos todos nós de cabeça erguida. Nós temos certeza absoluta dos passos que nós seguimos para chegar até aqui. Então, amigos, amigas, companheiras deputadas e companheiros deputados, nosso Bloco Democracia e Luta, vale a luta, valeu a luta, e hoje nós vamos ter essa certeza da conquista de uma luta, que é compartilhada com cada deputado e deputada desta Casa, que votará, e ela tem a digital de quem acreditou desde o primeiro momento, que não se submeteu nem se curvou à pressão e ao jogo de mentira.

E o governo continua tentando. Conforme matéria do dia 30 de maio, 15 dias depois do início da nossa obstrução, o governo Zema propõe 12,84% de reajuste para o piso salarial da educação. Aí, a matéria diz que o governo propõe, mas ele não diz porque ele propôs, porque ele precisava voltar o diálogo a esta Assembleia, porque nós não cederíamos à negociação se não fosse colocado em pauta o reajuste dos servidores, conquista desse trabalho de enfrentamento nesta Casa.

Dando sequência aos fatos, para a gente mostre e prove claramente o que aconteceu nesta Casa, no dia 27 de junho, na semana passada, a Assembleia aprova, em 1º turno, o reajuste de 12,84%, o que obviamente provou e nos deu condição de chegar aqui. Só que, no meio disso, no meio do impasse sobre o reajuste, Zema, infelizmente, no dia 30, logo em seguida, está em outra matéria. O governador afirmou que não haveria aumento para as outras categorias. E, aí, eu não posso deixar de registrar aqui que nós estamos discutindo algo, e nós pedimos isso e tentamos provar a importância ao governo da valorização dos nossos servidores e que fossem, no mínimo, discutidos a recomposição para os demais servidores e o piso dos profissionais da educação, enfim, a todos, a recomposição de 2022 referente às perdas inflacionárias. Nem isso o governador foi capaz de reconhecer para os demais servidores.

No entanto, nós não podemos deixar de lembrar do ano passado, da luta que nós tivemos ainda na primeira gestão do governador Zema, o embate que nós tivemos na Casa ao votarmos e aprovarmos o reajuste aos servidores. Quero resgatar o dia 12 de fevereiro do ano passado – está aqui a matéria –, na verdade, dois anos atrás, os deputados mais antigos vão se lembrar e outros que não estavam nesta Casa. Está aqui uma matéria do jornal O Tempo que lembra sobre o reajuste: “Zema nega reajuste aos professores e pede sacrifício à categoria”. Então, a nossa luta de oposição aqui não é só agora deste ano e deste governo. Ela é uma luta que a todo momento tenta provar aquilo que é fato, aquilo que está nas contas. É sobre aquilo que existe dinheiro vinculado para fazer e que o governador nega a todo momento. “Projeto do governo prevê reajuste de 41% até 2022 para servidores de segurança. Demais categorias reivindicam o mesmo.” Nós vamos lembrar os companheiros da segurança quando o Zema vetou um projeto de reajuste à segurança pública – e nós votamos aqui. Era um compromisso do governador, mas que foi vetado por ele.

Em abril do ano passado, em nova matéria: “O governador Zema veta reajuste extra a servidores da educação, da saúde e da segurança pública”. Meses depois, em campanha, ele afirma que o seu compromisso era valorizar os servidores e, no mínimo, garantir a recomposição das perdas inflacionárias, mas os fatos estão registrados na mídia, na história e no dia a dia de cada um e de cada uma.

Estou trazendo aqui para todo mundo se lembrar do enfrentamento do governador aos servidores ano a ano. Em abril do ano passado: “Deputados derrubam veto de Zema sobre o reajuste da educação, da saúde e da segurança”. Nós votamos o reajuste, que foi aprovado e encaminhado para o governador, que o vetou. O veto veio para esta Casa, nós o derrubamos, mas em seguida o governador faz o quê? Quem acompanha sabe, mas eu vou registrar e trazer novamente aqui. Em abril do ano passado: “Zema vai ao

Supremo Tribunal Federal contra o reajuste ampliado dos servidores”. Infelizmente, logo em seguida, 10 dias depois, sai a decisão do Supremo, e a matéria é muito clara: “Zema comemora suspensão do Supremo Tribunal Federal sobre o reajuste dos servidores públicos de Minas Gerais”.

Então, meus amigos e minhas amigas, não satisfeito em prejudicar os servidores; não satisfeito em descumprir o acordo; não satisfeito em ganhar no Supremo e derrotar um reajuste legítimo, votado e aprovado nesta Casa e comemorar isso; não satisfeito, o governo ainda entra na Justiça contra o sindicato por greve. O Sindicato dos Professores de Minas Gerais é multado por R\$3.000.000,00. Zema ainda penaliza o sindicato, porque essa é a forma de governar. Diferente do TikTok, diferente do final de semana lavando louça e se pousando de humilde, nos bastidores da política, no Supremo Tribunal Federal, Zema persegue, descumpe acordo e penaliza servidores.

Quero valorizar o trabalho de cada deputado e de cada deputada aqui da oposição que enfrentou a duras penas os ataques e as mentiras a todo momento, mas também os deputados da própria base do governo que não aceitou a pressão e se dispôs a votar aqui. É um trabalho dos deputados, que eu faço questão de valorizar e de reconhecer a cada momento. Eu não quero me estender muito porque nós queremos, na verdade, não só votar o reajuste dos servidores mas também queremos discutir. E eu queria convidar todos os deputados e todas as deputadas aqui, que têm certeza que vão nos ajudar, a assinarem uma emenda para a gente votar logo depois do projeto, a fim de dar um prazo para que o governo pague o retroativo aos servidores. Porque o projeto prevê o reajuste de 12,84% retroativos a 1º de janeiro, mas o projeto não diz até quando serão pagos esses seis meses retroativos. Então nós estamos propondo uma emenda para que o nome de todos os deputados e de todas as deputadas do nosso bloco que vão assinar... E nós vamos convidar os demais deputados para que a Assembleia mostre o seu compromisso e, obviamente, garanta aos servidores e às servidoras da educação que não só terão reajuste mas que tenham, nos próximos meses, a garantia do pagamento do retroativo dos últimos meses. Eu vou deixar ali junto com os companheiros para que assinem conosco a emenda coletiva de pagamento do retroativo... Quem poderia... Deputado Celinho e deputado Marquinho, que estão aqui, a gente já podia colher as assinaturas dessa emenda, enquanto acontecem as discussões, para que todo mundo possa assiná-la.

Para encerrar, companheiros e companheiras, eu queria pedir o apoio de todos em uma emenda importante que nós temos – além desta e além do projeto –, que é a emenda de reajuste aos servidores da segurança pública, que também estão aqui. Nós enfrentamos, volto a dizer, ataques, perseguições e mentiras, na certeza de que nós chegaremos neste dia aqui para garantir o reajuste, mas também para fazer com que a emenda estenda esse benefício aos servidores e profissionais da segurança pública. A oposição toda assinou. Todos e todas. Absolutamente todos os deputados do nosso bloco assinaram essa emenda, e nós vamos também encaminhá-la, de forma favorável, pedindo o apoio de todos os deputados e de todas as deputadas.

Por fim, quero dizer a todos e a todas aqui, aos servidores, a todos que nos acompanham que a nossa luta não se encerra aqui. Daqui algumas horas, tenho certeza de que teremos a conquista ao aprovarmos esse reajuste e as emendas a ele apresentadas, mas há um desafio maior pela frente. O governo ainda insiste em querer aprovar nesta Casa algo que ainda é mais penoso do que aquela luta de conseguir, ano a ano, o seu reajuste, que é um Regime de Recuperação Fiscal, que imporá, a cada um e a cada uma aqui e a todos os Poderes do Estado, perder a possibilidade de discutir um reajuste salarial pelos próximos nove anos. Então se nós estamos achando importante essa conquista, reconhecendo a luta que nós travamos, ao longo dos meses, para chegar até esse reajuste, nós temos de continuar alertas, nós temos de continuar mobilizados, para não permitir que este Regime de Recuperação Fiscal seja aprovado nesta Casa.

Da nossa parte, do Bloco Democracia e Luta, há o nosso compromisso. Existem muitos deputados aqui que, eu sei, apoiam o governo e também são contra esse regime e continuarão firmes conosco nos bastidores apoiando. E nós vamos seguir contando, para cada canto deste estado, da importância que é derrubar esse projeto, porque ele é ainda mais penoso não só para os servidores, mas

sobretudo para as políticas públicas do Estado, que seguirão, pelos próximos nove anos, sem reajuste, sem investimento, o que vai diminuir consequentemente o atendimento à nossa população que tanto precisa.

Então, da nossa parte, fica o nosso compromisso de continuar seguindo nessa luta. Parabéns por essa conquista. Vamos juntos garantir o apoio a cada fala de cada deputado para termos, na hora da votação, o maior número de deputados apoiando esse tão importante reajuste de reconhecimento e valorização dos nossos profissionais da educação. Muito obrigado. Parabéns a todos.

O presidente – Obrigado, deputado Ulysses Gomes. Com a palavra, para discutir, a deputada Lohanna.

A deputada Lohanna – Bom dia, gente! A luta vale a pena, a luta sempre vale a pena! Bom dia, colegas deputados e deputadas; bom dia aos servidores da Casa, ao público que nos assiste.

Gente, hoje finalmente é uma manhã de pauta positiva! O governo – por um milagre? Não! Por que Deus mandou? Não! –, por causa do bloco de oposição, enviou uma pauta boa para a Assembleia. Finalmente a gente tem coisa boa para votar aqui hoje. Sabe por que, presidente? A gente tem percebido um movimento, que é muito preocupante, do governo de oposição – o governador de oposição. O Zema é um governador que só fala que o Estado está falido; que só fala que não tem como fazer nada de bom para o povo, não tem como fazer nada de bom para o servidor; só reclama, só fala de problema do Estado. É a primeira pauta boa que o governo envia para a Casa por pressão nossa. Nós votamos outros projetos bons ao longo deste ano, todos de parlamentares. Até que enfim! É por isso que a luta e a obstrução valem a pena, gente. Então é muito importante que a gente saiba o peso que a luta faz aqui nesta Casa.

O deputado Ulysses Gomes, líder do nosso bloco – orgulhosamente meu líder –, falou um pouco aqui sobre o histórico por que a gente passou. Se nós não tivéssemos travado a pauta na Casa, esse PL não estaria aqui. Nós não teríamos a oportunidade de garantir aos trabalhadores da educação aquilo que é direito deles pelo Fundeb e de ter a discussão tão importante para os outros servidores, a discussão que o governo fecha os olhos para fazer – o governo fecha os olhos.

Gente, eu queria trazer aqui... Eu prometi aos colegas que eu não falaria muito longamente – sabe, Macaé? –, então, eu vou tentar falar bem rapidinho para a gente votar. Mas eu queria discutir uma coisa muito rapidamente com vocês. Vocês estão vendo, gente, o governador viajando pelo País, falando de reforma tributária e de como Minas está nos trilhos? Eu estou vendo; eu estou vendo, presidente, o governador passeando pelo Brasil, fazendo pré-campanha para presidente com dinheiro público para dar pitaco em reforma tributária, dar pitaco nas contas dos outros lugares e falar sobre como Minas está nos trilhos.

Presidente, o que eu queria falar? Se o senhor ou se qualquer deputado mais antigo e mais experiente aqui tiver o telefone de algum governador, mande-o para mim, porque eu vou mandar a matéria da Itatiaia, em que ele fala que, se começar a pagar a dívida, vai atrasar salário. O grande gestor, que está indo dar palestra em tudo quanto é estado para contar da sua grande gestão, não dá conta de pagar um mês da dívida. Um mês da dívida já vai acabar com o Estado?

Seria muito interessante que o governador Romeu Zema se preocupasse com Minas Gerais, já que ele acabou de ser reeleito. O povo mineiro confiou nele num processo democrático, num processo legítimo. Não foi a minha escolha, mas foi a escolha do povo mineiro. Então seria muito importante que ele estivesse preocupado com Minas Gerais e não com a sua pré-campanha a presidente da República, viajando pelo País, enquanto diz aqui, na imprensa mineira, que, se começar a pagar a dívida, não vai dar conta de fazer com que os compromissos sejam honrados.

Eu também quero dizer, gente, quero deixar aqui a minha solidariedade aos outros servidores. Os servidores da educação já são tão desrespeitados por este governo e por outros que passaram. Pelo menos o Lula construiu o Fundeb para salvaguardar vocês – pelo menos isso. Então eu queria deixar a minha solidariedade aos outros servidores que estão passando por esse processo, que, na minha opinião, é um processo que desrespeita os concursos públicos em que vocês passaram; é um processo que desrespeita as horas que vocês trabalham; é um processo que desrespeita as vidas que vocês colocam em risco – a vida de vocês mesmos em risco –, porque o governador não cumpre uma promessa de campanha. Está lá, gente, na pág. 18 do plano de governo do governador,

protocolado em cartório, o compromisso com a recomposição inflacionária ano a ano. Aí eu pergunto aos líderes governistas: como justificar uma traição desse tamanho para o povo mineiro? Como justificar que o governador colocou no plano de governo o compromisso ao menos com a recomposição salarial? A gente nem está falando de aumento, de recomposição inflacionária. Para ele pode, para a Localiza pode, para ele pode, para os amigos dele pode, para os secretários dele pode, mas para vocês não pode cumprir algo que ele prometeu em campanha.

Então eu deixo a minha solidariedade a cada um e a cada uma de vocês e digo para vocês aqui, de público, no Plenário da Assembleia, o que eu falei no WhatsApp para vários que me mandaram mensagem: não gastem o tempo precioso de vocês pressionando a gente, do Bloco Democracia e Luta. O nosso voto já é de vocês. O nosso voto já é de vocês. Gastem o tempo precioso que vocês têm até a votação mandando mensagens, fazendo a pressão legítima, mas respeitosa e civilizada sempre, nos colegas deputados que estão na base governista, porque eles estão sofrendo chantagens covardes do governador Romeu Zema. Vários deles querem votar com vocês e estão sofrendo chantagens covardes do governador. Então o apoio e a força de vocês vai ser importante para que eles possam votar de acordo com o lado certo da história. Então não precisam gastar o tempo de vocês com a gente, a gente já está com vocês.

Eu também queria deixar, de público, a minha solidariedade à deputada Beatriz Cerqueira, que foi alvo desses ataques, que foram ataques covardes do governo de Minas.

Bia, a gente se posicionou na internet, a gente se posicionou na comissão ontem, mas eu acho que o posicionamento aqui, no Plenário da Assembleia, tem outro peso, porque, aqui, no Plenário da Assembleia, aqueles que se articularam de forma covarde contra você não têm coragem de falar. Eles fazem isso pelas redes, eles fazem isso custeados por interesses de pessoas com grandes seguidores. O governo faz isso. Eles não dão conta de fazer o debate democrático que deve ser feito. Se não concorda com o reajuste ao servidor, venha cá e defenda isso, bote a cara no sol, venha cá e fale. Eles não dão conta de fazer isso. Então eles agem no submundo e atacam você pela sua histórica luta pelos professores e pelos trabalhadores da educação, e também porque deve ser muito difícil para o Zema engolir a sua votação.

Então fique contando com o nosso apoio, com o nosso suporte. A gente está aqui, e a gente saiu muito maior dessa história, porque nós passamos um recado para o governo do Estado: aqui tem um bloco muito unido, o Bloco Democracia e Luta está de mãos dadas, de olho nos interesses dos mineiros, de olho nos interesses dos servidores, dos trabalhadores da educação, da segurança pública, da saúde, da assistência social, do meio ambiente, de todos os servidores do Estado de Minas Gerais! Com a gente, vocês podem contar; com o governo, eu já não sei.

Presidente, eu também queria dizer hoje que nós vivemos um processo muito complicado aqui na Casa, nos últimos dias, em relação ao posicionamento de parlamentares que têm tido dificuldades de entender que a discordância do ponto de vista do voto está muito longe de ser uma discordância pessoal. Então eu queria deixar de público aqui o importante papel que o senhor teve nesse processo por garantir que a gente conseguisse pautar aquilo que era de relevante interesse dos mineiros e das mineiras, e não entrar nesse tipo de debate que não constrói absolutamente nenhuma pauta positiva aqui na Casa. Eu lembro a todos os colegas, especialmente aos colegas governistas, que este Parlamento tem que ser altivo e independente. Concorda com o governador? Vote com o governador, isso é legítimo e democrático, mas não fique brigando com o colega da oposição aqui não, porque vocês já foram oposição. Pode ser que, daqui a quatro anos, vocês sejam de novo. E o respeito tem que imperar, o respeito precisa imperar aqui dentro. Todos nós conquistamos mandato com muito trabalho, pedindo voto, prometendo lutar pelos interesses dos outros. A nossa barriga não dói uma vez só, e a gente tem que lembrar disso, porque juntos, enquanto Parlamento, é que seremos respeitados pela turma que está lá, na Cidade Administrativa. Obrigada, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Lohanna. Com a palavra, para discutir, o deputado Leleco Pimentel.

O deputado Leleco Pimentel – Que oportunidade temos nós aqui de ver servidores tendo que olhar um para o outro e dizer: nós somos uma só classe, a de trabalhadores, tanto servidores da segurança pública, quanto os da educação e os da saúde. Aqui quero lembrar também daqueles que tiveram, há poucos dias, seus direitos retirados, que foram os servidores aposentados da MinasCaixa. Quero render a eles também essa importante vitória dos trabalhadores quando do reajuste que nós entendemos ser obrigatório e importante, mas que ainda não chega àquilo que é o direito e o justo. Esse reajuste chega a este percentual porque o ouvido desse governo Zema insensível, que quer pagar todo mundo igual paga os funcionários da loja Zema, porque paga muito mal... Ele gostaria que todo mundo estivesse recebendo mal como ele paga mal aqueles que, infelizmente, têm de trabalhar na rede Zema. Posso, por conseguinte, dizer que eles também pagam muito mal, porque visam apenas ao lucro, até os da locadora Localiza. Os trabalhadores da Localiza também são fortemente explorados para o lucro ir para o bolso do Salim Mattar. É assim que eles agem. E querem fazer da vida pública uma extensão da sua vida privada, que é de explorar o trabalhador. Por isso, o conceito de Estado que Zema tem é o Estado mínimo para o povo e inteiro para o bolso dos servidores, mas aqueles da Fiemg, da mineração e também os donos da Localiza. Nós nunca nos confundimos, gente. De um lado, está o trabalhador; do outro lado, está quem explora o trabalhador! Por isso que o Estado não pode ser opressor na vida do povo, e quem hoje está à frente do governo, infelizmente, é um opressor. É por isso que, num momento deste, a gente não pode perder a oportunidade de esclarecer de que lado nós estamos na história.

Presidente Tadeu, não tenho dúvida de que a sua coragem e preparo ajudaram esta Casa a respeitar a autonomia da Assembleia, porque nós aqui temos que nos respeitar. Mas fez muito mais, fez com que o governador Zema, que desastrosamente demitiu inclusive o seu secretário de Governo... E eu tenho dito: “Cuidado, nós vamos ter notícias por esses dias de qual é o real motivo dessa demissão do secretário de Governo”. Tomara que eles não coloquem panos sobre as coisas de que nós vamos tomar conhecimento neste Plenário.

Quero dizer mais: eu tenho certeza de que nós vamos contribuir para que a gente vire essa página em Minas Gerais, quando a gente também apoia a luta dos servidores que hoje clamam para que sejam, no mínimo, incluídos na etapa de formação, como é o caso dos servidores do sistema penal. Eles têm direito. É por isso que nós apoiamos essa luta. Essa recomposição não é, de forma alguma, uma coisa à toa que a gente está, aqui no Plenário, comemorando. Essa recomposição salarial é uma forma de a gente demonstrar que o tal Estado eficiente, que Zema apregoa, nunca existiu para além das histórias em quadrinhos em que ele mesmo acredita.

Mas nós temos uma vida real, afinal, a população precisa desses servidores para que a política de educação, para que a política de segurança, para que a política de assistência social, enfim, toda política pública precisa do servidor. Não há política pública sem o servidor para operá-la, para avaliar, para executar. Desse jeito, a gente entende que o Estado tem que servir à população e devolver, aos que mais precisam, os recursos que os trabalhadores têm todo mês descontados na sua folha salarial.

E quero dar uma palavra dirigida diretamente aqui à deputada Beatriz. A deputada Beatriz foi covardemente atacada junto com o Partido dos Trabalhadores por aqueles que achavam que iam fazer uma fake news e que a população ia cair nisso. Hoje eles estão aqui arrependidos porque atacaram uma pessoa que dedica sua vida à luta pelos servidores, especialmente os da educação, mas por todos os servidores do Estado. Viva a companheira Bia, viva a sua energia! E que ela tenha saúde para enfrentar esse bando de machistas mentirosos e que espalham fake news!

Deputado Tadeu Leite, presidente desta Casa ao lado da Leninha, eu vou encerrar o meu discurso com a sinceridade que tenho toda vez que subo aqui. Parabéns! Foi grandiosa a sua forma de condução e que será, com certeza, sentida por aqueles que não deveriam estar recebendo essa mixaria do Estado. Força na luta, contem conosco! E foi por isso que eu fiz um L. Eu faço um L porque eu sei de que lado da história eu estou. Força na luta a todos!

O presidente – Obrigado, deputado Leleco. Com a palavra, para discutir, a deputada Bella Gonçalves.



A deputada Bella Gonçalves – Salve, professoras! Salve, todos os profissionais da educação básica e também da segurança pública que estão aqui presentes!

Pessoal, acho que é importante retomar algumas questões aqui. A luta pelo piso da educação é uma conquista de vocês, que já fizeram manifestações mobilizando professoras e professores de todo o Estado de Minas Gerais para virem à Assembleia Legislativa, que fazem acampamentos semanais na porta da Assembleia, com as tendas e o caminhão do Sind-UTE na porta desta Casa, que faz junto com a deputada Beatriz Cerqueira também audiências públicas semanais para nunca deixarem a educação jogada fora do rol das prioridades aqui do Estado. Então é importante dizer que a conquista desse projeto de lei é uma conquista de várias pessoas, de vários deputados, que contribuíram, é do Bloco Democracia e Luta, mas, sobretudo, é das professoras e dos professores do nosso estado.

E aí, gente, eu queria aproveitar este momento e render a minha homenagem à educação básica pública. A gente sabe muito bem que, enquanto há um discurso que é contra o Estado e o serviço público, que quer fechar escolas e que, se pudesse, venderia até o céu, que é o discurso do Romeu Zema, que ataca servidores e servidoras como se fossem uma classe de privilegiados, enquanto ele aumenta o próprio salário, enquanto garante banquetes de R\$7.000.000,00 em contratos para si próprio e para seus amigos, as professoras e os professores, os técnicos de educação, toda a educação básica está absolutamente em qualquer lugar do Estado de Minas Gerais. Eles viajam pelas estradas esburacadas, muitas vezes vão por estradas de terra para as escolas que estão nas aldeias indígenas, nas comunidades rurais, nos povos quilombolas; viajam, Macaé, para muitos lugares onde outras estruturas do Estado não chegam, para garantir atenção básica às crianças e aos adolescentes do nosso estado.

Portanto, hoje quem merece palmas são as professoras, os professores, a educação básica, que estão tendo aqui o reconhecimento legítimo dos seus direitos. Não é possível que a gente conviva com tamanha precarização de quem faz tanto pelo Estado de Minas Gerais, pela educação básica, não é mesmo? Essa é, talvez, uma segunda vitória, nesse semestre, da educação. Outra vitória importante foi a nossa conquista de não permitir que o Zema fechasse as escolas da Fucam, não permitisse a privatização da Fucam. Então vejam a importância da mobilização de vocês, a mobilização que também tem um respaldo muito forte aqui para o Estado e para o serviço público. É fundamental.

E aí, quem muito se mobiliza, muito é atacado também, porque, se o governador quer de qualquer forma avançar com as privatizações, avançar com o ataque ao serviço público, ele precisa atacar os instrumentos que a classe construiu. E a gente se faz solidária contra as tentativas sucessivas de criminalização do Sind-UTE, as tentativas recentes de criminalização da nossa companheira deputada Beatriz Cerqueira, a partir de um jogo bastante sujo e desonesto, que foi feito aqui, na Assembleia Legislativa, ao atrelar a votação dos servidores da educação ao PAF, que é uma das estratégias de aprovação do Regime de Recuperação Fiscal, aqui na Casa. E aí, gente, nós vencemos porque, na semana passada, não votamos como o governo queria, o PAF de forma atrelada à educação, e hoje conseguimos votar com prioridade a educação nesta sessão da manhã, sem estarmos, com isso, condicionados à forma como a gente vai se posicionar em relação ao Regime de Recuperação Fiscal.

É muito importante que a gente vote o reajuste, o pagamento do piso da educação nesta sessão e que na sessão da tarde a gente continue a nossa luta contra o Regime de Recuperação Fiscal, porque esse Regime de Recuperação Fiscal quer congelar e acabar com as carreiras do serviço público não neste ano, mas nos próximos anos. Então eu queria aproveitar esse momento de conquista, essa pauta positiva para dizer: de manhã queremos aprovar esse projeto da educação, mas a luta continua.

E a gente conta com a mobilização permanente, não só dos servidores da educação, mas da saúde, da segurança pública e de todos os lugares, para que a gente coloque, de fato, uma pá de cal no Regime de Recuperação Fiscal, que é uma proposta terrível, indecente que o governador Zema quer propor aqui para o Estado de Minas Gerais, não é mesmo?

No mais, gente, queria dizer aos servidores da segurança pública que podem contar com a gente. Nós assinamos a emenda da segurança pública. Estamos solidários inclusive com as situações recentes de assédio que a segurança pública vem sofrendo, com a

situação da alimentação do serviço da segurança pública; também toda a desvalorização que tem acontecido com vocês nos indigna. Então estaremos juntos. Assinamos a emenda, vamos votar com vocês também pela valorização da segurança pública, que foi a emenda também conquistada a partir da luta e da presença cotidiana de vocês aqui, na Assembleia Legislativa. E tenho convicção de que ela tem grandes chances de ser aprovada. Aí nós vamos para cima do Zema, juntos, para garantir essa recomposição, para garantir algo que foi promessa de campanha do governador e que ele já está descumprindo, que é a recomposição salarial e o reajuste inflacionário de todas as categorias de servidores públicos do nosso estado.

Gente, no mais, é isso. Quero parabenizar vocês e quero votar logo para a gente comemorar essa vitória. Hoje é um dia de muita alegria para todos nós. Viva a educação básica! Viva as professoras e os professores! Viva a segurança pública! Viva o serviço público de Minas Gerais, que é quem, de fato, atende as pessoas do nosso estado da melhor forma possível, ao contrário do governador, que só quer asfaltar a estrada do rancho dele. Obrigada.

O presidente – Obrigado, deputada Bella. Com a palavra, para discutir, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Já estou aqui, de maneira muito rápida, porque, assim como disse a deputada Bella, nós queremos votar rapidamente.

Bom dia, Sr. Presidente; bom dia, colegas deputados e deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia e público aqui presente.

Eu gostaria muito, na minha fala, de pegar o que nos une e não o que nos separa. Nessa linha, eu quero dizer aos servidores da segurança pública que nós votaremos com vocês, que nós assinamos a emenda. Sargento Rodrigues, eu sempre falo aqui o que nos separa de maneira ideológica, mas eu quero dizer a V. Exa. que o nosso bloco está firme na assinatura e na votação da emenda para a segurança. E contamos com vocês da segurança também para apoiar a educação, para apoiar a saúde, para apoiar o meio ambiente, porque todos os servidores e servidoras merecem esse apoio.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Queria agradecer a V. Exa. e aproveitar para fazer um apelo ao líder de Governo, deputado Gustavo Valadares, para que ele deixe os deputados decidirem o voto deles, porque a gente sabe como é que está. Quem está nas galerias não acompanha, não sabe como o lobby é muito forte ao pé do ouvido aqui do deputado. Quem está... Eu pediria silêncio, só para vocês entenderem o processo. Quem está nas galerias não vê a movimentação do deputado Gustavo Valadares pedindo, no pé do ouvido do deputado, para não votar a favor da emenda da segurança. Faço um apelo ao deputado Gustavo Valadares, porque, daqui a pouco, na semana que vem, ele vai virar secretário de Governo. Então deixe os deputados decidirem. É um pedido que eu estou fazendo ao deputado Gustavo Valadares, porque, desde a hora em que eu cheguei aqui, eu estou acompanhando pari passu e eu estou vendo a movimentação o tempo todo.

Então quero fazer um apelo ao deputado Gustavo Valadares: deixe os colegas deputados decidirem. Até porque, Doutor Jean, eu queria... Eu vou me inscrever para discutir, mas eu estou me antecipando porque eu estou acompanhando aqui, minuto a minuto, cada passo do deputado Gustavo Valadares. É legítimo ele fazer isso enquanto líder de Governo? É. Mas é legítimo também eu pedir. Ele tem autonomia de fazer isso? Tem. Mas eu também tenho autonomia de fazer um apelo ao deputado Gustavo Valadares: deixe os colegas. Alguns se ausentaram do Plenário a pedido dele, e eram voto certo na emenda. Então quero fazer um apelo ao deputado Gustavo Valadares: que nos ajude, deixe o deputado exercer a sua função de forma independente. Sabe por que, Doutor Jean? Quem fez a promessa, lá no passado, de fazer uma recomposição em três parcelas e vetou foi o governador. Quem não disse a verdade, quem faltou com o compromisso foi o governador. Quem disse nas redes sociais, em setembro do ano passado, que iria conceder a inflação foi o governador. E aí ele fica pedindo aos deputados aqui para botar a cara na frente para se queimar diante dos servidores da segurança pública. Mas deveria cobrar do governador.

O governador deu uma entrevista sexta-feira, lá em Araxá, e falou outra bobagem, falou outra inverdade. Ele disse que está cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal à risca. Não foi por acaso que eu botei esse cartaz aqui, Doutor Jean. A Lei de

Responsabilidade Fiscal não impede recomposição de perda inflacionária de ninguém. E o governador foi categórico: “Eu estou cumprindo a lei, eu não vou passar por cima da Lei de Responsabilidade Fiscal”. Eu vou exibir o vídeo, eu vou fazer a leitura. Eu consegui, Doutor Jean, 42 assinaturas na emenda. O bloco de oposição assinou, os 20 deputados, a totalidade. Mas eu quero fazer um apelo ao deputado, porque do rolo compressor vocês que estão aí em cima não sabem, vocês não têm ideia de como funciona. Muita gente me questionou por que nós não conseguimos derrubar aquele veto, muita gente. Naquele momento, eu fiquei calado, mas hoje eu não vou ficar calado, hoje eu não vou ficar calado. Naquele dia, naquele momento, o secretário de Governo veio aqui na Assembleia, visitou gabinete por gabinete oferecendo mundos e fundos para manter o veto. E nós perdemos a derrubada por 4 votos.

Quero agradecer ao deputado Mário Henrique Caixa, que ontem me pediu a emenda e a assinou. Está conosco; obrigado, Caixa.

Então eu quero fazer um apelo sério: deputado Gustavo Valadares, deixe o Poder Legislativo ser o Legislativo. Cada deputado que entra aqui, no Plenário, o deputado Gustavo Valadares cerca. Está aqui o nosso líder, o líder do nosso bloco, Gustavo Santana; ele está aqui tentando fazer o trabalho dele, mas, do outro lado, a gente tenta falar... O deputado falou: “Olha, não existe nada, absolutamente nada que impede o governador de cumprir a palavra que deu por duas vezes, por duas vezes”. Aí, será que o deputado Gustavo Valadares vai vir a esta tribuna e falar que dia que vai ser? Não vai. Eu queria... Desculpe-me o desabafo, Doutor Jean, mas há hora que a gente vai chegando e vendo, há hora que a gente precisa falar, para quem está nos acompanhando pela TV Assembleia e para os meus companheiros combatentes da segurança pública, que o jogo aqui é pesado, é muito pesado. Enquanto eu estou tentando convencer o deputado, na forma da lei, da lei e do convencimento, o jogo é desigual.

Foi o que o Ígor Eto fez. O Ígor Eto conseguiu derrubar o nosso veto, ou seja, manter o veto porque veio aqui, dentro da Assembleia. Agora, o nosso colega deputado Gustavo Valadares está no modelo híbrido. Hoje é líder de governo; na terça-feira, é secretário de Governo. Aí é desigual. Então me desculpe o desabafo, Doutor Jean, mas eu precisava informar às galerias para que eles prestassem bastante atenção. Faço um apelo ao deputado Gustavo Valadares: por favor, por favor, deixem os deputados exercerem os seus mandatos de forma independente. Obrigado, Doutor Jean.

O deputado Doutor Jean Freire – Obrigado, Sargento Rodrigues. Por que nós, do Bloco Democracia e Luta, estamos fazendo questão absoluta de usar a palavra hoje? E não vamos ficar 1 hora discutindo, não. Mas eu quero perguntar para vocês quem está mentindo. Quem? Quem está mentindo? Quem, quem, quem aumentou o salário em 300%? Quem, quem foi que aumentou o salário de todo o secretariado? Quem, quem foi que vendeu parte da CBL por um valor irrisório? Quem? Quem? Quem está entregando IPVA de graça para locadoras? Quem é? Quem? (– Manifestação nas galerias.) Isso. Quem disse que o Estado estava nos trilhos? Quem foi? Quem agora fala que, se não pagar à União o que deve, o Estado sai dos trilhos? Quem é? Mas olhe, deputada Beatriz, que trilhos são esses, que trilhos são esses? Quem foi, quem foi que disse, durante a campanha, que tinha de dar reajuste todo ano? Quem disse? Quem disse? E quem não está dando o reajuste? Engraçado, não é? Engraçado, o que fala durante a campanha vale, mas depois que está lá governando não vale. Por isso nós temos que dizer: gente, quem foi que, na semana passada, mentiu para o nosso povo, pagou matéria dizendo que o Bloco Democracia e Luta não queria aumento dos professores, dos servidores da educação? Quem disse?

Pois bem, mas é bom vocês saberem que quem pediu para a reunião terminar foi o governo, não fomos nós. É bom vocês saberem que nós queríamos a inversão da pauta. Olha, até parece! A gente tem de ficar de butuca porque até parece que o governo realmente não queria votar o PAF, porque hoje vai ser votada a educação. Olha, para vocês verem: bastava terem feito isso na semana passada; bastava terem feito isso, mas talvez ele queria mais um mês, protelar mais, entrar em julho e depois colocar a culpa nos outros. É verdade! É verdade que, com aquilo que nos pertence, até um determinado ponto, a gente faz o que bem quer. Mas, olha, o Zema pegou isso ao pé da letra. Ele pensou: “A culpa me pertence. Eu vou colocá-la nas costas de quem eu quiser”. Aí colocou nas costas do PT, nas costas do Bloco Democracia e Luta. Havia outros parlamentares aqui, como o nobre colega deputado Sargento

Rodrigues, também obstruindo como nós, mas ele escolheu colocar a culpa em nós. É sempre assim. Vai passar o segundo mandato também colocando a culpa no PT.

Vocês já me responderam isso, e eu quero lembrar algumas coisas. Prestem atenção a essa fala, publicada nos jornais: “Oposição promete obstrução até que Zema envie reajuste dos servidores à Assembleia Legislativa”. Foi feita dia 17/5 pelo nosso líder do Bloco Democracia e Luta, Ulysses Gomes. Foi dia 17. Dia 30/5, Zema manda o projeto para esta Casa. Aí eu pergunto, mais uma vez, como vocês já estão sabendo: quem, quem está mentindo? Por isso, nós precisamos de vocês, nós precisamos que vocês coloquem nas redes de vocês. Nós não temos dinheiro para pagar publicidade como o Zema tem. Coloquem nas redes de vocês, para que todo o Estado saiba a verdade. Hoje aqui, todos nós, deputados, também os deputados da base... Não vou aqui fazer jogo sujo dizendo que os deputados da base não querem votar, eles querem votar esse PL, eles vão votar conosco, eles vão votar com a educação esse PL. Então é muito importante que vocês saibam quem está mentindo. Nós só pedíamos a inversão da pauta. Só isso que nós pedíamos, só isso, e não nos foi dado.

Eu quero agradecer a V. Exa., deputado Tadeu Martins, agradecer por ter colocado esse PL em votação, presidente. Parabéns, presidente, mas até isso eles tentam surrupiar, até isso eles tentam dizer que foram eles, até isso eles tentam dizer que foram eles os detentores de colocar na pauta. Parabéns, deputado, presidente Tadeu Martins Leite. V. Exa. disse que ia colocar, colocou e vamos votar. Muito obrigado a V. Exa. Muito obrigado. Também não existe o outro lado de dizer que V. Exa. está atrapalhando, porque V. Exa., durante este mandato todo, tem feito o diálogo, tem feito o diálogo conosco da oposição, tem feito o diálogo também com o governo.

Por isso, meus amigos, eu quero dizer a vocês: é importante que façam o coro. Hoje nós vamos votar o PL de vocês, mas eu queria lhes pedir: façam coro com os outros servidores e servidoras. A saúde é merecedora. A saúde é merecedora porque, durante toda a pandemia, muitos se foram, colocaram as suas vidas em risco. Eu estava lá como médico, enfrentando a pandemia. Perdemos colegas da enfermagem, perdemos colegas técnicos de enfermagem, enfermeiros, médicos, mas nem o reajuste este governo é capaz de dar. Amanhã nós teremos audiência pública do meio ambiente. Está aqui uma decisão judicial para que o governo Zema mande para esta Casa PL que conceda aumento aos servidores do meio ambiente. Vocês acham que ele já mandou? Vocês acham que ele já mandou?

Para terminar a minha fala, companheiros e companheiras da segurança, da educação, da saúde e do meio ambiente: quem, quem, quem está mentindo? Um abraço a todos vocês.

O presidente – Obrigado, deputado Doutor Jean Freire. Com a palavra, para discutir, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Bom dia. Bom dia ao presidente Tadeu Martins e a toda a Mesa; bom dia aos colegas deputados e deputadas; e um bom-dia muito especial não só ao pessoal das galerias, mas também do José de Alencar, do cafezinho. Esta Assembleia foi ocupada por servidores e servidoras. Então, bom dia a todas e todos que estão aqui.

Primeiro eu queria pedir um pouquinho de paciência, porque nós, que somos da oposição, que não somos financiados nem pela turma do Mattar nem pela turma da Fiemg, enfim, nosso espaço de conversar com a sociedade é este. Nós não temos poder político e econômico e nem gabinete do ódio para fazer versões e mentiras como a turma zemista, bolsonarista e novista fez no último período. Por isso, nós, do bloco, estamos vindo aqui. E nós também não somos aquela turminha da lacração de 30 segundos, sem conteúdo, sem debate.

É importante – e eu tenho sempre essa opinião – que todas as pessoas tenham informações e, com conteúdo, façam as suas próprias avaliações. Por isso a gente está usando este momento para conversar com toda a sociedade que está nos acompanhando ao vivo, com todo mundo que está aqui, hoje, e com muita gente que não está aqui, hoje, mas que está acompanhando essa votação de onde estiver. Então eu queria dizer isso. A gente está monitorando o tempo, a gente vai conseguir votar, mas este aqui é o nosso espaço de conversar e de fazer reparações, devolvendo a verdade à realidade.

Eu quero começar fazendo um agradecimento ao presidente da Assembleia Legislativa. Eu já disse isso a ele pessoalmente, mas quero lhe agradecer desta tribuna por ter colocado o projeto da educação. Não só hoje, mas durante todo o período em que o projeto tramitou, nós contamos com o apoio do presidente, seja nas comissões, seja na votação em 1º turno, seja na quinta-feira, no que deveria ter sido a votação de 2º turno, seja hoje. Então eu quero agradecer-lhe. Ele me disse: “É a minha obrigação”. Mas ele poderia não ter feito, porque a política, o espaço do Parlamento é um lugar de escolhas; ele poderia ter feito outra escolha. Eu tenho certeza de que ele foi pressionado a fazer a outra escolha, mas fez a opção de colocar o projeto na pauta, por isso nós estamos aqui, hoje, e vamos votá-lo. Então, presidente, obrigada. A sua atuação é fundamental para a democracia, é fundamental para que Minas Gerais cumpra seu papel como este grande estado que não vai se apequenando na pequena política. Muito obrigada. Então eu queria fazer esse registro público.

A segunda questão... Eu queria explicar às pessoas – há muito mais gente aqui, mais do que havia na quinta-feira da semana passada – o porquê de nós, do Bloco Democracia e Luta, sermos contra o Projeto de Lei nº 767, que é exatamente o do PAF. Algumas pessoas me perguntaram: “Mas se o STF já ia autorizar o governo Zema a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, então por que vocês obstruíram, não concordaram com o Projeto nº 767, para avançarem aqui, na Assembleia Legislativa?”. Vale a pena a gente entender o conteúdo, porque nós podemos celebrar os 12,84% hoje e o governo retirar muita coisa dos servidores amanhã. Então o que aconteceu aqui, hoje, com essa conquista importante não pode arrefecer a nossa luta contra o Regime de Recuperação Fiscal.

O que o STF decidiu, na última semana, foi um ponto entre vários da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal. O STF decidiu que Minas Gerais pode continuar avançando na adesão ao Regime de Recuperação Fiscal sem lei autorizativa para que o Estado faça a adesão, mas o governo tem que enviar para a Assembleia muitos projetos de lei para a adesão. Eu estou falando de reforma administrativa, eu estou falando de reforma da previdência, eu estou falando de privatizações, eu estou falando do PAF. Ou seja, o STF autorizou a adesão sem lei autorizativa, mas todos os demais passos dependem da Assembleia Legislativa. E essa será a nossa grande agenda e o enfrentamento no segundo semestre. Como há muitas lideranças aqui, além da base, é fundamental a gente colocar isso na agenda de luta, porque virá uma reforma administrativa para tirar direitos e benefícios, gente. Nós já aprendemos que tudo que é conquistado pode ser retirado.

A Secretaria de Educação fez um grande marketing com o Adveb, que vai ser retirado para a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal. O Adveb vai acabar. Benefícios por tempo de serviço que os servidores da segurança pública tenham serão retirados, porque, para a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, isso precisa ser feito. Uma nova reforma da previdência, aumentando o tempo de contribuição, mexendo na pensão e fazendo outras alterações é uma pauta necessária para a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal.

Então a gente está diante de uma grande agenda de retirada de direitos, sempre sob a justificativa do ajuste fiscal. Por isso, nós somos não só contra o Regime de Recuperação Fiscal mas também contra o Projeto de Lei nº 767.

Se a gente ler toda a tramitação do projeto, veremos que ele faz parte, sim, da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal e é um pré-requisito. Então eu queria prestar contas aos servidores, prestar contas do nosso trabalho, que é contra cada ponto do Regime de Recuperação Fiscal, e a decisão do STF não resolve isso, ou melhor, resolve um ponto de uma imensidão de demandas que virão para a Assembleia Legislativa. Então coloquem na agenda! O segundo semestre vai ter que ser de vigília permanente na Assembleia Legislativa para impedir que o governo Zema avance com as questões relacionadas ao Regime de Recuperação Fiscal e à retirada de direitos.

O terceiro e último ponto é exatamente sobre o momento em que nós estamos. Antes de falar da educação, eu queria pedir licença ao pessoal da educação para prestar contas a outros servidores do funcionalismo, para não passar a ideia de que nós, do Bloco Democracia e Luta, também não batalhamos pelos outros setores do funcionalismo. Nós batalhamos! Então vou começar pela própria segurança pública, que está aqui, hoje, e dizer que nós já assinamos a emenda. Nós já assinamos a emenda e o nosso voto, do Bloco

Democracia e Luta – somos 20 parlamentares –, é definidor para a vitória da emenda que nós votaremos daqui a pouco, a emenda autorizativa do reajuste e da recomposição para a segurança pública. Então, como outros colegas disseram, contem com o nosso apoio, com o nosso voto, porque nós temos condição, sim, de, na balança, sermos definidores dessa conquista, e estamos juntos com vocês.

Mas eu quero também dizer aos servidores da Uemg e da Unimontes que nós, na Comissão de Administração Pública, para o 2º turno, também apresentamos a recomposição de 12,84% para as carreiras de nível superior e de nível técnico da Uemg e da Unimontes. A situação é gravíssima. Nós sabemos da realidade e nós batalhamos para que esses servidores também fossem reconhecidos na recomposição e no reajuste necessário.

Quero falar com os servidores do Ipsemg. Servidores do Ipsemg, nós também apresentamos uma emenda de recomposição para os servidores do Ipsemg, na Comissão de Administração Pública, em 2º turno. Quero falar com os profissionais da Fundação João Pinheiro, que amargam uma situação absurda de precarização da carreira. A pedido da mobilização deles, nós apresentamos a incorporação da gratificação, que se relaciona com uma demanda muito mais de carreira, e nós também fizemos a apresentação na Comissão de Administração Pública. Nós também apresentamos a recomposição para os trabalhadores da saúde, e o deputado Doutor Jean Freire também fez o debate da sua importância estratégica, dizendo que palmas não pagam contas. Então nós precisamos valorizar esses profissionais, e essa emenda referente a eles também foi apresentada na Comissão de Administração Pública.

Isso vale para todas as carreiras do funcionalismo. Eu citei algumas carreiras, mas isso vale para todas as carreiras, sem exceção: carreiras da administração direta do Poder Executivo. Nós apresentamos a emenda para a recomposição, porque nós, do Bloco Democracia e Luta, sabemos onde estamos; sabemos a importância do serviço público; sabemos que não somos a oposição do quanto pior melhor, como fomos acusados na semana passada, porque não deixamos a classe trabalhadora para trás. A gente não fica ali se balançando de acordo com o vento e a gente não se comporta de forma “a”, “b” ou “c”. Nós temos coerência. Se a coerência nos leva à vitória, está ótimo! Mas, quando a coerência também não nos leva à vitória, nós mantemos a nossa coerência de luta.

Então eu quero dizer aos servidores do Estado, de todas as carreiras: nós fizemos essa luta e continuaremos a fazer essa luta por todo esse período legislativo, nas comissões e nos nossos mandatos. Vocês têm, no Bloco Democracia e Luta e nos deputados e nas deputadas que o compõem, aliados estratégicos, e não aliados táticos ou de um momentinho só, mas aliados que trabalharão a legislatura inteira contra o Regime de Recuperação Fiscal e pela valorização dos servidores.

Servidores do meio ambiente, nós também propomos o reajuste para os servidores do meio ambiente! Aliás, eu estava lembrando, porque amanhã, inclusive, haverá uma audiência. Mas quanto àqueles servidores que eu não citei, de uma pasta “a”, “b” ou “c”, quero dizer a vocês que nós apresentamos o reajuste, não deixamos ninguém para trás. Quem deixa para trás, o tempo inteiro, é o governo Zema, porque é um governo que, junto com o seu partido, mente e vive no esqueminha do marketing político e do bom moço que lava a sua própria louça, que passa o seu próprio café, que fala errado e que não sabe quem é a Adélia, mas que, na sua simplicidade, parece que está resolvendo a situação de Minas Gerais. Não está!

É um governo que usa do gabinete do ódio para mentir, tendo os seus influenciadores digitais e o seu próprio Partido Novo como instrumentos, e isso nos serve de alerta, porque, quando chegar o segundo semestre e vierem as pautas que o governo quer aprovar aqui, na Casa, nós vamos lutar contra, e ele vai continuar mentindo! Mas nós já estamos vacinados contra as fakes que eles fazem, porque este foi o teste: a quinta-feira e tudo o que aconteceu ali. Não vou citar nome de colega deputado, porque concordo com a avaliação do deputado Ulysses Gomes. O governo forçou a barra dentro deste Plenário. Mas foi daquele microfone ali que um colega deputado pediu para encerrar a reunião, sem que nós fizéssemos as votações, e, em 30 segundos, fez a discussão absurda de que fomos nós que impedimos a votação do reajuste da educação. E ninguém acreditou, não é, gente? Ficou só nas bolhinhas, porque o servidor sabe quem luta por ele e quem luta contra ele.

Em relação à educação, eu quero pedir desculpas a vocês, porque a maioria dos que estão aqui passaram a noite na estrada para ocupar uma Assembleia e pressionar o governo a não fazer o que fez na semana passada para votar o básico, o mínimo que nem é todo o piso. Então, desculpem, porque o Estado de Minas Gerais deveria tratá-los melhor; deveria respeitá-los; deveria entender a importância e não fazer com que as pessoas tenham que abandonar suas casas, tenham que pegar uma estrada, a noite inteira, para virem aqui garantir que o mínimo seja votado, que o básico seja votado; deveria garantir que as auxiliares de serviço parem de receber, de remuneração, menos que um salário mínimo; deveria garantir o mínimo, os 12,84%, suado, sacrificante, difícil! Não era para ser assim. Não era para uma votação, que deveria ser simples, ter sido objeto de manobra, de chantagem e de fake, como nós vimos na semana passada.

Então, meus colegas de profissão, desculpem-me! Desculpem-me por vocês terem que fazer todo este movimento: três dias de paralisação por 12,84%; três dias de paralisação pelo mínimo. Essa sensação, que eles tentam nos impor, de humilhação, não saiam daqui com ela; saiam daqui com a memória de uma categoria que não se rende ao poder político e econômico; que não se rende às mentiras; que não se rende a todas as chantagens e pressões que são feitas; que não se rende às estradas péssimas que vocês pegaram a noite inteira; que não se rende a nada.

E vem aqui, faz o processo, pressiona quem precisa ser pressionado, e nós vamos sair daqui com esse reajuste aprovado. Eu não vou fazer uma festa depois dessa votação, porque acho que faremos a grande festa quando a categoria receber o piso salarial. Com essa votação, o governo não vai pagar o piso salarial, mas vocês vão ver uma grande campanha publicitária. Preparem-se! Preparem-se, porque aqueles sites, aquela turminha que passou o final de semana mentindo vai ter dinheiro público para fazer peça publicitária para dizer que paga o piso. Esse é o jogo! Esse é o jogo! Como diz a deputada Lohanna, não existe almoço grátis; vai ser pago. Todas as mentiras contadas nos sites, todos os pequenos influenciadores que tentaram dizer mentira agora serão pagos com a campanha publicitária que dirá que o governo paga o piso. Observem se todos os que mentiram agora não vão fazer campanhas publicitárias – publicitárias ou da voz do locutor também, pois isso também pode acontecer, não é? O governo, com essa votação, não estará pagando o piso salarial. É uma vergonha o governo tentar afirmar a proporcionalidade, quando você tem Constituição e lei estadual que dizem diferente. É uma vergonha a gente ter que lutar por R\$4.400,00 para uma professora com nível superior de escolaridade que demora 20, 30 anos para receber por um mestrado ou por um doutorado. A situação da educação em Minas Gerais é uma vergonha, e essa votação de hoje fará com que o Poder Legislativo cumpra o seu papel, mas não resolve o problema da educação nem de um governo caloteiro, um governo que mente para a sociedade e que é ilegal. É um governo fora da lei.

Eu peguei, tentaram nos chantagear sobre o PAF. Eu não sabia, francamente, que poderiam usar dinheiro do Fundeb para pagar PAF. Essa foi uma novidade para mim. Aliás, o dinheiro do Fundeb pode tudo – não é gente? –, só não pode pagar os profissionais da educação. Pode pagar empresinha biboquinha lá da Bahia para fazer gerenciamento de escola aqui; pode fazer esquema com prefeitos em ano pré-eleitoral, oferecendo milhões do Mãos Dadas, sem critério, sem transparência. O dinheiro público aqui é assim, ó: jorra, jorra para os outros, para não ter que investir nos profissionais da educação. Nós vamos resgatar essa última verdade. Dinheiro do Fundeb, tem, e nada se relaciona ao PAF.

Aqui, ó, eu trouxe os números, porque a turma acha que a gente não sabe da realidade. Eu trouxe os números aqui e vou compartilhar com os colegas. É, para a Localiza, pode! Para a Localiza, tudo pode! Para as mineradoras, para a Fiemg, tudo pode! E aí põe trabalhador para passar a noite na estrada para vir aqui lutar pelo básico, pelo mínimo. Aqui ó: saldo do Fundeb, agora. Eu também estou com o extrato – viu, gente? – da conta do Banco do Brasil. A oposição quanto pior melhor trabalha, estuda, não faz lacraçãozinha de 30 segundos, não. Está aqui o saldo do Fundeb em 6/7/2023, saldo financeiro conciliado: R\$3.000.000.000,00. Última informação, último dado publicado pelo governo: R\$3.983.436.061,30. Da quota salário-educação, saldo financeiro conciliado: R\$3.120.803.573,26. Às vezes, eles vão correr, comprar mais um tanto de carteiras, não é, gente? Vocês podem chegar à escola amanhã e ver mais milhares de cadeiras, e as escolas não têm onde colocá-las. Pode comprar mais uns cinco freezers para cada

escola. Paga a auxiliar menos de um salário mínimo, mas há 2, 3 freezers por escola, todos na embalagem, porque não tem nem como usá-los. Talvez, quando vocês voltarem para a escola na segunda, tropecem num monte de cadeiras e carteiras, tudo isso para gastar esse saldo e depois dizer que não tem dinheiro. Tem dinheiro para pagar o piso, tem dinheiro para pagar esse reajuste, e é por isso que eu sou contra qualquer negociação de parcelamento do reajuste. Depois da votação de hoje, alguém do governo afirmar que vai parcelar o retroativo é uma vergonha. Votou hoje, sancionou, o retroativo tem que estar na conta da categoria.

Eu quero... São essas as minhas considerações, presidente. Peço desculpas por me exceder... Aliás, no tempo, até que não me excedi, mas a gente quer fazer uma votação rápida. A gente tem que ter conteúdo, porque o conteúdo foi fundamental para enfrentar a rede de ódio e de mentiras que o Partido Novo, Partido Novo do governo Zema tentou fazer. O que eu quero dizer a eles é: não deu certo, não colou. A dinâmica de fazer mentira usando a educação não cola. Vocês fracassaram mais uma vez nessa tentativa absurda de prejudicar a educação e jogar servidor público contra quem os defende. As pessoas sabem da realidade, a acompanham, são classe trabalhadora e não estão nesse processo de alienação em que vocês tanto apostaram. Vocês perderam, e nós estamos aqui para devolver, nessa votação, um pouco da dignidade, do que é merecido aos profissionais da educação.

Obrigado, presidente. São as minhas considerações.

O presidente – Obrigado, deputada Beatriz Cerqueira. Com a palavra, para discutir o projeto, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputadas, eu queria cumprimentar os profissionais da educação e agradecer a eles a presença nas galerias. Parabéns pela luta! Parabéns pela presença! Quero cumprimentar os combatentes da segurança pública e agradecer-lhes a presença.

Presidente, hoje será um dia decisivo para os servidores. A educação tem uma situação confortável, em termos de aprovação, aprovação do projeto. Aqui não haverá nenhum voto contra, já vou adiantar isso para vocês. Não haverá voto contra o PL nº 822, que concede parte da recomposição dos profissionais da educação. Podem ficar tranquilos. A guerra que está sendo travada aqui, nos bastidores, e que vim há pouco denunciar é: o governo, através do líder do governo, está fazendo de tudo para retirar do Plenário o deputado que tinha feito o compromisso de votar ou os deputados que assinaram a emenda, fazendo, de todas as formas, uma pressão, porque hoje ele é líder do governo e amanhã ele já será secretário do governo. Isso já está acertado. É lamentável que a gente tenha que trazer esse tipo de assunto à tribuna, mas o faço com a consciência absolutamente limpa. Não devo absolutamente nada a esse governo. Não quero dever nem nunca deverei a esse governo que aí está.

Pois eu quero aqui, presidente, trazer algumas informações não só para quem nos acompanha pela TV Assembleia mas também para os servidores que aqui se encontram – todos os servidores públicos –, assim como algumas questões também relevantes para serem contextualizadas na data de hoje. “Ah, deputado, mas o senhor nunca mais vai ser recebido pelo governo.” Não tem problema. “Ah, mas o senhor vai ficar queimado com o secretário de Governo.” Não tem problema. Eu só sou deputado por sete mandatos por causa dos servidores, não é por causa de governo. Governador nenhum nunca votou em mim. Governador nenhum pediu voto para mim; muito pelo contrário, muito pelo contrário, eu não devo os mandatos a nenhum governo, mas, sim, a Deus, à minha família e aos combatentes que sempre ombream comigo ao longo do tempo.

Mas eu queria aqui, antes de iniciar a minha fala, dizer por que nós fazemos uma cobrança coerente, ou seja, por que, Doutor Jean, a gente faz uma cobrança e pede aos colegas deputados e deputadas que votem a emenda. Eu peço aqui agora... Deixe para apresentar... A assessoria da Mesa, de forma muito eficiente, estava preocupada: “Deputado, não se esquece da emenda, não”. Falei: “Não, não vou esquecer, não”. Vamos ver se a emenda está aqui ainda. Talvez ela foi até...

É só para solicitar, presidente, à assessoria da Mesa que tire uma cópia e protocole a assinatura de 42 parlamentares que assinaram a emenda. Então já havia o acordo de líderes para ser recebida. Eu peço que tire uma cópia e protocole para que a gente possa, a partir deste momento, fazer uma contextualização coerente, verdadeira, e não o discurso do ponto de vista da retórica. Por



que nós cobramos do governador Romeu Zema? E você, que é deputado, que está aí sendo colocado, exposto para votar contra a emenda de 42 parlamentares, que está aí no Salão Vermelho e acompanhando, na cantina, pela TV Assembleia... Eu estou falando para você, deputado e deputada. Para vocês, colegas deputados e deputadas, eu farei aqui apenas um lembrete. Deputado Caixa, iniciamos o mandato em 1º/2/2019. No dia 22 de fevereiro, conseguimos marcar a primeira reunião com o governo, com o governador. Nessa reunião, por incrível que pareça – a primeira reunião –, o próprio governador Romeu Zema estava na Mesa, juntamente com a bancada da segurança e os sindicatos. O próprio governador! Como viu que era uma cobrança muito forte, nas reuniões, a partir dali, ele já não participou.

Então, deputado Zé Laviola, nós negociamos com o governador de 22/2/2019 até 22/11/2019. Assinamos uma ata com uma perspectiva de inflação até 2022 de 41,7%, dividindo-se em três parcelas: 13%, em 2020; 12%, em 2021; e 12%, em 2022. Era a recomposição da inflação que a gente havia negociado. A inflação até deu um pouco mais, mas, como era uma inflação de perspectiva, sentou ali o secretário Bilac Pinto, o secretário de Governo e, à época, o Otto Levy, secretário de Planejamento e Gestão. No dia 22, nós assinamos a ata: 2 secretários de Estado, 4 chefes de polícia... Olhem para vocês verem a seriedade da coisa: o comandante-geral da PM, o comandante-geral do Bombeiros, o chefe da Polícia Civil e o secretário de Segurança. Quer dizer, 4 chefes de polícia, 2 secretários – os mais importantes do governo –, mais 15 sindicatos e associações, 5 deputados estaduais e 4 federais. Imaginem o tanto de testemunha que havia nessa ata.

O governador, com base na ata, encaminha o projeto de lei em fevereiro de 2020. A ata foi assinada no dia 22/11/2019. Assinou e mandou o Projeto de Lei nº 1.451, para quem não se lembra. A Assembleia aprova – nenhum voto contrário – nos dois turnos e encaminha ao governador. Aí, o governador, dizendo que a pandemia tinha chegado, que haveria uma retração enorme da economia, que o barril do petróleo havia caído – está no projeto, está na fundamentação –, vetou duas parcelas, faltou com a palavra. Vetou duas parcelas de 12% e pagou uma de 13%. Continuamos com aquela luta árdua, árdua e persistente, porque eu fui colocado aqui para isso. Eu fui forjado no meio de uma greve em 1997, não ficava com medo de botar a minha cara e estava era fardado em cima de um carro de som. O meu nome estava escrito aqui, numa tarjeta: “Sargento Rodrigues”, brigando por melhoria salarial em 1997. Fui expulso da Polícia Militar porque estava lá com a minha cara na frente. Não foi escondido, não. Foi não! Negociamos com o governo. Ele veio aqui e mandou o seu secretário de Governo, o Sr. Igor Eto, visitar gabinete por gabinete oferecendo emenda parlamentar, oferecendo emenda e falando: “Olhe, vote pela manutenção do veto, vote 'sim' pela manutenção do veto”. Perdemos a votação por quatro votos. Tivemos 35 votos “não” no veto, e o governo conseguiu 33 votos para a manutenção. Perdemos e continuamos a luta. Em 2022, colocamos quase 35 mil servidores aqui, na Praça Sete, em Belo Horizonte. Era zero para todo mundo, era zero para todos os servidores. Com essa mobilização, arrancamos 10,06% para todos os servidores civis e militares, ativos, pensionistas e aposentados – todos. Conseguimos mais uma parcela de 10%!

A inflação do período de 2015 a 2022, Doutor Jean, foi de 59,47%. O governo deu para a segurança uma parcela de 13% e outra de 10,06%, o que totalizou 24,03%. Ao deduzir a inflação pelo que foi pago, ainda nos restou 35,44%. Sr. Deputado que está aqui no Plenário, Sra. Deputada que está no Plenário, que está aí no Salão Vermelho, o governo ficou devendo 35,44%. Aí, numa última tentativa, deputado Mário Henrique Caixa, nós apresentamos uma emenda para ver se a gente consegue uma pequena parcela da inflação de 12,84%. Aí eu vejo o deputado Gustavo Valadares jogar pesado aqui uma emenda, gente, autorizativa. É uma emenda autorizativa! E ele jogando pesado aqui no ouvido dos deputados, a semana inteira, pressionando; reunião no governo, pressionando, para os deputados votarem contra uma emenda autorizativa. Então, o que estou pedindo aos senhores deputados: tenham independência! Votem com a sua consciência! Nós estamos votando uma emenda autorizativa de uma pequena parcela.

Eu quero mostrar para vocês aqui – vou pedir ao som que me ajude, senão a minha garganta não aguenta – o primeiro vídeo para ficar, mais uma vez, documentado nos anais da Assembleia, para que todos os seguidores da educação e da segurança saibam que compromisso foi esse que ele firmou em 2019 e que está registrado. O nosso colega deputado Mauro Tramonte o recebeu no

programa Balanço Geral. O deputado Mauro Tramonte entrevistava o governador Zema, e ele falou: “Não, a segurança pública merece. Se eu fosse contratar 10 mil policiais, ninguém estava reclamando”. E o que nós estamos fazendo aqui é apenas a reposição da inflação. Escutem, por gentileza, o áudio que será transmitido aqui. (– Aproxima o celular do microfone.) “O aumento com responsabilidade em cima dos resultados que são entregues pelo servidor”. Isso foi 12/2/2020. Essa é a fala dele.

Agora vamos para a fala do próprio governador, durante a campanha, no dia 23 de setembro, em visita à Associação dos Oficiais da Polícia Militar. Prestem bem atenção, por gentileza. (– Aproxima o celular do microfone.) “Todo ano tem inflação, então por que esperar 3, 4, 6 anos”? Por gentileza, por gentileza! É importante eu exibir esses vídeos porque é fundamental levá-los aos colegas deputados e deputadas que estão sendo aqui assediados pelo líder do governo, para mostrar que não é ele deputado responsável pelo compromisso, Doutor Jean. Quem fez foi o Zema, por duas vezes, não foi o deputado. Aí o líder do governo pede “vote contra a emenda da segurança”, para expor a base do próprio governo, sendo que quem tem que responder pelo compromisso é quem o fez. A pessoa pode ser o mais humilde que for, não precisa ter os milhões que o Zema tem, não; o cara tem honra, vai lá e faz o compromisso, ele cumpre. Mas é o governador do Estado. Não é qualquer cidadão comum do povo, mas o governador do Estado, que, por duas vezes, faz compromisso.

Agora vamos aqui ao último vídeo que ele fez, na sexta-feira; sexta-feira da semana passada, dia 30 de junho. Olhem o outro vídeo, numa entrevista em Araxá, no dia 30 de junho. Vamos ouvir. (– Aproxima o celular do microfone.) Deixem-me concluir, para vocês entenderem. Ele disse que, no Brasil, há uma Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele alega que o primeiro quadrimestre deste ano, e está aqui, passou de 49,32% – é um relatório de gestão fiscal do próprio Poder Executivo. Até aí, ele está certo.

E ele fala que vai cumprir a lei à risca, só que, servidores da segurança e da educação, o governador, quando sancionou a lei que concedeu 298%, Mário Henrique Caixa, no dia 2 de maio, o 1º quadrimestre já estava estourado. Para ele, o vice e seus secretários, foi aumento real, foram 298%. E aqui diversos colegas deputados e deputadas aprovaram, aprovaram. Ele sancionou a lei no dia 2 de maio, e o quadrimestre encerrou-se no dia 30 de abril. Ele não poderia, diante da sua fala, jamais poderia ter dado aumento para ele e para seus secretários, mas... (– Manifestação nas galerias.)

Senhores, por favor. Gente, por favor. Srs. Deputados, colegas deputadas, este cartaz não foi trazido aqui por mim por acaso. É para, mais uma vez... Deputado Delegado Christiano Xavier, deputada Delegada Sheila, deputado Caporezzo e deputado Coronel Sandro, eu gostaria muito que a bancada da segurança pública estivesse aqui, dentro do Plenário, porque imaginem: eu estou num bloco que está na base; a Sheila, o Sandro e o Caporezzo estão num bloco que está na base; o delegado e deputado Christiano Xavier está num bloco que está na base. Qual é o respeito que ele tem por nós? Qual é, Delegada Sheila? Qual é o respeito que ele tem por nós? Qual é o respeito que o governo tem com a bancada da segurança, com os cinco parlamentares? Não é oposição, senão ele ia falar assim: “É oposição. A oposição que se dane para lá”. Não!

Então, agora, eu vou pedir ao presidente, deputado Gustavo Santana, vou aproveitar que V. Exa. está aqui presente e pedir-lhe e também ao deputado Cássio, que são líderes, pedir ao deputado Gustavo Valadares, ao deputado Carlos Henrique, por favor, alguém oriente melhor o governador. Por que eu trouxe este cartaz? Ele disse que não pode dar reajuste, mas deu para ele. Ele disse que vai cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que não permite reajuste. Está certo. Até aí, ele está certo. Mas quanto à inflação, não, e aqui está a prova. Foi por isso que fiz assim. Falei: “Vou fazer de forma bem didática para o deputado não ter dúvida”. Tirei uma cópia e mandei fazer em letras garrafais. Olha, prezados deputados e deputadas, por que estamos reivindicando apenas a recomposição das perdas inflacionárias? A Lei de Responsabilidade Fiscal e o Regime de Recuperação Fiscal não proíbem que o governo conceda reposição. Onde? Lei Complementar nº 101, de 2020, Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 22, parágrafo único: “Se a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite, são vedados ao poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso: I – a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de

sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão geral prevista no inciso X do art. 37 da Constituição da República”. Essa é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então alguém precisa ensinar ao governador, orientá-lo melhor.

Aí vamos partir da hipótese de que já estivéssemos no regime. Mais adiante, Lei Complementar nº 159, de 2017, que dispõe sobre o Regime de Recuperação Fiscal, art. 8º, inciso I: “A concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros dos Poderes ou de órgãos, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto aqueles provenientes de sentença judicial transitada em julgado, ressalvado o disposto no inciso X do art. 37”. E o que nós estamos pedindo, deputado Caixa? Parte da recomposição. Então não adianta ele dizer e bater no peito: “Eu não posso fazer porque a lei não permite”. Não vou falar que o governador está mentindo. Vou falar que ele desconhece a lei, que não foi bem assessorado. Governador, o senhor não só pode como deve, deve porque fez duas vezes o compromisso, deve porque a lei assegura, determina que faça a recomposição da inflação. Por isso dar parte da recomposição de 12,84% para a educação não é favor, não é favor do governador Romeu Zema, é dever.

Então, continuando aqui, presidente, eu quero apenas partir para a fase, presidente, de agradecimento. Vamos agradecer. Por favor, gente. Eu quero aqui agradecer aos outros 41 deputados que, juntos com este parlamentar, disseram assim: “Sou deputado independente, quero ajudar a segurança e vou assinar a emenda”. Então quero fazer aqui um agradecimento. Queria pedir aos meus combatentes da segurança pública uma salva de palmas para cada colega deputado e deputada, de cujo nome farei a leitura, que assinou, que ombreou, que nos ajudou a chegar com essa emenda de 42 parlamentares. São eles: deputada Alê Portela; (– Palmas.) deputada Ana Paula Siqueira; (– Palmas.) deputada Andréia de Jesus; (– Palmas.) deputada Beatriz Cerqueira; (– Palmas.) deputada Bella Gonçalves; (– Palmas.) deputado Betão; (– Palmas.) deputado Betinho Pinto Coelho; (– Palmas.) deputado Bim da Ambulância; (– Palmas.) deputado Bruno Engler; (– Palmas.) deputado Caporezzo; (– Palmas.) deputado Celinho Sintrocel; (– Palmas.) deputada Chiara Biondini; (– Palmas.) deputado Coronel Sandro; (– Palmas.) deputado Cristiano Silveira; (– Palmas.) deputada Delegada Sheila; (– Palmas.) deputado Delegado Christiano Xavier; (– Palmas.) deputado Doorgal Andrada; (– Palmas.) deputado Doutor Jean Freire; (– Palmas.) Este, diga-se de passagem, me falou quando eu estava na tribuna: “Me dê aqui, Rodrigues. Vamos ali descer com o líder e vamos assinar a emenda”. Deputado Doutor Wilson Batista; (– Palmas.) deputado Doutor Paulo; (– Palmas.) deputado Eduardo Azevedo; (– Palmas.) deputado Elismar Prado; (– Palmas.) deputado Gustavo Santana; (– Palmas.) deputado Fábio Avelar; (– Palmas.) deputada Ione Pinheiro; (– Palmas.) deputado João Magalhães; (– Palmas.) deputado Leandro Genaro; (– Palmas.) deputado Leleco Pimentel; (– Palmas.) deputada Leninha; (– Palmas.) deputado Leonídio Bouças; (– Palmas.) deputada Lohanna; (– Palmas.) deputado Lucas Lasmar; (– Palmas.) deputado Luizinho; (– Palmas.) deputada Macaé Evaristo; (– Palmas.) deputada Maria Clara Marra; (– Palmas.) deputado Mário Henrique Caixa; (– Palmas.) deputado Marquinho Lemos; (– Palmas.) deputado Professor Cleiton; (– Palmas.) deputado Ricardo Campos; (– Palmas.) deputado Thiago Cota; (– Palmas.) e deputado Ulysses Gomes, líder da oposição. (– Palmas.)

Já estou caminhando para o encerramento, presidente, e nós iremos votar.

Eu vou pedir aos colegas, aos 41 deputados e deputadas, por gentileza, que os senhores e as senhoras que assinaram a emenda votem conosco, façam justiça com os servidores da segurança pública. É um apelo, é um pedido, é um pedido. Eu vou ler aqui, e quem sabe a gente ainda consiga o apoio dos outros 34 parlamentares. Aqui a gente não faz isso e não pede, porque o presidente do Poder tem o papel de juiz. É ele quem preside os trabalhos, a palavra final é sempre dele. Então eu quero aqui, presidente, antes de fazer essa exceção, que o próprio Regimento prevê, agradecer a V. Exa. (– Palmas.) Quero agradecer-lhe o zelo, a altivez e a condução dos trabalhos. Quero agradecer, porque V. Exa. é um jovem líder deste Parlamento, mas, acima de tudo, V. Exa. mantém a coerência para manter o Poder independente, independente da pressão de qualquer outro Poder. Muito obrigado pela postura que V. Exa. vem exercendo.

Queria agradecer ao deputado Adriano Alvarenga e pedir-lhe apoio. Quero pedir o apoio do deputado Alencar da Silveira Junior. Eu queria pedir o apoio do deputado que é colega meu, do PL, Antonio Carlos Arantes. Queria também pedir o apoio do deputado Arlen Santiago; do colega deputado Arnaldo Silva; do colega deputado Bosco; do líder do bloco, deputado Cássio Soares. Queria pedir o apoio do líder da Maioria, deputado Carlos Henrique. Queria pedir o apoio do deputado Douglas Melo, que é o nosso querido companheiro de Sete Lagoas. Queria pedir o apoio do deputado Duarte Bechir; do deputado Coronel Henrique, que é também do PL. Queria pedir o apoio do deputado Dr. Maurício, que aqui se encontra, da nossa querida Ouro Fino; do deputado Enes Cândido, lá de Governador Valadares, que inclusive estudou no Colégio Tiradentes da Polícia Militar, por muito tempo. Queria pedir o apoio do meu colega do Norte de Minas, deputado Gil Pereira; do nosso colega Grego da Fundação, de Muriaé. Queria pedir ao deputado Gustavo Valadares que possa inclusive liberar a bancada: libere a bancada, deputado Gustavo Valadares! Queria pedir o voto do deputado João Vítor Xavier; da colega deputada lá de Patos de Minas, a patense Lud Falcão; da colega deputada de Paracatu, deputada Marli Ribeiro; do deputado Mauro Tramonte, que foi testemunha, porque o governador esteve no programa dele dando entrevista, fazendo o compromisso; da deputada Nayara Rocha; do deputado Neilando Pimenta, de Teófilo Otoni; do deputado Noraldino Júnior, de Juiz de Fora; do deputado Oscar Teixeira; do deputado Professor Wendel Mesquita; do deputado Rafael Martins; do deputado Raul Belém, da nossa querida Araguari; do deputado Roberto Andrade, da nossa querida Viçosa; do deputado Rodrigo Lopes, da nossa querida cidade de Andradas; do deputado Tito Torres, da nossa querida João Monlevade; do deputado Vítório Júnior; do deputado Zé Guilherme; e do deputado Zé Laviola.

Eu concedo um aparte ao colega deputado Cristiano Caporezzo, e pediria, ilustre colega, que não só você, mas que a deputada Delegada Sheila, o deputado Coronel Sandro e o deputado Delegado Christiano Xavier pudessem vir aqui fazer um aparte a este deputado, pedindo o apoio dos demais colegas. Por gentileza, V. Exa. tem a palavra.

O deputado Caporezzo (em aparte) – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues.

Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas deputados estaduais. Eu venho trazer uma verdade para a segurança pública que é muito importante para todos da segurança pública que aqui me escutam: não adianta o deputado ir ao município de vocês deixar uma viatura nova, de emenda parlamentar, e deixar o servidor da segurança pública passando necessidade dentro de casa. Têm que cobrar de cada um dos deputados que falam que estão com a segurança, porque ou está ou não está. A gente não está pedindo absolutamente nada demais. É o mínimo, é recomposição de perda inflacionária. Se nós estivéssemos aqui com um discurso insensível, sem perceber as dificuldades que o Estado vem enfrentando, teríamos feito um caos já há muito tempo. E o que é fazer o caos? É parar de trabalhar? Uh! A polícia vai parar? Não, não é parar, não; é deixar de se apaixonar pela ocorrência. Porque a verdade é a seguinte: a polícia, muitas vezes, vai para a ocorrência ver o que está acontecendo e vê a injustiça prevalecer diante dos seus olhos, por causa de uma lei penal que, infelizmente, é uma impotência. A impotência da lei penal brasileira funciona, infelizmente, como verdadeiro combustível para o crime. E aí o policial vai lá, emociona-se, acaba se envolvendo, faz além da sua missão para proteger a sociedade. E agora, na hora de ter o mínimo de reconhecimento, é isso o que nós vamos receber? É o quê? É o apoio desta Casa, gente. Uma salva de palmas para todos os deputados que assinaram a emenda.

É isso que nós queremos, é coerência. Podem contar comigo. A direita vive em Minas Gerais. Estamos juntos.

O deputado Sargento Rodrigues – Passo a palavra à ilustre deputada Delegada Sheila, para também reforçar o pedido de apoio.

A deputada Delegada Sheila (em aparte) – Gostaria de, neste momento, nesta Casa, fazer também um apelo aos colegas, principalmente aos nossos líderes. É só uma emenda autorizativa. A gente sabe que essa emenda não tem poder de obrigar o governador a fazer essa recomposição de perdas salariais nos mesmos índices que a educação recebeu, de forma justa a meu ver, pois todos merecem. É só uma emenda autorizativa, mas já é algo simbólico, é uma força para a gente, é uma esperança de que essa recomposição virá. Não é justo quem doa sua vida pela sociedade estar praticamente passando necessidades. Eu conheço colegas

meus que não estão conseguindo mais pagar o aluguel nem comprar o alimento de forma suficiente. É pouco dinheiro; até com essa recomposição será pouco, não trará quase impacto algum, mas nós precisamos dela e precisaremos de mais depois. Então eu peço aos colegas: vamos colaborar; é só uma emenda autorizativa.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado. Passo a palavra ao deputado Coronel Sandro, para que ele também possa fazer o pedido de reforço do voto da emenda.

O deputado Coronel Sandro (em aparte) – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Um abraço a todos os profissionais da segurança pública que estão aqui; um abraço à representação dos professores aqui.

Sobre recomposição salarial, a minha postura já é conhecida aqui, na Casa, e eu faço sempre questão de declará-la. Eu voto sempre favoravelmente a toda proposta de recomposição, reajuste, aumento, gratificação ou benefício para servidores públicos. E hoje nós estamos aqui para pedir aos colegas, além daqueles 41 que já assinaram a emenda, que votem a favor da emenda que nasceu na Comissão de Segurança Pública. Todos esses 41 deputados assinaram conosco, é questão de justiça. Por quê? Diferentemente dos demais servidores, que são merecedores também, a segurança pública tem uma situação peculiar porque o profissional sai cedo de casa para trabalhar e pode morrer. Então nós não queremos privilégios, nós queremos justiça. Hoje nós vamos votar aqui o projeto do piso salarial dos professores, e votarei com muito gosto, e vamos votar favoravelmente à emenda que estende a recomposição ou esse salário aos profissionais da segurança pública. Obrigado, Sargento Rodrigues. Um abraço a todos vocês.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado. Concedo aparte ao deputado Lucas Lasmar. Por gentileza. Seja breve porque agora é a própria educação que está cobrando o voto.

O deputado Lucas Lasmar (em aparte) – Está bem. Eu quero ser breve. Obrigado pela oportunidade de falar aqui para toda a força de segurança do nosso estado. Nós também temos que lembrar um projeto de lei que é para trazer igualdade, para que a Polícia Militar, a Civil, o Corpo de Bombeiros e a Penal possam receber auxílio-alimentação. Eu estou relator na CCJ, o meu parecer é favorável, e gostaria de pedir ao presidente da CCJ para colocá-lo em pauta novamente, para que ele possa andar aqui, nesta Casa, e trazer esse direito que todos os servidores recebem também, menos vocês.

O meu voto é favorável à força de segurança e também à educação. E quero destacar aqui e fazer justiça ao presidente da Assembleia, Tadeu, que teve sua palavra sobre votar o reajuste da educação questionada ontem pela imprensa. Se não fosse o presidente Tadeu hoje, nesta Casa Legislativa, nós seríamos tratorados para sempre. O presidente Tadeu trouxe a legitimidade para o Parlamento, a força da independência. Então, presidente, pode ter certeza de que eu sei que, sempre que sua palavra for dita, ela será cumprida. E hoje esse projeto só está aqui pela sua força e também pelo bloco de oposição. Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues – Concedo aparte à ilustre deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus (em aparte) – Bom dia. Bom dia, trabalhadores da educação e da segurança pública. Estou aqui pedindo o apoio dos colegas para dizer que é muito importante a emenda que garante também o reajuste para os trabalhadores da segurança pública. Quero dizer, Sargento Rodrigo, que eu não só assinei a emenda, como estou aqui deixando meu compromisso de votar para garantir que os trabalhadores da segurança também sejam atendidos por um governo que não tem compromisso com os servidores públicos – e esta Casa demonstra isso.

Quero, mais uma vez também, parabenizar o nosso presidente Tadeu, que está conduzindo de forma exemplar, dando autonomia e respeito para esta Casa.

E mais do que isso: é preciso garantir também, como professora, pois eu sou educadora infantil em Ribeirão das Neves, e o que nós estamos defendendo aqui é não só o reajuste salarial, porque a gente sabe que a economia das cidades são mantidas pelos trabalhadores, então, por isso, é fundamental garantir a dignidade dos professores com esse reajuste de 12%.

Estamos juntos, e ninguém vai sair daqui nesta manhã mais uma vez sendo manipulado por este governo. O nosso compromisso nesta manhã é garantir o reajuste dos professores e estender isso aos trabalhadores da segurança pública. Obrigada.

A deputada Ana Paula Siqueira (em aparte) – Obrigada, deputado Sargento Rodrigues. Quero aqui cumprimentar todas as colegas, todos os colegas, todos os servidores públicos que estão aqui conosco, hoje, no Plenário.

Gente, hoje é uma manhã de vitória, e eu quero aqui parabenizar todos os servidores públicos do Estado de Minas Gerais por essa luta conjunta, comprometida com a melhoria de todos. Vamos votar “sim” ao reajuste da educação; vamos votar “sim” a essa emenda, que visa ao reajuste, que visa reorganizar a categoria de servidores públicos, e vamos pleiteá-la para as demais categorias.

Eu estou pedindo, Sargento, a retirada do meu encaminhamento, para que nós possamos acelerar essa votação em alguns minutos, celebrarmos e comemorarmos juntos a vitória dos servidores do Estado de Minas Gerais. Vamos juntos!

O deputado Sargento Rodrigues – O.K. Obrigado, Ana Paula. Eu também não farei encaminhamento, sinto-me contemplado, mas falta fazer um apelo.

Eu vou evitar conceder o aparte porque eu já fui pressionado de tudo quanto é lado aqui, agora. Eu vou evitar conceder mais apartes e peço a gentileza dos colegas deputados e deputadas porque há uma pressão aqui, da bancada da educação, falando para votarmos. Então vamos votar.

Eu não vou encaminhar, sinto-me contemplado. Parabéns aos profissionais de educação que hoje terão uma parcela de recomposição, e eu continuo fazendo um apelo a cada colega deputado e deputada: ajude-nos a aprovar uma emenda que é autorizativa. Ninguém está colocando a faca no pescoço do governador, mesmo ele tendo feito os compromissos que fez, mesmo ele dizendo que não pode conceder a inflação, sendo que a Lei de Responsabilidade Fiscal permite.

Agradeço a todos os colegas deputados e deputadas que a assinaram e faço um apelo enorme para que os demais colegas deputados e deputadas votem “sim” à nossa emenda. Obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Não há outros oradores inscritos.

– Vêm à Mesa:

#### **EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 822/2023 (2º TURNO)**

Aditiva.

Acrescente-se onde convier ao Projeto de Lei nº 822/2023, o seguinte artigo:

“Art. ... – Ficam revistos o subsídio e o vencimento básico dos servidores públicos civis e militares da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo mediante a aplicação do índice de 5,78% (cinco vírgula setena e oito por cento), nos termos do inciso X do caput do art. 37 da Constituição da República e do art. 24 da Constituição do Estado, a partir de 1º janeiro de 2023.

I – Grupo de Atividades de Gestão, Planejamento, Tesouraria e Auditoria e Político-Institucionais de que trata a Lei nº 15.470, de 13 de janeiro de 2005;

II – Auditor Interno de que trata a Lei nº 15.304, de 11 de agosto de 2004;

III – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental de que trata a Lei nº 18.974, de 29 de junho de 2010;

IV – Grupo de Atividades de Agricultura e Pecuária de que trata a Lei nº 15.303, de 10 de agosto de 2004;

V – Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – de que trata a Lei nº 20.822, de 30 de julho de 2013;

VI – Grupo de Atividades de Saúde de que trata a Lei nº 15.462, de 13 de janeiro de 2005;

- VII – Grupo de Atividades de Cultura de que trata a Lei nº 15.467, de 13 de janeiro de 2005;
- VIII – Grupo de Atividades de Educação Superior de que trata a Lei nº 15.463, de 13 de janeiro de 2005;
- IX – Grupo de Atividades de Seguridade Social de que trata a Lei nº 15.465, de 13 de janeiro de 2005;
- X – Grupo de Atividades de Ciência e Tecnologia de que trata a Lei nº 15.466, de 13 de janeiro de 2005;
- XI – Grupo de Atividades de Desenvolvimento Econômico e Social de que trata a Lei nº 15.468, de 13 de janeiro de 2005;
- XII- Grupo de Atividades de Defesa Social de que tratam os incisos I a VI e XVII do art. 1º da Lei nº 15.301, de 2004;
- XIII – Delegado de Polícia, Escrivão de Polícia, Investigador de Polícia, Médico-Legista e Perito Criminal de que trata a Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013;
- XIV – Quadros de Oficiais e Praças da PMMG e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais de que trata a Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969;
- XV – Agente de Segurança Penitenciário de que trata a Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003;
- XVI – Agente de Segurança Socioeducativo de que trata a Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004;
- XVII – Grupo de Atividades de Transportes e Obras Públicas de que trata a Lei nº 15.469, de 13 de janeiro de 2005;
- XVIII – Grupo de Atividades de Tributação, Fiscalização e Arrecadação de que trata a Lei nº 15.464, de 13 de janeiro de 2005;
- XIX – Técnico Fazendário de Administração e Finanças e Analista Fazendário de Administração e Finanças de que trata a Lei nº 15.464, de 2005;
- XX – Grupo de Atividades Jurídicas de que trata a Lei Complementar nº 81, de 10 de agosto de 2004;
- XXI – Grupo de Atividades de Pesquisa e Ensino em Políticas Públicas de que trata a Lei nº 23.178, de 21 de dezembro de 2018;
- XXII – Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de que trata a Lei nº 15.461, de 13 de janeiro de 2005;
- XXIII – Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004;
- XXIV – Diretor de Escola e Secretário de Escola, de que trata a Lei nº 15.293, de 2004;
- III – Vice-Diretor de Escola, Coordenador de Escola e Coordenador de Posto de Educação Continuada – Pecon –, de que trata a Lei nº 15.293, de 2004.

Parágrafo 1º – O disposto no caput aplicar-se-á independente do reajuste de 12,84% (doze vírgula oitenta e quatro por cento) concedido nos termos do artigo 1º desta lei.

Parágrafo 2º – A revisão prevista neste artigo não será deduzida do valor da Vantagem Temporária Incorporável – VTI –, instituída pela Lei nº 15.787, de 27 de outubro de 2005.

Parágrafo 3º – O disposto no caput aplica-se aos cargos de provimento em comissão, funções gratificadas e gratificações de função do Poder Executivo previstos nesta lei”.

“Art. ... – A revisão prevista nesta lei também se aplica:

I – aos servidores inativos e aos pensionistas que fazem jus à paridade, nos termos da Constituição da República e da Constituição do Estado;

II – aos valores da Bolsa de Atividades Especiais assegurada aos bolsistas da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, nos termos do § 2º do art. 1º da Lei nº 15.790, de 3 de novembro de 2005;

III – às vantagens pessoais de que tratam o § 3º do art. 4º da Lei nº 18.975, de 29 de junho de 2010, o § 6º do art. 11 da Lei nº 20.591, de 28 de dezembro de 2012, o § 4º do art. 1º da Lei nº 14.683, de 30 de julho de 2003, e o § 3º do art. 1º da Lei nº 10.470, de 15 de abril de 1991;

IV – aos detentores de função pública de que trata a Lei nº 10.254, de 20 de julho de 1990;

V – aos contratos temporários vigentes na data de publicação desta lei, de que trata a Lei nº 23.750, de 23 de dezembro de 2020;

VI – aos convocados para funções de magistério de que trata o Decreto nº 48.109, de 30 de dezembro de 2020.”.

Sala das Reuniões, 29 de junho de 2023.

Ulysses Gomes, líder do Bloco Democracia e Luta (PT).

### EMENDA Nº 2 AO PROJETO DE LEI Nº 822/2023 (2º TURNO)

Aditiva.

Acrescente-se onde convier ao Projeto de Lei nº 822/2023, os seguintes artigos:

“Art. ... – Fica o Poder Executivo autorizado a aplicar o índice de 12,84% (doze vírgula oitenta e quatro por cento), a partir 1º de janeiro de 2023, sobre os valores dos vencimentos básicos dos ocupantes de cargos efetivos e detentores de função pública das seguintes carreiras do Poder Executivo:

I – Grupo de Atividades de Gestão, Planejamento, Tesouraria e Auditoria e Político-Institucionais de que trata a Lei nº 15.470, de 13 de janeiro de 2005;

II – Auditor Interno de que trata a Lei nº 15.304, de 11 de agosto de 2004;

III – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental de que trata a Lei nº 18.974, de 29 de junho de 2010;

IV – Grupo de Atividades de Agricultura e Pecuária de que trata a Lei nº 15.303, de 10 de agosto de 2004;

V – Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG – de que trata a Lei nº 20.822, de 30 de julho de 2013;

VI – Grupo de Atividades de Saúde de que trata a Lei nº 15.462, de 13 de janeiro de 2005;

VII – Grupo de Atividades de Cultura de que trata a Lei nº 15.467, de 13 de janeiro de 2005;

VIII – Grupo de Atividades de Educação Superior de que trata a Lei nº 15.463, de 13 de janeiro de 2005;

IX – Grupo de Atividades de Seguridade Social de que trata a Lei nº 15.465, de 13 de janeiro de 2005;

X – Grupo de Atividades de Ciência e Tecnologia de que trata a Lei nº 15.466, de 13 de janeiro de 2005;

XI – Grupo de Atividades de Desenvolvimento Econômico e Social de que trata a Lei nº 15.468, de 13 de janeiro de 2005;

XII- Grupo de Atividades de Defesa Social de que tratam os incisos I a VI e XVII do art. 1º da Lei nº 15.301, de 2004;

XIII – Delegado de Polícia, Escrivão de Polícia, Investigador de Polícia, Médico-Legista e Perito Criminal de que trata a Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013;

XIV – Quadros de Oficiais e Praças da PMMG e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais de que trata a Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969;

XV – Agente de Segurança Penitenciário de que trata a Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003;

XVI – Agente de Segurança Socioeducativo de que trata a Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004;

XVII – Grupo de Atividades de Transportes e Obras Públicas de que trata a Lei nº 15.469, de 13 de janeiro de 2005;



XVIII – Grupo de Atividades de Tributação, Fiscalização e Arrecadação de que trata a Lei nº 15.464, de 13 de janeiro de 2005;

XIX – Técnico Fazendário de Administração e Finanças e Analista Fazendário de Administração e Finanças de que trata a Lei nº 15.464, de 2005;

XX – Grupo de Atividades Jurídicas de que trata a Lei Complementar nº 81, de 10 de agosto de 2004;

XXI – Grupo de Atividades de Pesquisa e Ensino em Políticas Públicas de que trata a Lei nº 23.178, de 21 de dezembro de 2018;

XXII – Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de que trata a Lei nº 15.461, de 13 de janeiro de 2005.

Parágrafo 1º – O reajuste previsto neste artigo não será deduzido do valor da Vantagem Temporária Incorporável – VTI –, instituída pela Lei nº 15.787, de 27 de outubro de 2005.

Parágrafo 2º – O disposto no caput aplica-se aos cargos de provimento em comissão, funções gratificadas e gratificações de função do Poder Executivo previstos nesta lei”.

“Art. ... – O reajuste previsto nesta lei também se aplica:

I – aos servidores inativos e aos pensionistas que fazem jus à paridade, nos termos da Constituição da República e da Constituição do Estado;

II – aos valores da Bolsa de Atividades Especiais assegurada aos bolsistas da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, nos termos do § 2º do art. 1º da Lei nº 15.790, de 3 de novembro de 2005;

III – às vantagens pessoais de que tratam o § 3º do art. 4º da Lei nº 18.975, de 29 de junho de 2010, o § 6º do art. 11 da Lei nº 20.591, de 28 de dezembro de 2012, o § 4º do art. 1º da Lei nº 14.683, de 30 de julho de 2003, e o § 3º do art. 1º da Lei nº 10.470, de 15 de abril de 1991;

IV – aos detentores de função pública de que trata a Lei nº 10.254, de 20 de julho de 1990;

V – aos contratos temporários vigentes na data de publicação desta lei, de que trata a Lei nº 23.750, de 23 de dezembro de 2020;

VI – aos convocados para funções de magistério de que trata o Decreto nº 48.109, de 30 de dezembro de 2020.”.

Sala das Reuniões, 29 de junho de 2023.

Ulysses Gomes, líder do Bloco Democracia e Luta (PT).

### **EMENDA Nº 3 AO SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 822/2023 (2º TURNO)**

Acrescente-se onde convier:

“Art. ... – Fica o Poder Executivo autorizado a reajustar em 12,84 (doze vírgula oitenta e quatro por cento), a partir de 1º de janeiro 2023, os valores dos vencimentos das carreiras, dos cargos de provimento em comissão e das gratificações dos servidores do Grupo de Atividades de Saúde de que trata a Lei nº 15.462, de 13 de janeiro de 2005.

Parágrafo único – o reajuste previsto no caput também se aplica ao servidor inativo e ao pensionista que fazem jus a paridade, nos termos da Constituição da República e da Constituição do Estado.”.

Sala das Reuniões, 29 de junho de 2023.

Doutor Jean Freire, líder da Minoria (PT).

**EMENDA Nº 4 AO PROJETO DE LEI Nº 822/2023 (2º TURNO)**

Acrescente-se onde convier:

“Art. ... – Fica o Poder Executivo autorizado a conceder revisão de 12,84% (doze vírgula oitenta e quatro por cento), a partir de 1º de janeiro de 2023:

I – dos valores das tabelas de vencimento básico das carreiras de policiais civis, a que se refere a Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013;

II – dos valores das tabelas de vencimento básico das carreiras administrativas da Polícia Civil, a que se referem os incisos IV a VI do art. 1º da Lei nº 15.301, de 10 de agosto de 2004;

III – dos valores da remuneração básica dos postos e graduações da Polícia Militar de Minas Gerais e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, a que se refere a Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969;

IV – dos valores da tabela de subsídio das carreiras do pessoal civil da Polícia Militar de Minas Gerais, a que se referem os incisos VII a XI do art. 1º da Lei nº 15.301, de 2004;

V – dos valores da tabela de vencimento básico da carreira de Agente de Segurança Penitenciário, a que se refere a Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003, e o art. 6º da Lei nº 13.720, de 27 de setembro de 2000;

VI – dos valores da tabela de vencimento básico da carreira de Agente de Segurança Socioeducativo, instituída pela Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004;

VII – dos valores das tabelas de vencimento básico das carreiras administrativas da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, a que se referem os incisos I a III e XVII do art. 1º da Lei nº 15.301, de 2004;

VIII – dos valores remanescentes das parcelas mensais dos contratos temporários de prestação de serviços de Agente de Segurança Penitenciário e de Agente de Segurança Socioeducativo celebrados com base no disposto na Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009.

Parágrafo único – O disposto no caput deste artigo aplica-se aos servidores inativos e aos pensionistas que têm direito à paridade, nos termos da Constituição da República.”.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2023.

Sargento Rodrigues – Alê Portela – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bim da Ambulância – Bruno Engler – Caporezzo – Celinho Sintrocel – Chiara Biondini – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Doutor Paulo – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Fábio Avelar – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Leninha – Leonídio Bouças – Lohanna – Lucas Lasmar – Luizinho – Macaé Evaristo – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Professor Cleiton – Ricardo Campos – Thiago Cota – Ulysses Gomes.

**ACORDO DE LÍDERES**

A totalidade dos líderes com assento nesta Casa acordam seja recebida, em 2º turno, uma emenda, do deputado Sargento Rodrigues e outros, ao Projeto de Lei nº 822/2023, contendo matéria nova, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno.

Sala das Reuniões, 6 de julho de 2023.

**DECISÃO DA PRESIDÊNCIA**

A presidência acolhe o acordo e determina seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 6 de julho de 2023.

Tadeu Martins Leite, presidente.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto duas emendas do deputado Ulysses Gomes, que receberam os nºs 1 e 2, uma do deputado Doutor Jean Freire, que recebeu o nº 3, e uma do deputado Sargento Rodrigues e outros, que recebeu o nº 4, a qual, por conter matéria nova, vem acompanhada de Acordo de Líderes. A presidência, nos termos do § 3º do art. 189 c/c o inciso II do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber as Emendas nºs 1 a 3 por conterem matéria nova e não estarem acompanhadas de Acordo de Líderes. A presidência informa, ainda, que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, a Emenda nº 4 será submetida à votação independentemente de parecer. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 66 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo, salvo emenda.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Douglas Melo (PSD)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Doutor Paulo (PATRIOTA)  
Dr. Maurício (NOVO)  
Duarte Bechir (PSD)  
Eduardo Azevedo (PSC)  
Elismar Prado (PROS)  
Enes Cândido (PP)  
Gil Pereira (PSD)  
Grego da Fundação (PMN)  
Gustavo Santana (PL)  
Gustavo Valadares (PMN)  
Ione Pinheiro (UNIÃO)  
João Magalhães (MDB)  
Leandro Genaro (PSD)  
Leleco Pimentel (PT)  
Leninha (PT)  
Lohanna (PV)  
Lucas Lasmar (REDE)  
Luizinho (PT)  
Macaé Evaristo (PT)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Mário Henrique Caixa (PV)  
Marli Ribeiro (PSC)  
Marquinho Lemos (PT)  
Nayara Rocha (PP)  
Neilando Pimenta (PSB)  
Noraldino Júnior (PSC)  
Oscar Teixeira (PP)  
Professor Cleiton (PV)  
Rafael Martins (PSD)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Ricardo Campos (PT)  
Roberto Andrade (PATRIOTA)  
Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Em votação, a Emenda nº 4.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 31 deputados; votaram “não” 34 deputados, totalizando 65 votos. Está rejeitada a Emenda nº 4. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 822/2023 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Doutor Jean Freire (PT)

Eduardo Azevedo (PSC)

Elismar Prado (PROS)

Gustavo Santana (PL)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Luizinho (PT)

Macaé Evaristo (PT)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Mário Henrique Caixa (PV)  
Marquinho Lemos (PT)  
Professor Cleiton (PV)  
Ricardo Campos (PT)  
Sargento Rodrigues (PL)  
Ulysses Gomes (PT)  
– Registraram “não”:  
Adriano Alvarenga (PP)  
Antonio Carlos Arantes (PL)  
Arlen Santiago (AVANTE)  
Arnaldo Silva (UNIÃO)  
Bim da Ambulância (AVANTE)  
Bosco (CIDADANIA)  
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)  
Cassio Soares (PSD)  
Charles Santos (REPUBLICANOS)  
Coronel Henrique (PL)  
Douglas Melo (PSD)  
Doutor Paulo (PATRIOTA)  
Dr. Maurício (NOVO)  
Duarte Bechir (PSD)  
Enes Cândido (PP)  
Gil Pereira (PSD)  
Grego da Fundação (PMN)  
Gustavo Valadares (PMN)  
João Magalhães (MDB)  
Leandro Genaro (PSD)  
Marli Ribeiro (PSC)  
Nayara Rocha (PP)  
Neilando Pimenta (PSB)  
Noraldino Júnior (PSC)  
Oscar Teixeira (PP)  
Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PATRIOTA)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

### Declarações de Voto

A deputada Ana Paula Siqueira – Pessoal, bom dia. Bom dia a todos os colegas deputados e deputadas. Lamentavelmente, gente – tenho que registrar aqui –, a base do governo Zema vota “não” a essa emenda que busca o reajuste da categoria dos servidores da segurança pública. Meu voto foi “sim”. Eu quero aqui parabenizar a todos os servidores que estão presentes. Apesar desse voto contrário da base do governo Zema, vocês, servidores da segurança pública, sempre vão poder contar com o meu apoio, com o apoio do Bloco Democracia e Luta. Hoje nós saímos daqui com a vitória da educação, mas voltamos no semestre que vem em busca também do sucesso dos demais servidores do Estado. Boa tarde para todos e para todas. Viva a educação pública do Estado de Minas Gerais! Fora, Zema!

A presidenta (deputada Leninha) – Obrigada, deputada Ana Paula Siqueira. Com a palavra, para declaração de voto, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Mais uma vez, bom dia, trabalhadores e trabalhadoras deste estado, professores que saem daqui vitoriosos, mas que também reforçaram uma luta importante para a segurança pública. É vergonhoso a base do governo não reconhecer o trabalho da segurança pública neste estado e negar aquilo que é direito. Na minha declaração de voto, eu fico muito tranquila, porque mantive meu compromisso com aqueles que garantem este estado funcionando. Meu voto é “sim” para garantir o reajuste para a segurança. Mas, mais do que isso, nesta manhã, estamos aqui celebrando a conquista dos professores que, de forma incansável, fizeram com que o governo do Estado garantisse, e que esta Casa assumisse, os 12% de reajuste para os professores. As mentiras que foram ditas não se sustentam, porque a educação é mantida pelo fundo. Então está garantido esse reajuste para todos os professores. Quero aproveitar esta manhã para comemorar porque eu, que sou fruto dessa educação e de políticas que garantiram que eu chegasse à universidade, estou vibrando por ter um presidente da República que assumiu o compromisso com a educação. Então eu quero repudiar aqueles que insistem em questionar se o Lula, presidente da República pelo terceiro mandato, tem ou não diploma. Foi esse homem quem garantiu que a única mulher de várias gerações da minha família tivesse um curso superior. Graças ao governo Lula hoje eu tenho diploma e mudei a realidade de uma geração inteira. Então quero repudiar aqueles que questionam o presidente Lula pelo fato de ter ou não diploma. Eu quero aqui garantir que a educação continue sendo prioridade na minha vida e nesta Casa. Obrigada, presidenta.

O deputado Ricardo Campos – Obrigado, deputada Leninha. Caros deputados, caras deputadas, todo povo que nos acompanha pela TV Assembleia, diversos servidores da educação e da segurança que nos acompanham aqui, a verdade sempre prevalece. A verdade sempre é posta como a maior virtude, em especial, da política pública, em especial, do bom político. E hoje o Bloco Democracia e Luta dá mais uma demonstração de que está sempre junto do povo. O nosso mandato, o nosso trabalho é voltado a fazer um estado que promova ações de política pública para quem mais precisa, e nada melhor, para que isso aconteça, do que termos servidores valorizados, servidores que possam ter melhores condições de vida. Nós sabemos que hoje meramente cumprimos a obrigação de recompor o piso salarial da educação no nosso estado. Mas, mais do que isso, acabamos de ver o descaso do governo do

Estado para recompor a segurança pública, e não só a segurança pública. Há diversos órgãos que não têm contingente de pessoal, assim como acontece com a segurança e com a saúde. Os trabalhadores do Idene, os trabalhadores do IMA, os trabalhadores da Seapa estão há mais de 15 anos sem sequer terem reajuste salarial. Então, gente, o que nós queremos dizer aqui é que a verdade foi restabelecida, que a nossa votação de hoje em favor da educação, em favor do servidor, do serviço público de qualidade prevaleceu sobre as fake news que foram plantadas. O meu celular e os celulares dos demais colegas do bloco ficaram inflamados de mensagens com fake news, mas nós, o tempo todo, mostramos trabalho aqui, no bloco, em especial dos nossos deputados e deputadas que hoje afirmaram a vontade soberana do povo de ter um estado mais justo com seus servidores. Eu quero aqui conclamar os demais servidores da educação, da segurança e os deputados para que possamos pensar também no próximo, pensar nos nossos colegas servidores do Idene, servidores da Seapa, servidores do IMA, que estão há mais de 15 anos sem reajuste, sem recomposição salarial. O mais estranho, deputada Leninha, é que, quando nós abrimos diálogo com o governo para falar sobre essas categorias, o governo alega que, pelo fato de o Idene ser uma entidade com CNPJ próprio, de o IMA ser uma entidade com CNPJ próprio, porque são autarquias, não pode haver recomposição salarial para eles em função de o Estado atingir o limite prudencial. Acontece que o limite prudencial não é considerado quando o governador quer abrir mão de uma receita de mais de R\$1.000.000.000,00 para o Estado em favor das locadoras de veículos que não querem pagar o valor justo do IPVA. Aqui, nós queremos fazer um apelo aos colegas para trazermos, juntos, a pauta dos servidores do Idene, dos servidores do IMA e dos servidores da Seapa, que estão também clamando pelo apoio de todos vocês, servidores. Obrigado, presidente.

O presidente (deputado Ricardo Campos) – Com a palavra, para declaração de voto, a deputada Leninha.

A deputada Leninha – Eu queria fazer uma saudação muito especial, nesta manhã, a todas as pessoas do movimento sindical, seja da segurança, da educação, da saúde, enfim, queria também fazer uma saudação. Eu não poderia deixar de, publicamente, reconhecer o papel importante do nosso presidente da Mesa, que mantém a autonomia do Parlamento para o bem da política de Minas Gerais. Eu queria fazer aqui um agradecimento especial ao presidente mas também um agradecimento ao nosso bloco, que, na semana passada, foi atacado violentamente com fake news pela mídia – principalmente a companheira Beatriz Cerqueira. Nós acompanhamos toda a perseguição, toda a mentira em torno do nosso processo de obstrução na semana passada. Quero dizer ao governador que a nossa posição aqui, de fato, não é para favorecer o governo de Minas Gerais. A nossa posição, nesta Casa, sempre foi para defender os interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras do Estado de Minas Gerais. Quero dizer que nós temos lado, que não temos dúvidas de que lado a gente luta, com quem a gente luta. Não temos dúvida de que lado nós estamos na história da política de Minas Gerais. Então, mais uma vez, parabéns não só ao bloco mas também a todos aqueles e aquelas que se mantiveram firmes para recompor as perdas salariais da educação. Infelizmente nós não tivemos o mesmo êxito com o pessoal da segurança, e é lamentável! É lamentável que parlamentares assinem pela proposição da emenda autorizativa e não compareçam ao Plenário para votar. Nós precisamos dizer sempre de que lado nós estamos, e não fazermos jogo. A política é feita de gestos concretos, verdadeiros, reais e leais. Mas eu também não poderia deixar de colocar aqui essa história de o governo falar que vai colapsar a economia, que, se a gente não votar o PAF, vai comprometer inclusive o pagamento em dia do servidor público. Na semana que vem, todos nós vamos acompanhar, nesta Casa, este governo que fala que vai colapsar a economia com a nossa não votação do PAF, mas ele é o mesmo governo que vai conceder isenções e perdões de IPVA para grandes empresários. Nós não podemos ter um governo que cuida dos riscos e que abandona os trabalhadores e as trabalhadoras. A boa e a melhor prática da política é feita de fatos, é feita de informações. Então nós votamos aqui pelo “sim” da educação, pelo “sim” do reajuste da segurança, e que nós não percamos de vista que precisamos continuar lutando pelo pessoal da saúde, porque, felizmente, nós temos um presidente que já se pronunciou, nesta semana, que vai inclusive pagar retroativamente o piso da enfermagem. E não podemos nos esquecer do nosso pessoal do ensino superior, da Uemg e da Unimontes. Nós queremos construir e pavimentar um caminho de diálogo e de construção para que a gente tenha também sinalizada, por parte do governo, uma recomposição das perdas e melhores condições salariais para os professores, para os doutores e para o pessoal administrativo do ensino superior. Queremos vislumbrar, ainda neste ano, algum projeto que reconheça



essa categoria tão importante para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. É isso, minha gente! Nós seguiremos juntos e firmes aqui, em defesa dos direitos conquistados, em defesa da melhoria da qualidade de vida e dos salários de todos os servidores do Estado de Minas Gerais. Uma boa tarde!

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, eu queria primeiro agradecer a Deus o dia de hoje e estarmos aqui, com saúde, com disposição para continuar a nossa luta neste Plenário, onde já tivemos dezenas de vitórias. O dia de hoje foi muito especial. Quero agradecer aos trabalhadores da educação e parabenizá-los pela presença. Parabéns! Parabéns a vocês! Vocês merecem! Vocês são batalhadores! Vocês educam! Vocês fazem o ser humano melhor em sala de aula. Eu também estudei em uma escola estadual chamada Geraldo Jardim Linhares, na Cabana do Pai Tomás. Então, parabéns! Eu sei o valor que cada professor e que cada professora têm em sala de aula. Que Deus continue abençoando todos vocês! Aos meus combatentes da segurança pública, ressalto que é bom que vocês saibam como o jogo é pesado. É bom que vocês saibam como o jogo é rasteiro aqui dentro do Plenário, e olhem que não foi por falta de empenho deste deputado nesses últimos meses. Nós estamos cobrando do governador, desde o primeiro dia deste novo mandato. Nós fizemos quatro reuniões com o governo – quatro reuniões. Nós fizemos uma audiência pública, e o governo se manteve inerte, gélido, frio, como se não tivesse feito nenhum compromisso e como se o servidor não estivesse fazendo as entregas. Vou mandar um recado muito claro ao comandante-geral da Polícia Militar, à chefe da Polícia Civil, ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros e ao secretário de Segurança Pública: quando os senhores ou a senhora forem cobrar as metas dos seus subordinados, as metas que fazem com que eles sejam cobrados e apertados a ponto de levá-los a adoecimento mental, a uma sobrecarga de trabalho, a suicídio e a licenças médicas constantes, os senhores se lembrem do reconhecimento do governador Romeu Zema. Lembrem-se do reconhecimento! O Sr. Gustavo Valadares, quando fez esse assédio moral no ouvido de deputados e deputadas, prometendo mundos e fundos, assim o fez a mando do governador Romeu Zema. Ele não o fez por conta própria. Então o recado vai para o comandante-geral da Polícia Militar, para o comandante-geral do Corpo de Bombeiros, para a chefe da Polícia Civil e para o secretário de Segurança Pública. Não venham cobrar que servidores deem a vida para bater metas – metas, muitas vezes, só no campo burocrático –, só para mostrar um dado gráfico, adoecendo o nosso pessoal. Nós apresentamos uma emenda que não tinha absolutamente nenhum vício de iniciativa e conseguimos até um acordo dos líderes. E eu quero aqui, mais uma vez, enaltecer cada deputada e cada deputado que assinou a emenda, fazendo um agradecimento especial ao líder da oposição, deputado Ulysses Gomes, que se manteve, eu diria, sensível a todo momento, ajudando-nos a todo momento. Mas faltou coragem de alguns colegas deputados e deputadas; faltou coragem de alguns que assinaram a própria emenda e que, a pedido do deputado Gustavo Valadares, ausentaram-se do Plenário. É muito triste você ver um deputado e uma deputada que foi às urnas, que recebeu um mandato, que recebeu – falo da minha vida pública – a coisa mais bela que a gente pode receber, que é a outorga de poder fazer uma lei, de poder defender o cidadão que não tem poder e voz aqui dentro e que, investido no mandato, entrega o mandato ao líder do governo. Perdoe-me a essência da minha veracidade, mas é vergonhoso você ver um deputado e uma deputada que foi às urnas, que recebeu a procuração, e, como advogado, deputado Professor Cleiton, digo que a gente recebe uma procuração para manejar um processo judicial de uma pessoa, de uma empresa e de uma família, mas, como deputado, essa procuração é alargada. Como deputado, nós falamos, nós obstruímos, nós fazemos leis para 21 milhões de pessoas, nós defendemos aquilo que é justo, nós colocamos aqui o nosso trabalho, de corpo e alma, e, às vezes, você vê um colega deputado e uma colega deputada entregar a procuração para o líder do governo ou para o governador Romeu Zema.

A presidenta (deputada Leninha) – Conclua, por favor.

O deputado Sargento Rodrigues – Perdoe-me, Sra. Presidente, mas é um dia muito especial, e nós não caímos, não fomos derrotados e estamos de pé. Quem foi derrotado? Foi aquele que mentiu várias vezes para o servidor público, que é o senhor governador Romeu Zema. Ele foi derrotado; aqueles que se aliaram a ele foram derrotados. Perdoe-me!

### 3ª Fase

A presidenta – Esgotada a matéria destinada à 2ª Fase, a presidência passa a 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres de redação final.

#### Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

– A seguir, é submetido a discussão e votação e aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 822/2023 (– À sanção.).

#### Declarações de Voto

O deputado Cristiano Silveira – Sra. Presidenta, colegas parlamentares, servidores que nos acompanham, em especial os servidores da educação e os servidores da segurança pública. Eu abri mão, presidenta, de fazer aqui a discussão do projeto e também do encaminhamento do voto porque eu entendo que ele já estava feito. Desde o início, quando esse projeto tramitou nesta Casa, não faltou aqui, da nossa parte, toda a luta, toda a mobilização, todo o trabalho para que chegássemos a esse ponto, e digo aos servidores da segurança pública que também não faltou da minha parte e também do nosso bloco todo o apoio e solidariedade à emenda que foi apresentada. Como eu já havia dito aqui, no dia de ontem: nós, parlamentares, temos que saber a quem nós vamos servir. Não é possível servir a dois senhores. Parlamentares desta Casa fazem discurso em defesa do servidor público, mas, no momento de uma votação tão importante, o que fala mais alto é a posição do governador, é a postura do governador. Lamentavelmente a emenda da segurança, uma emenda simples, que tratava de uma questão simplesmente autorizativa, foi derrotada pela mobilização da base mais ligada ao governador Romeu Zema. Se temos aqui a alegria de celebrar, ainda que parcialmente... Foi dito que não é o que nós queremos. Não chegamos ainda aonde precisamos chegar a respeito da valorização dos servidores da educação, do cumprimento das leis que estão no dispositivo e que tratam tanto do piso nacional quanto do piso estadual. Mas não deixa de ser mais um passo, mas um caminhar. Eu gosto muito da análise, Doutor Jean, do conceito de utopia de Galeano. Galeano fala muito isto: “Para que serve a utopia?”. Ela está lá, na frente. Eu caminho dois passos, e ela se distancia dois passos. Eu caminho mais três passos, e ela se distancia mais três passos. Então para que serve a utopia? Para isto, para que eu não deixe de caminhar”. E hoje foi dado um passo importante na busca do que nós precisamos e reconhecemos como justo e necessário para os nossos servidores da educação. Se temos, então ainda, uma alegria parcial com relação a essa matéria, não podemos dizer o mesmo para o conjunto dos trabalhadores da segurança, dos demais servidores do Estado de Minas Gerais. Inclusive o que ocorreu na semana passada, quando o governador tentou colocar os servidores contrariamente ao nosso bloco... Uma das condições que estabelecemos aqui era que o governo apresentasse uma proposta ou que nos permitisse apresentar também uma proposta autorizando a recomposição de perdas dos servidores em um pouco mais de 5%, que também não foi aceita pelo governo. Mas o dia de hoje, este momento, encerra os últimos dias de uma narrativa mentirosa do governo do Estado de que teria sido então o bloco de oposição e o Partido dos Trabalhadores aqueles que impediram que os servidores tivessem votado o reajuste, como foi feito aqui, agora. Foi bem lembrado: quem pediu o encerramento da última reunião, na semana passada, na última quinta-feira, foi um parlamentar que pertence ao bloco do governo do Estado, porque nós estávamos aqui para votar. Quem desmobilizou parte da sua base para que a segurança não tivesse autorização para a recomposição novamente foi a base do governo. E digo mais: o processo todo se conclui quando se vota a redação final do projeto. Espero que aqueles que aqui estavam e que nos acompanharam pela televisão e pelas redes possam se lembrar de quem eram os parlamentares que votaram aqui pela aprovação da matéria na votação da redação final. Não tínhamos aqui a base do governo, mas tínhamos aqui, de novo, o Bloco Democracia e Luta. Então a história é feita disto: a história é feita de postura, de posicionamento e de coerência. Encerra-se dessa maneira a narrativa do ataque que nós sofremos aqui, na semana passada, por parte do governador. Mas quero dizer que foi só uma batalha. Ainda temos uma guerra a vencer. Aos trabalhadores da segurança: saibam que aqui, no nosso bloco, o Partido dos Trabalhadores e o Bloco Democracia e Luta têm o compromisso de continuar lutando por aquilo que lhes é justo e devido. Para os servidores da educação: não sai do nosso horizonte e da nossa utopia que devemos chegar àquilo que é estabelecido na lei e que é

justo, ou seja, o piso. E, para o conjunto dos demais servidores de Minas Gerais: no mínimo, no mínimo, a recomposição de perda inflacionária é também objeto da nossa luta permanente. Então, presidenta, eu quero aqui dizer que o meu voto foi um voto consciente, um voto comprometido e um voto que conclui uma caminhada, que não é de um dia, de uma semana, de um mês, mas uma caminhada histórica, de desde quando cheguei, a primeira vez, ao meu primeiro mandato na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Obrigado.

O deputado Professor Cleiton – Presidenta, boa tarde. Boa tarde aos demais deputados e deputadas, mas um boa-tarde muito especial aos meus colegas profissionais da educação mineira por esta vitória momentânea, porque nós continuaremos lutando para que esse piso proporcional possa se transformar em um piso integral, que é aquilo que rege a Constituição Brasileira e também a Constituição Mineira. Quero dizer que me lembrava aqui, presidenta, de um diálogo, um dos mais interessantes diálogos de uma grande obra de Dostoiévski, que é Os irmãos Karamázov. Em determinado momento, alguém faz uma pergunta: “O que é a verdade?”. Aquela pergunta que foi feita há mais de 2000 anos, quando Pilatos pergunta isso para Jesus: “O que é a verdade?”. E, na obra Os irmãos Karamázov, a resposta vem com uma frase muito interessante: “A verdade é aquilo que permanece”. Deputado Betão, a verdade é aquilo que permanece. Nós fomos alvos de ataques, de mentiras, de robôs pela internet; na nossa base fomos atacados de todas as formas como se tivéssemos sido os inimigos da educação mineira. Quero aqui também, apesar de ela não estar presente neste momento, prestar a minha solidariedade à deputada Beatriz Cerqueira, que, de todos e todas, foi a mais atacada, sem dúvida nenhuma. Então aqui deixo a minha reverência e também o meu orgulho, a alegria de compor mais uma vez esta legislatura ao lado desta professora de carreira, sindicalista e grande batalhadora pela nossa educação. E ainda quero dizer que nós continuaremos aqui, na luta. Quero me dirigir a vocês, da segurança pública, lamentar pelo ocorrido neste dia, lamentar pelo fato de que não houve sensibilidade desta Casa em relação aos profissionais da segurança. Nós estávamos aqui discutindo uma emenda que estabelecia a autorização para recomposição das perdas inflacionárias. Foi muito bem falado aqui, mas a gente precisa deixar muito claro isso para a população mineira: o tempo todo, deputada Leninha, o tempo todo, deputado Caporezzo... E V. Exa., deputado Caporezzo, estava na audiência pública da segurança quando nós ouvimos da secretária de Planejamento que é impossível neste momento fazer qualquer tipo de aceno de aumento salarial para a segurança por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso é mentira. A Lei de Responsabilidade Fiscal é muito clara: não se pode dar aumento; mas, quanto à recomposição inflacionária, em nenhum momento, na Lei de Responsabilidade Fiscal, há qualquer tipo de impeditivo. E aí eu quero me dirigir, acima de tudo, a esses profissionais, tanto militares quanto civis, dizendo que podem contar comigo. Como eu sempre tenho dito, sou da educação, mas toda pauta que diz respeito ao servidor público aqui será defendida por este deputado, porque nós temos a compreensão de que o servidor público é aquele que está diretamente relacionado ao serviço público, e o serviço público de qualidade só é bem feito quando você tem profissionais muito bem remunerados, valorizados, em todas as categorias e em todas as carreiras. Mas, acima de tudo, o serviço público existe para abraçar os mais pobres, e não tenho dúvida de que, tanto na educação quanto na saúde, na segurança, no meio ambiente, na assistência social, no esporte e no lazer, aquilo que envolve a vida pública são os mais pobres, são os menos favorecidos, são os mais fragilizados, que dependem do serviço da Polícia Militar, da Polícia Civil, da educação pública, do SUS com qualidade. E é por isso que nós continuaremos lutando aqui para reparar as maldades que vêm deste governo, que é capaz de conceder isenções bilionárias para os seus companheiros, para os seus asseclas, mas que não é capaz de se sensibilizar com a dor de uma família que não consegue pagar o mínimo por não conseguir receber aquilo que traz dignidade. Eu encerro, deputados, dizendo o seguinte: para mim, o contrário de pobreza nunca foi riqueza; o contrário de pobreza sempre foi dignidade; e nós lutaremos para que todo servidor público possa ter a dignidade de honrar os compromissos com a sua família, concedendo à mesma uma tranquilidade para sobreviver neste país tão desigual. Muito obrigado.

O deputado Caporezzo – Obrigado, presidente. Boa tarde, colegas deputados. É lamentável que, por apenas 3 votos, a segurança pública tenha sido tão maltratada hoje aqui, nesta Casa, ao pedir tão pouco: 12%, que foram pagos para a educação e também deveriam ter sido pagos, através de emenda autorizativa, para a segurança pública no geral. Já falei aqui: sai caro

determinado tipo de troca na hora de eleger deputados. “Ah, esse deputado aqui se lembra da nossa região, está enviando viatura.” Envia viatura para o município, mas chega aqui e vota contra a comida na mesa do servidor; envia reforma de quartel, mas chega lá em Brasília e vota contra a redução da maioria penal para que criminosos, estupradores, assassinos, porque têm 17 anos, sejam postos em liberdade. Essa é uma troca que está saindo cara demais, e esta derrota de hoje é uma derrota do próprio governo, que prometeu reconhecimento para a segurança pública e não cumpriu. Agora, o que muito me revolta também é a postura de alguns comandantes da Polícia Militar, que trabalham sempre com plano de metas, batendo metas, pressionando os seus subordinados para baterem essas metas. E aí, na hora de cobrar uma postura de mínimo reconhecimento por parte do governo, esses mesmos comandantes acabam ficando completamente calados, omissos e retraídos. Isso não pode acontecer, isso é uma pouca vergonha. E, por falar em plano de metas, é também muito pertinente o projeto de lei que eu protocolei nesta semana, que é pioneiro no Brasil e que proíbe que conste em plano de metas a apreensão de armas legais. Está aqui: “Projeto de Lei nº 1.059/2023. Art. 1º – Fica terminantemente proibida a contagem de pontuação referente à apreensão de arma de fogo legalizada, ainda que utilizada para a prática de crime, para fins de produtividade em planos de metas, prêmios de incentivo à produtividade ou concessão de quaisquer benefícios para os servidores públicos, civis ou militares do Estado de Minas Gerais”. Ou seja, tem que acabar esse negócio de pressionar a tropa para apreender arma de fogo de CAC, para apreender arma de fogo de sitiante e dar um dia de folga ou recompensar no plano de metas. Isso tem que acabar para ontem. E, se essa lei for aprovada... Aqui está o art. 4º: “O descumprimento desta lei por parte dos servidores públicos, civis ou militares constitui transgressão administrativa de natureza grave, sem excluir uma possível responsabilização criminal”. Ou seja, o comandante que forçar os seus subordinados a apreender arma de CAC vai responder por transgressão disciplinar grave e ainda poderá responder criminalmente por abuso de autoridade. Esta aqui é a minha luta de agora, porque um povo armado jamais será escravizado. Obrigado, presidente. A direita vive em Minas Gerais!

O deputado Bosco – Boa tarde, deputada Leninha, que preside esta sessão; boa tarde a todos e a todas que nos acompanham pela TV Assembleia. Fiz questão, cara presidenta, de fazer aqui esta declaração de voto dada a importância deste momento, porque hoje votamos aqui, depois de um longo tempo, de várias semanas e de vários dias em busca de entendimento. Hoje nós conseguimos, de fato, votar aqui um projeto que trará um alento muito grande, sobretudo, para a classe da educação. Essa classe que faz toda a diferença em todas as regiões e em todos os cantos mineiros, a classe da educação, e, é claro, sem menosprezarmos as demais classes, que, no conjunto, fazem o dia a dia de Minas Gerais. Foram ditas aqui por vários deputados e deputadas, durante a discussão do Projeto nº 822, várias questões em relação ao governador Zema. Mas não foi dito aqui, em momento algum, que o governador Zema assumiu, no mandato passado, uma Minas Gerais devendo aos seus servidores salários atrasados por mais de seis anos, pagando de forma parcelada. Ninguém disse aqui que os nossos servidores estavam mergulhados em cartões de crédito pagando altos juros. Ninguém disse aqui que os nossos servidores, antes do governo Zema, estavam com o nome no Serasa porque não tinham salário em dia e, por não terem salário em dia, não tinham condições de pagar e arcar com os seus compromissos. Então não tenho dúvida de que o governador Zema tem feito, sim, a diferença na gestão em Minas Gerais. Por isso mesmo que, hoje, nós estamos tendo e tivemos a condição de votar um projeto aqui, promovendo um reajuste de 12,84% à classe da educação, da educação básica de Minas Gerais. Então por essa razão quero cumprimentar o governador Zema e toda a sua equipe por ter permitido a essa classe tão importante a ter pelo menos os 12,84%, que a gente sabe que não é tudo que eles merecem e que a gente gostaria que fosse, mas pelo menos já vai melhorar um tanto quanto a questão dos salários dos nossos servidores da educação. E é claro: o governo está caminhando para aprimorar cada vez mais, buscar cada vez mais o equilíbrio financeiro do Estado de Minas Gerais, para que possa também contemplar todas as classes, como da segurança e da saúde, porque todas elas são importantes, todas elas fazem, de fato, acontecer as questões inerentes no nosso estado. Então ficam aqui os nossos cumprimentos ao governo, os nossos cumprimentos ao deputado Tadeu Martins Leite, nosso presidente da Assembleia Legislativa, a toda a Mesa diretora por ter priorizado esse projeto no dia de hoje e a todos os deputados, independentemente de partido, independentemente se são da oposição ou da situação, porque o projeto dos 12,84% da classe da educação, hoje, foi votado por unanimidade, foi votado por todos os deputados e por todas as deputadas desta Casa. Então

fica aí esse nosso registro e a expectativa de que, num futuro breve, e o mais breve possível, nós possamos contemplar também as demais classes do Estado. Muito obrigado, presidenta.

### **Encerramento**

A presidenta – Cumprido o objetivo da convocação, a presidenta encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, para a extraordinária também de hoje, às 18 horas, e para a especial na mesma data, às 19 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

## **ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 6/7/2023**

### **Presidência dos Deputados Tadeu Martins Leite, Duarte Bechir, Betinho Pinto Coelho e Doutor Jean Freire**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Mensagem nº 39/2023 (encaminhando o Projeto de Lei nº 1.055/2023), do governador do Estado; Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 998, 1.018, 1.020, 1.024, 1.025, 1.027, 1.029, 1.030, 1.032, 1.035, 1.039 e 1.040/2023; Requerimentos nºs 2.643 a 2.648 e 2.651 a 2.659/2023 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Transporte, de Segurança Pública, de Educação, de Administração Pública e de Assuntos Municipais e do deputado Gustavo Valadares – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos nºs 2.529 e 2.547/2023; deferimento – 2ª Fase: Chamada para a recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos – Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 767/2023; discursos dos deputados Ulysses Gomes e Cristiano Silveira, da deputada Macaé Evaristo, do deputado Sargento Rodrigues, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e do deputado Betão; chamada para a recomposição de quórum; existência de número regimental para votação; votação nominal do projeto; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 12/2023; aprovação – Suspensão e Reabertura da Reunião – 3ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 767/2023; aprovação – Questão de Ordem – Declarações de Voto – Questão de Ordem; Homenagem Póstuma – Encerramento.

### **Comparecimento**

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Martins Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Antonio Carlos Arantes – João Vítor Xavier – Adriano Alvarenga – Alê Portela – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Fábio Avelar – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leandro Genaro – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Macaé Evaristo – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vitorio Júnior – Zé Guilherme – Zé Laviola.

### **Abertura**

O presidente (deputado Duarte Bechir) – Às 14h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Dr. Maurício, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

**Correspondência**

– O deputado Bosco, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

**MENSAGEM Nº 39/2023**

Belo Horizonte, 29 de junho de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Vossas Excelências – Senhoras e Senhores Deputados,

Povo de Minas Gerais,

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossas Excelências – Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados –, para apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia, e para conhecimento do Povo Mineiro, projeto de lei que ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre os estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, com a finalidade de constituir o Consórcio de Integração dos Estados do Sul e Sudeste do Brasil – Cosud.

O processo de criação e estabelecimento do Cosud iniciou-se em 16 de março de 2019, em Belo Horizonte, quando foi celebrado o primeiro Protocolo de Intenções por todos os estados das regiões sudeste e sul do país, visando à integração e à cooperação nos campos da política e da Administração Pública. Desde então, foram realizados diversos encontros destinados ao estabelecimento de prioridades e ao alinhamento das agendas institucionais dos entes federados, sendo elencadas como prioritárias as áreas da saúde, educação, desenvolvimento econômico, segurança pública, turismo, logística e transportes, inovação e tecnologia.

Dando mais um passo rumo à efetividade das ações do Cosud, em encontro realizado nos dias 2 e 3 de junho de 2023, em Belo Horizonte, os governadores dos estados que o integram firmaram novo Protocolo de Intenções, a ser submetido às respectivas Assembleias Legislativas para formalização de sua constituição como consórcio público, conforme determina a Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

A aprovação do presente projeto de lei representará significativo avanço na parceria interestadual que vem se firmando entre os estados das regiões sudeste e sul do país, que juntos respondem por 70% do Produto Interno Bruto – PIB do Brasil.

Por fim, informo que esta mensagem segue acompanhada, por meio digital, do Protocolo de Intenções do Cosud – Anexo do presente projeto de lei.

Em síntese, Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados, essas são as razões que me levam propor o projeto de lei em questão.

Na oportunidade, reitero meu apreço e consideração a Vossas Excelências – Senhor Presidente e Senhoras e Senhores Deputados – e ao Povo Mineiro.

Romeu Zema Neto, governador do Estado.

– O anexo a que se refere a mensagem está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/831/103/1831103.pdf>

**PROJETO DE LEI Nº 1.055/2023**

Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, com a finalidade de constituir o Consórcio de Integração dos Estados do Sul e Sudeste do Brasil.

Art. 1º – Fica ratificado, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e demais normas específicas aplicáveis, o Protocolo de Intenções firmado entre os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, conforme Anexo, para criação de consórcio público, sob a forma de associação pública, de natureza autárquica e interfederativa, com personalidade jurídica de direito público, denominado Consórcio de Integração dos Estados do Sul e Sudeste do Brasil – Cosud.

Art. 2º – Ficam criados, para exercício exclusivo no Cosud, os empregos públicos constantes do Anexo do Protocolo de Intenções, a serem preenchidos conforme disposto no corpo deste documento.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

**OFÍCIOS**

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 745/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 748/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 749/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 750/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 751/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 752/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 753/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 754/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 725/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 727/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 743/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 757/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 758/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 759/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 760/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 761/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 762/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 493/2023, do deputado Leonídio Bouças. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 832/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 855/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 857/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Universidade do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.492/2023, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.701/2023, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Prefeitura Municipal de Carmo do Cajuru, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.758/2023, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate À Fome, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.676/2023, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.- Triunfo-Concebra, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.205/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.382/2023, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.779/2023, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.492/2023, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.502/2023, da Comissão de Meio Ambiente. (– Anexe-se ao referido requerimento.)



Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.253/2023, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.810/2023, da Comissão de Minas e Energia. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.718/2023, da Comissão de Agropecuária. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.695/2023, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.706/2023, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.453/2023, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.481/2023, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.555/2023, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.604/2023, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.552/2023, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.657/2023, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Polícia Militar de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.658/2023, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.911/2023, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

## **2ª Fase (Grande Expediente)**

### **Apresentação de Proposições**

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – A presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

### **PROJETO DE LEI Nº 998/2023**

Dispõe sobre a contratação de pelo menos um cantor ou banda de Minas Gerais para se apresentar em eventos que tenham aplicação de recursos públicos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Todos os eventos musicais custeados com recursos públicos, mesmo que parcialmente, deverão obrigatoriamente ter a participação de, pelo menos, um cantor ou banda musical mineira.

Parágrafo único – A apresentação do artista mineiro estabelecida pelo caput, deverá, preferencialmente acontecer no início dos eventos.

Art. 2º – Para fins desta lei, considera-se banda mineira aquela que possui pelo menos 50% de seus integrantes residentes no Estado de Minas Gerais.

Art. 3º – Em caso de descumprimento do disposto nesta lei, os responsáveis pelos eventos estarão sujeitos a sanções previstas em lei, que podem incluir multas e a proibição de receber recursos públicos para eventos futuros.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23 de junho de 2023.

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

**Justificação:** A música é uma forma de expressão cultural que representa a identidade e a diversidade de um povo. Em Minas Gerais, a cena musical é rica e diversa, com artistas de diferentes gêneros musicais e estilos. No entanto, muitas vezes, esses artistas encontram dificuldades para se apresentar em eventos públicos que contam com recursos públicos.

Com este projeto de lei, busca-se valorizar a cultura e a música local, destacando a riqueza e a diversidade da cena musical de Minas Gerais. A obrigatoriedade da contratação de, pelo menos, uma banda mineira para se apresentar em eventos que tenham aplicação de recursos públicos é uma forma de garantir que os artistas locais tenham mais oportunidades de se destacarem e de levar a sua arte para um público mais amplo.

Por fim, a lei também tem como objetivo incentivar a economia local, uma vez que a contratação de bandas mineiras para se apresentar em eventos públicos pode gerar empregos e renda para os artistas e para os profissionais envolvidos na produção dos shows.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Douglas Melo. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.036/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 1.018/2023

Altera a Lei 15.977, de 13 de Janeiro de 2006, que institui a Comenda de Lutas contra as Drogas Professor Elias Murad.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A Ementa da Lei 15.977, de 13 de Janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação: “Institui a Comenda de Ações contra as Drogas Professor Elias Murad”.

Art. 2º – O Art. 1º da Lei 15.977, de 13 de Janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º – Fica instituída a Comenda de Ações contra as Drogas Professor Elias Murad.”

Art. 3º – O caput do Art. 2º e os incisos I, II e III, da Lei 15.977, de 13 de Janeiro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – A Comenda de Ações contra as Drogas Professor Elias Murad destina-se a homenagear pessoas físicas e jurídicas que se tenham destacado na promoção de Ações contra as drogas, por meio de atividades relacionadas com:”

I – o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas ligadas à ações contra as drogas.

II – campanhas, movimentos e projetos em favor da saúde, vida e contra as drogas;

III – trabalhos e projetos que conscientizem o uso nocivo das drogas e promovam a geração de emprego e renda”.

Art. 4º – O *caput* do art. 3º e os incisos III e V, da Lei 15.977, de 13 de Janeiro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º – A Comenda de Ações contra as Drogas Professor Elias Murad será administrada por um Comitê Permanente, constituído de representantes dos seguintes órgãos e instituições, indicados por seus titulares e nomeados pelo Governador do Estado:”

III – Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, por meio da Subsecretaria de Políticas Sobre Drogas.

V – Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas”.

Art. 5º – O *caput* do Art. 4º, o inciso I e o § 1º, da Lei nº 15.977, de 13 de janeiro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º – Compete privativamente ao Comitê Permanente da Comenda de Ações contra as Drogas Professor Elias Murad:”

I – propor, em caráter sigiloso, nomes de pessoas físicas e jurídicas a serem agraciadas com a concessão da Comenda e deliberar sobre ela;

§ 1º – Para a concessão da Comenda de Ações contra as Drogas Professor Elias Murad, o Comitê Permanente deliberará por maioria absoluta de seus membros”.

Art. 6º – O *caput* do art. 5º e o § 1º, da Lei nº 15.977, de 13 de janeiro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º – A Comenda de Ações contra as Drogas Professor Elias Murad será concedida anualmente em cerimônia a se realizar no dia 26 de junho, durante as comemorações do Dia Internacional Contra o Abuso e Tráfico Ilícito de Drogas.”

§ 1º – Os agraciados receberão, das mãos do Governador do Estado ou de pessoa por ele indicada, diploma e medalha, na forma do cerimonial estabelecido pelo Comitê Permanente”.

Art. 7º – Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no que couber.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 26 de junho de 2023.

Chiara Biondini, vice-líder do Governo (PP).

**Justificação:** O projeto ora apresentado pretende aperfeiçoar a Lei nº 15.977, de 13 de Janeiro de 2006, que “Institui a Comenda de Lutas contra as Drogas Professor Elias Murad”, destinada a homenagear pessoas físicas e jurídicas que se tenham destacado na promoção de ações contra as drogas, por meio de atividades relacionadas com o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas ligadas à ações contra as drogas; trabalhos e projetos que conscientizem sobre o uso nocivo das drogas e promovam a geração de emprego e renda; políticas e projetos voltados para o desenvolvimento da educação; ações e campanhas em favor do fortalecimento da família; e ações em favor da promoção da dignidade humana.

Dessa forma, o projeto de lei, na forma como proposto, objetiva atualizar a terminologia técnica de modo a coadunar com as disposições das Políticas Estadual e Nacional sobre drogas, especialmente em relação à Lei Federal nº 13.840, de 2019, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad.

Entende-se por Sisnad o conjunto ordenado de princípios, regras, critérios e recursos materiais e humanos que envolvem as políticas, planos, programas, ações e projetos sobre drogas, incluindo-se nele, por adesão, os Sistemas de Políticas Públicas sobre Drogas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Cumprir chamar a atenção para os principais objetivos do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas:

I – promover a interdisciplinaridade e integração dos programas, ações, atividades e projetos dos órgãos e entidades públicas e privadas nas áreas de saúde, educação, trabalho, assistência social, previdência social, habitação, cultura, esporte e lazer, visando à prevenção do uso de drogas, atenção e reinserção social dos usuários ou dependentes de drogas;

II – viabilizar a ampla participação social na formulação, implementação e avaliação das políticas sobre drogas;

III – priorizar programas, ações, atividades e projetos articulados com os estabelecimentos de ensino, com a sociedade e com a família para a prevenção do uso de drogas;

IV – ampliar as alternativas de inserção social e econômica do usuário ou dependente de drogas, promovendo programas que priorizem a melhoria de sua escolarização e a qualificação profissional;

V – promover o acesso do usuário ou dependente de drogas a todos os serviços públicos;

VI – estabelecer diretrizes para garantir a efetividade dos programas, ações e projetos das políticas sobre drogas;

VII – fomentar a criação de serviço de atendimento telefônico com orientações e informações para apoio aos usuários ou dependentes de drogas;

VIII – articular programas, ações e projetos de incentivo ao emprego, renda e capacitação para o trabalho, com objetivo de promover a inserção profissional da pessoa que haja cumprido o plano individual de atendimento nas fases de tratamento ou acolhimento;

IX – promover formas coletivas de organização para o trabalho, redes de economia solidária e o cooperativismo, como forma de promover autonomia ao usuário ou dependente de drogas egresso de tratamento ou acolhimento, observando-se as especificidades regionais;

X – propor a formulação de políticas públicas que conduzam à efetivação das diretrizes e princípios previstos no art. 22;

XI – articular as instâncias de saúde, assistência social e de justiça no enfrentamento ao abuso de drogas;

XII – promover estudos e avaliação dos resultados das políticas sobre drogas.

Como visto, destacam-se entre as terminologias utilizadas pela referida Lei Federal nº 13.840, de 2019: programas, ações, projetos das políticas sobre drogas, orientações e informações para apoio aos usuários ou dependentes de drogas, capacitação para o trabalho, inserção social e profissional da pessoa que haja cumprido o plano individual de atendimento nas fases de tratamento ou acolhimento; entre outras.

Dessa forma, o projeto de lei ora proposto é relevante, pertinente e se coaduna perfeitamente com as disposições atuais das Políticas Estadual e Nacional sobre drogas, sobretudo, tendo em vista a sanção do Projeto de Lei nº 358/2023, transformada na Lei nº 24.313, de 28/4/2023 que, entre outros avanços, deslocou a subordinação hierárquica-administrativa da Subsecretaria de Políticas Sobre Drogas da Sedese para a Sejusp.

Razões pelas quais, conto com o apoio dos nobres colegas para a sua aprovação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Prevenção e Combate às Drogas para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 1.020/2023

Institui o programa Bilhete Especial Metropolitano – BEM – de transporte público coletivo de passageiros com deficiência na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o programa Bilhete Especial Metropolitano – BEM – de transporte público coletivo de passageiros com deficiência na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Art. 2º – Pessoa com deficiência, para os fins desta lei, são aquelas que possuem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 3º – Os municípios que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte que desejarem aderir ao programa receberão o selo “Município Amigo da Inclusão”.

Parágrafo único – A obtenção do selo proporcionará ao município o direito ao uso publicitário do título “Amigo da Inclusão” e da chancela oficial, que poderá ser utilizada nas veiculações publicitárias que promoverem, bem como em seus serviços, sob a forma de selo impresso.

Art. 4º – As adesões ao programa por parte dos municípios serão formalizadas no âmbito da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos.

Art. 5º – O BEM de transporte público de passageiros com deficiência tem por objetivo possibilitar a isenção de tarifas desse público nos diversos sistemas de transporte coletivo municipais e intermunicipais disponíveis, e aqueles que venham a ser criados, agilizando a operação e promovendo a integração como forma de beneficiar as populações das cidades que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte e as que desejarem aderir.

§ 1º – Cada município permanecerá com seus respectivos sistemas e cartões dos transportes públicos coletivos apenas acrescentando como garantia aos usuários de municípios diversos a utilização do Bilhete Especial Metropolitano, nos termos da legislação pertinente em vigência.

§ 2º – O BEM será concedido nos postos de atendimento indicados pela Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos e sua concessão dependerá da apresentação de laudo médico conclusivo, emitido por profissional de saúde, das unidades de saúde do SUS, devidamente credenciadas pelas secretarias de saúde dos municípios da região metropolitana, observado o disposto em lei.

Art. 6º – Para complementação financeira necessária à aplicação do BEM de transporte público, apurada nas planilhas de custos dos diversos serviços de transporte operados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, os municípios, desde que necessário, poderão promover termos aditivos aos contratos de concessão junto às empresas prestadoras de serviços públicos de transporte.

Art. 7º – O Executivo Estadual terá o prazo máximo de cento e oitenta dias para regulamentação da presente lei, em relação à data de sua publicação.

Art. 8º – Os executivos municipais, após aderirem ao programa, terão o prazo máximo de noventa dias para se adequarem.

Art. 9º – As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementa se necessário, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as adequações que se fizerem necessárias em demais legislações, independentemente de novas autorizações legislativas.

Art. 10 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de junho de 2023.

Nayara Rocha (PP)

**Justificação:** A criação do Bilhete Especial Metropolitano para a Região Metropolitana de Belo Horizonte será um valoroso passo na busca da real e efetiva inclusão das pessoas com deficiência, as quais, por força de lei, possuem um cartão de identificação para serem isentados do pagamento da tarifa dos transportes públicos. Esse bilhete para passageiros com deficiência tem por objetivo possibilitar a isenção de tarifas desse público nos diversos sistemas de transporte coletivos municipais e intermunicipais

disponíveis, e aqueles que venham a ser criados, agilizando a operação e promovendo a integração como forma de beneficiar a população das cidades que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte que desejarem aderir.

É, pois, de extrema importância para o legislativo estadual, já que irá tutelar direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, sobretudo, a dignidade da pessoa humana e o direito de ir e vir das pessoas com deficiência.

Assim, contamos com a colaboração nos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Elismar Prado. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.011/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

### **PROJETO DE LEI Nº 1.024/2023**

Cria o Monumento Natural da Cachoeira da Belinha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica criado o Monumento Natural da Cachoeira da Belinha, Unidade de Conservação de Proteção Integral, conforme preconiza a Lei Federal nº 9.9985, de 2000 e o art. 225 da Constituição Federal.

Parágrafo único – O Monumento Natural da Cachoeira da Belinha localiza-se no município de Piumhi, de acordo com memorial descritivo constante no Anexo I desta lei.

Art. 2º – A implementação do Monumento Natural da Cachoeira da Belinha objetiva:

I – proteger o mirante da Cachoeira da Belinha, bem como, sua bacia hidrográfica;

II – proteger o poço do Cipó, situado na parte baixa do complexo da Cachoeira da Belinha;

III – proteger os muros de pedra compreendidos na área da UC;

IV – proteger a jatobá centenário localizado ao lado da Cachoeira da Belinha;

V – resguardar a beleza cênica, os sítios naturais e arqueológicos singulares da cachoeira da Belinha e seu entorno;

VI – proteger integralmente os bens naturais e arqueológicos, considerando seus valores patrimoniais.

Parágrafo único – O patrimônio natural, cultural e arqueológico compreendidos na área do Monumento poderão ser utilizados exclusivamente para fins educacionais, científicos, recreativos e turísticos, em especial, aquele de base comunitária, de acordo com as disposições do Plano de Manejo.

Art. 3º – A visitação pública estará sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da Unidade.

Art. 4º – Não será permitido dentro da área do Monumento Natural da Cachoeira da Belinha:

I – A exploração mineral de qualquer natureza;

II – A construção de obras e empreendimentos que não sejam de uso exclusivo interesse para a preservação da Unidade de Conservação;

III – A supressão vegetal, exceto se necessária para conservação e manutenção da Unidade de Conservação ou para a prospecção de bens arqueológicos;

IV – A caça, bem como, qualquer atividade que venha afetar a fauna em seu meio natural;

V – O abandono de resíduos sólidos, de detritos, de dejetos ou quaisquer outros materiais que maculem a integridade paisagística, sanitária ou cênica do Monumento;

VI – A prática de qualquer ato que possa provocar fogo;

VII – A colocação de placas ou quaisquer outras formas de comunicação audiovisual ou publicitária que não tenha relação direta com a identificação do Monumento.

Art. 5º – Compete ao órgão ou à entidade executora do Sistema de Unidades de Conservação – SEUC:

I – Instituir o Conselho Consultivo do Monumento Natural da Cachoeira da Belinha, de forma paritária e integrada por representantes da sociedade civil e do Poder Público;

II – Elaborar e implementar o Plano de Manejo do Monumento Natural da Cachoeira da Belinha.

Parágrafo único – Até que seja implementado o Plano de Manejo do Monumento Natural da Cachoeira da Belinha não serão admitidas na unidade atividades que possam prejudicar a integridade dos bens naturais existentes na área.

Art. 6º – Ficará a cargo do Instituto Estadual de Florestas – IEF – a gestão do Monumento Natural da Cachoeira da Belinha, sendo responsável por sua administração.

Art. 7º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 27 de junho de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

**Justificação:** O município de Piumhi, no sudoeste do estado de Minas Gerais, analisada a partir de sua área urbana, possui a oeste, em direção à Serra da Canastra, uma vasta extensão de terras férteis, de declividade suave, onde uma avançada agricultura alicerça boa parte da economia do município, tendo o café e grãos, papéis de destaque. Já na sua direção leste, limítrofe ao bairro Capoeiras, encontra-se um conjunto de serras que emolduram a área urbana da cidade, criando uma singular paisagem onde as altas declividades limitam as atividades agrícolas modernas, mas onde ainda encontra-se a produção do Queijo Canastra, reconhecido como patrimônio cultural imaterial do Brasil.

Geologicamente, essa abrupta diferença entre a porção leste e oeste justifica-se pela existência de um “Greenstone Belt”, rara formação geológica que significa cinturão de pedras verdes, à leste. Pela sua singularidade, a região é constantemente alvo de pesquisas e trabalhos de campo de universidades de geologia.

A população de Piumhi tomou esta região de serras como seu quintal, pois além de limítrofe à área urbana possui também a parte de natureza mais conservada do município, tendo o ecoturismo assumido relevante papel com apoio do poder público municipal, por meio de sinalização dos atrativos turísticos e inserção no Plano Municipal de Turismo.

Nesse contexto, a Cachoeira da Belinha destaca-se como atrativo principal por ser uma enorme queda d'água, com aproximadamente 50 metros de altura. No período chuvoso transforma-se em uma grande e imponente queda d'água dando a impressão de um véu de noiva. No período seco seu volume d'água é menor, porém, nunca perde sua beleza e encanto, pois seu entorno, independente da época do ano, conecta o visitante à natureza através de uma sensação térmica sempre agradável e uma preservada vegetação que constitui sua área de preservação permanente – APP. Destaca-se aos seus pés um gigante Jatobá, árvore referência para a comunidade local e apontado como centenário pelo Plano Municipal de Turismo 2021/2024 (PMT-PLANO-MUNICIPAL-DE-TURISMO-ATUALIZADO-14-03-2023 Pág. 82).

O nome da cachoeira dá-se em homenagem a Isabel Figueiredo Leite, conhecida como “Dona Belinha”, mulher nascida no final do século XIX que atuou à frente de seu tempo. Juntamente com sua família, foi acometida por hanseníase, doença que era incurável à época e exigia o isolamento social. Após a morte de seu marido, em uma sociedade extremamente machista, ela se passava por homem vestindo as roupas do marido, andava armada por uma garrucha e defendia sua família e sua propriedade, sem permitir que fossem levados para a internação forçada em colônias de leprosos.

A cachoeira da Belinha é, portanto, um símbolo de suma importância da cultura do município, por memorizar a matriarca de uma família que ali morava e lutava pelo seu território numa época de muita violência de gênero e misoginia.

No entanto, recentes pretensões de empresas que visam a exploração minerária no entorno desse importante bem natural e cultural, o colocam sob ameaça e risco iminentes.

Nesse sentido, atendendo ao forte apelo da população piumhiense, que tem se organizado e se mobilizado em defesa do seu patrimônio hídrico, ambiental, arqueológico e imaterial, propõe-se através do presente projeto de lei, a criação de um Monumento Natural Estadual para efetiva proteção do bem e seu entorno.

Segundo a lei do sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Monumento Natural é um tipo de unidade de conservação que tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

A expressão “monumento natural”, conforme observa José Afonso da Silva, comporta inúmeros sentidos, como monumentos históricos, artísticos e naturais. Define o autor monumentos naturais como “sítios geológicos que, por sua singularidade, raridade, beleza cênica ou vulnerabilidade exijam proteção, sem justificar a criação de outra categoria de unidade de conservação, dada a limitação da área ou a restrita diversidade de ecossistema”. Seria o caso de uma montanha específica, de formações esculturais naturais, de uma cachoeira. eBook\_Monumentos\_Naturais.pdf (uniceub.br) Jose Afonso da Silva., Direito ambiental constitucional, Livro (lexml.gov.br).

A Cachoeira da Belinha situa-se no córrego Caxambu, a aproximadamente apenas 730 metros de sua nascente, o que explica a grande diferença de vazão entre período chuvoso e seco, bem como torna-se impossível falar em proteção a ela sem considerar proteger sua diminuta bacia hidrográfica à montante, de apenas 73 hectares.

Devido à grande quantidade de atrativos próximos, o Plano Municipal de Turismo 2021/2024, na página 161, referiu-se à Belinha, em sua parte baixa e parte alta, como sendo um complexo relevante para o turismo de contemplação. Desta forma, o perímetro da Unidade de Conservação precisa abarcar os demais atrativos que compõem o ambiente, uma vez que o turismo de contemplação necessita ter preservado seu entorno para que assim possa ser classificado.

Assim, serão protegidos com a presente proposição os seguintes elementos:

1) Jatobá Centenário – Ser vivo de rara beleza, é um exemplar tão majestoso de sua espécie, conhecida pela ciência como *Hymenaea courbaril*, que o site Árvores do Brasil o escolheu para representá-la. Jatoba *Hymenaea courbaril* (arvores.brasil.nom.br). Esta magnífica árvore é citada no documento Guia de Trilhas e Ciclismo – Secretaria de Turismo, Cultura e esportes. Págs 17 e 19. Fonte: Guia de trilhas, travessias e ciclismo Piumhi mg (prefeiturapiumhi.mg.gov.br).

2) Mirante da Belinha – Trata-se de local para observação da cachoeira a partir de um plano mais amplo, proporcionando uma visão espetacular no período chuvoso. No mirante se observa também parte da bacia hidrográfica do córrego Caxambu, de forma que o visitante tem uma visão com 180° de contemplação da natureza, em um cenário bucólico representativo da região.

3) Muros de pedra – A área abrangida pelo Monumento Natural contempla também dois muros de pedra, que são sítios arqueológicos campestres de construção à época do Brasil colônia, portanto, de alta relevância para a preservação da memória local. A criação da Unidade de Conservação terá importante papel na preservação do patrimônio arqueológico para que sejam devidamente cadastrados junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, conforme exemplos abaixo: O muro de pedras 01 (ver foto em anexo) situa-se logo acima da Cachoeira da Belinha. Visível também do mirante, compõe o conjunto paisagístico observado a partir daquele atrativo. Este muro de pedras possui 70 metros lineares e encontra-se em bom estado de conservação na maior parte de seu traçado, de onde se descortina uma visão privilegiada da região abaixo da Cachoeira da Belinha. O muro de pedras 02 (ver foto em anexo) situa-se na porção sul da bacia hidrográfica da Belinha, paralelo à rede de drenagem central da bacia onde mais abaixo encontra-se a nascente do Córrego Caxambu. De menor altura que o muro de pedras 01, porém de maior extensão, possui 96 metros e é formado predominantemente por rochas planas, chamadas de lajes pelos moradores locais.

4) Bacia hidrográfica da Belinha - Para além da questão hídrica, de ser onde se encontra a área de recarga das nascentes que formam o Córrego Caxambu e que alimentam a cachoeira, a bacia hidrográfica, apesar de pequena, possui uma beleza cênica singular,



comparável à experiência que os visitantes do Parque Nacional da Serra da Canastra tem nos chapadões daquela unidade de conservação. Nas cumeeiras ocorrem campos rupestres com vista para a cidade de Piumhi e no fundo do vale a mata ciliar do córrego Caxambu apresenta poços para banhos e atrativos curiosos.

5) Poço do Cipó – Situado na parte baixa do Complexo da Belinha, é o principal atrativo em ambiente florestal da unidade de conservação. Frequentado há décadas pela população de Piumhi, é composto na verdade por um conjunto de dois poços para banho e suas respectivas cascatas encaixadas na rocha e de uma beleza cênica ímpar pela cor de suas águas e pelo ambiente de mata fechada que os cerca.

Em razão de sua amplitude de ambientes, variando entre campos e matas, há uma considerável diversidade de fauna e flora na área proposta da unidade de conservação. A presença de médios e grandes mamíferos é um bioindicador de área prioritária para conservação.

A criação do Monumento Natural Cachoeira da Belinha é referendada por um abaixo assinado (anexo II) de mais de 6 mil assinaturas dos moradores de Piumhi, que reivindicam a proteção desse importante bem natural e cultural.

Em anexo, também encontram-se fotos que demonstram a riqueza que a Cachoeira da Belinha e seu entorno abrigam.

Por todo o exposto, conto com a colaboração dos nobres colegas para aprovação desta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Meio Ambiente para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 1.025/2023

Altera o art. 1º da Lei nº 21.040, de 23 de Dezembro de 2013, que Declara de utilidade Pública a Comunidade São Caetano Futebol Clube, com sede no Município de Bom Sucesso.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Dê-se ao art. 1º da Lei nº 21.040, de 23 de Dezembro de 2013 a seguinte redação:

“Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Desportiva São Caetano, com sede no Município de Bom Sucesso”.

Sala das Reuniões, 27 de junho de 2023.

Lucas Lasmar, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (Rede).

**Justificação:** Com a finalidade de adequação do Estatuto à realidade da Comunidade local, foi-se necessária uma revisão geral em todas as cláusulas e acréscimo de alguns artigos do referido documento. Dentre as principais alterações destacam-se a alteração do nome que passa a ser Comunidade Desportiva São Caetano, atualização do endereço da sede e a inclusão das finalidades.

Portanto, faz-se necessária a modificação do artigo 1º da Lei nº 21.040, de 2013, adequando-a ao estatuto em vigor.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 1.027/2023

Institui o Dia Estadual do Congadeiro e da Congadeira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Dia Estadual do Congadeiro (a) e do Reinadeiro (a), a ser comemorado anualmente no dia 7 de outubro.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de junho de 2023.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT) – Leninha, 1ª-vice-presidente (PT) – Macaé Evaristo, líder da Bancada Feminina e vice-presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

**Justificação:** Este projeto de lei propõe a instituição do dia 7 de outubro como o Dia Estadual do Congadeiro (a) e do Reinadeiro (a), data em que também se comemora o Dia de Nossa Senhora do Rosário. O objetivo do projeto é valorizar ainda mais a resistência e a luta do povo negro no Estado de Minas Gerais, representada pela manifestação cultural do Congado e Reinado.

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 1.029/2023

Declara de utilidade pública a Associação de Pequenos Produtores Rurais das Chácaras da Fazenda Ipoeira, com sede no Município de Arinos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pequenos Produtores Rurais das Chácaras da Fazenda Ipoeira, com sede no Município de Arinos.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de junho de 2023.

Eduardo Azevedo (PSC)

**Justificação:** O intuito do presente projeto é a valorização da classe dos pequenos produtores rurais. Cerca de 84% de todas as propriedades rurais são de pequenos produtores. Assim, desejamos a declaração de utilidade pública estadual para a Associação de Pequenos Produtores Rurais das Chácaras da Fazenda Ipoeira, de Arinos/MG.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 1.030/2023

Declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Vida pela Vida, com sede no Município de Divinópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Vida pela Vida, com sede no Município de Divinópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de junho de 2023.

Eduardo Azevedo (PSC)

**Justificação:** A comunidade Terapêutica Vida pela Vida presta importantes serviços para a sociedade, acolhendo e ajudando no tratamento de grande quantidade de pessoas que infelizmente se encontram na dependência química. Iniciativas como esta devem ser valorizadas e incentivadas pelo Estado. É o que aqui solicitamos, com a declaração de utilidade pública da referida entidade.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Prevenção e Combate às Drogas, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 1.032/2023

Dá denominação a Rodovia LMG-680, entre o município de Brasilândia e o município de Paracatu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Rodovia Alysson Paolinelli a Rodovia LMG-680, compreendida entre o município de Brasilândia e o município de Paracatu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de junho de 2023.

Marli Ribeiro (PSC)

**Justificação:** Esta proposição vem prestar justa homenagem ao senhor Alysson Paolinelli, ex-ministro da Agricultura.

Alysson Paolinelli nasceu em 10 de julho de 1936, em Bambuí, no Centro-Oeste mineiro. Formou-se em Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal de Lavras e especializou-se em estudar o potencial produtivo da agricultura no Cerrado brasileiro.

O trabalho mais destacado de Paolinelli foi à frente do Ministério da Agricultura, posto que ocupou entre 1974 e 1979, sob o governo do general Ernesto Geisel. Sob a gestão do mineiro, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa – passou por intenso processo de modernização que viabilizou a ocupação do Centro-Oeste com a atividade agrícola. Fomentou a ciência e a tecnologia e criou as estruturas de governança que garantiram o sucesso e expansão da agricultura tropical sustentável no Brasil.

Apontado como um dos principais nomes do desenvolvimento agrícola do país, Paolinelli atuou na política por mais de quarenta anos e foi indicado ao Nobel da paz.

A LMG-680 é a principal via de escoamento de toda a produção agropecuária da região Noroeste, com destaque para a produção de grãos e de cana-de-açúcar com duas usinas sucroalcooleiras instaladas na rodovia. Inicia no município de Brasilândia, km 0 no entroncamento com a MG181 e finalizada no Município de Paracatu no km 94 com entroncamento com a LMG690.

Por seu notório trabalho por Minas Gerais e pelo Brasil, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 1.035/2023

Confere ao Município de Porteirinha o título de Capital Estadual do Queijo e do Requeijão Moreno no Norte de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica conferido ao Município de Porteirinha o título de Capital Estadual do Queijo e do Requeijão Moreno.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de junho de 2023.

Oscar Teixeira (PP)

**Justificação:** Trata-se de uma iguaria da gastronomia mineira, de qualidade única, reconhecido como melhor do Brasil no Concurso Nacional de Produtos Lácteos, transformando-se em um símbolo da cidade e, gradativamente, de Minas Gerais.

O Município de Porteirinha esta localizado na Região do Norte de Minas Gerais, além de reconhecido pelo queijo e requeijão moreno, é um Município vocacionado para o turismo com destaque para a Cachoeira do Serrado ( Serrado é o nome próprio e não uma alusão ao cerrado).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Agropecuária para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 1.039/2023

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o evento bloco carnavalesco Cai N'água.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido como de relevante interesse cultural, do Estado, nos termos da Lei nº 24.219, de 15 de julho de 2022, o evento bloco carnavalesco Cai N'água.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta Lei, conforme dispõe o artigo 2º da Lei nº 24.219, de 2022, tem por objetivo valorizar bens, expressões e manifestações culturais dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de junho de 2023.

Lucas Lasmar, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (Rede).

**Justificação:** O município de Oliveira realiza todos os anos um dos mais tradicionais carnavais de Minas Gerais, a figura principal do carnaval oliveirense é o bloco carnavalesco Cai N'água. Originado nos entrudos e cuja característica é a indumentária de encapuzados, com meias nas mãos para preservar a identidade, a manifestação cultural foi criada a partir de brincadeiras antigas onde as pessoas se vestiam e usavam máscaras, permitindo o contato de diferentes foliões durante o período festivo. Na origem, os foliões entravam nas casas e promoviam a guerra de água. Em outros casos, mesmo as senhoras atiravam as pessoas nas tinas d'água.

O caí n'água, personagem típico do carnaval oliveirense, teve seu registro efetivado como patrimônio imaterial do município de Oliveira em 2013, pelo seu valor histórico, artístico, cultural e tradicional.

De acordo com José Demétrio Coelho, houve no município as primeiras tentativas feitas para modernizar o carnaval deixando-o mais parecido com o do Rio de Janeiro. Após algumas tentativas de fazer um carnaval satírico e com blocos desfilando, diz José Demétrio, voltou Oliveira novamente ao entrudo, com limões de borracha e água em quantidade, além de alguns mascarados volantes.

Dr. Chiquinho, por exemplo, manteve o entrudo a seu modo: lá estava ele sempre, com a porta bem trancada, despejando, da sua alta janela, baldes e latas d'água nos incautos que passassem em baixo, rindo-se homericamente quando o alvo era atingido.

"O primeiro registro do cai-n'água foi publicado na edição nº 128 da Gazeta de Minas, em 9 de fevereiro de 1890, que diz que rapazes mascarados, considerando que o entrudo é um divertimento selvagem e que há muito pano para manga, resolveram formar um clube carnavalesco provisório para festejarem os 3 dias de folguedo consagrados ao deus Momo.

A expressão cai-n'água originou-se deste folguedo (entrudo) carnavalesco. O cai-n'água é pois a expressão carnavalesca que reúne um pouco de cada tradição desde o sentido anunciador da figura do farricoco nas procissões, e já encapuzado, na Idade Média européia, no barroco luso-espanhol e brasileiro, e na atualidade, como em Goiás Velho; do papangu nordestino e do clóvis carioca, origem mais provável do mascarado oliveirense.

O registro imaterial do Cai n'água é de nº1 e está inscrito no Livro de Registro Imaterial das Celebrações, o decreto de registro é Nº 3276, de 28/11/13.

Assim, trata-se de comemoração afeita às origens e tradições históricas do povo mineiro, em especial ao povo oliveirense, além de ratificar os valores de família, paz, respeito, convívio solidário e exaltação da história de atividades importantes para a história de Minas Gerais. Por fim, espera-se que a proposta de lei contribua para elevar a autoestima das comunidades associadas aos bens, expressões e manifestações descritas acima, devendo ser reconhecidas como de relevante interesse cultural do Estado.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 1.040/2023

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, situado na cidade de Oliveira/MG.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica reconhecido como de relevante interesse cultural do Estado o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, situado na cidade de Oliveira/MG.

Art. 2º – O Santuário de que trata esta lei poderá, a critério dos órgãos responsáveis pela política de patrimônio cultural do Estado, ser objeto de proteção específica, por meio de inventários, registro ou de outros procedimentos administrativos pertinentes, conforme a legislação aplicável.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de junho de 2023.

Lucas Lasmar, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (Rede).

**Justificação:** O Santuário Nossa Senhora Aparecida existente na cidade de Oliveira é considerado oficialmente o 2º no Brasil, depois do Santuário de Nossa Senhora Aparecida em Aparecida do Norte, São Paulo, em que as pessoas podem ir cumprir suas indulgências, com a mesma fê e validade do primeiro.

A história da organização eclesíastica de Oliveira vem do próprio caminho em direção a Goiás, com o primeiro povoamento e a consequente construção do primeiro templo religioso à criação da freguesia (1832), até 1921. Enquanto pertenceu à Arquidiocese de Mariana.

Em meados da década de 1940 a Diocese já contava com 16 paróquias, espalhadas nos diversos municípios que a constituíam, e iniciava um crescimento natural, tendente a acompanhar a evolução populacional sempre afeito a contar com orientação espiritual.

Com a criação da Diocese de Oliveira em 20 de agosto de 1941, pelo Papa Pio XII, e sua constituição pelo Nuncio Apostólico, Dom Bento Aloísio Mazzela, em, em 29 de junho de 1942, a vida eclesíastica, na cidade, passou a ter nova motivação,

com grande participação popular nos empreendimentos realizados pela Igreja, em especial, pela iniciativa do Monsenhor Leão, seu irmão e coadjutor.

Sua história inicia-se em 28 de fevereiro de 1946, quando foi construído um Ranchinho de Capim, no Bairro Aparecida, em frente à Casa da Criança, por iniciativa de Monsenhor Leão que trouxe a imagem de Nossa Senhora Aparecida, réplica da imagem do Santuário de Aparecida do Norte, doada por uma leiga. A imagem foi levada para o ranchinho, em procissão, debaixo de uma tempestade, sendo ali celebrada a 1ª missa, presidida pelo Monsenhor.

Monsenhor Leão vendo a necessidade de uma Capela maior convocou o povo, que entusiasmado, começou a trabalhar. As pessoas rezavam terços contínuos e promoviam leilões nas residências. Em 1947, construíram um porão, chamado Cripta, onde a imagem foi guardada e velada com muitas orações. Todos trabalharam muito para que fosse construído o 2º andar, ficando as escadas para terminar. Neste mesmo ano foi criada a Irmandade de Nossa Sra. Aparecida.

Em 1951 a imagem de Nossa Sra. Aparecida foi levada para o altar-mor. As escadas foram terminadas com finos acabamentos, sendo que o corrimão foi feito com balaústres e o piso em mármore.

Em 28 de fevereiro de 1959, Dom José Medeiros Leite, então bispo de Oliveira, elevou a Capelinha à condição de Santuário, sendo o mesmo, o 1º Santuário de Nossa Senhora Aparecida em todo o estado de Minas Gerais. Dom José deu a benção ao Santuário para que os fiéis cumprissem as suas promessas.

A devoção se propagou para Oliveira, no gesto simples do Monsenhor Leão e foi confirmada em importância, em 15 de agosto de 1993, pelo Bispo Diocesano, Dom Francisco Barroso Filho, com o Decreto de criação da Paróquia de Nossa Senhora Aparecida.

O imóvel do Santuário Nossa Senhora Aparecida foi tombado pelo Município através do Decreto nº 2082, de 4/4/2003.

O Santuário foi ampliado em majestoso templo e tornou-se lugar de romaria de toda a região.

Importante referência religiosa não só para a região, mas para todo o Brasil, o Santuário Nossa Senhora Aparecida de Oliveira/MG se revela de relevante interesse cultural, razão pela qual propõe-se o presente projeto e pede-se apoio dos demais Parlamentares na aprovação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

## REQUERIMENTOS

Nº 2.643/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para elevação do Pelotão de Curvelo a Companhia de Bombeiros Militares, considerando-se a vasta área geográfica abrangida pela referida unidade.

Nº 2.644/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com os seguintes policiais civis: delegada Roberta Fernandes Menezes Sodré, subinspetor André Gustavo de Lima Souza, investigadores Alan dos Santos, Edmar Souza da Cruz, Robson Edésio dos Santos, Leandro Rodrigues Machado dos Santos, Rodrigo Otávio Alves Benício, André Bahia Miranda, Gustavo de Souza Lousada, Valdeir Checon, Silvana Aparecida de Oliveira Compasso e escrivãs Leila Aparecida de Moura Oliveira e Bárbara Bacelete, pela apreensão de quase 4.000 barras de maconha, cerca de 3 toneladas de droga ilícita no Município de Ravena, em 5/1/2021, que seriam destinados à comercialização na região de Venda Nova, em Belo Horizonte.

Nº 2.645/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para manutenção do início do Curso Especial de Formação de Sargentos, para o ano de 2023 (Cefs II/2023), no mês de julho do corrente ano, conforme item 1.3.1 do Edital DRH/CRS nº 8, publicado em 28/3/2023.

Nº 2.646/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para convocação, com urgência, dos servidores aprovados na Seleção Interna – Sejusp nº 1/2021 – para o curso de capacitação relativo a procedimentos de escoltas e apoio operacional que, conforme previsão em edital, será oferecido pela Superintendência Educacional de Segurança Pública, por se tratar de requisito obrigatório para remoção às bases operacionais pertencentes a Ceaop.

Nº 2.647/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado a Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências com vistas à melhoria da prestação dos serviços por meio do plantão digital, de maneira a evitar longos deslocamentos por policiais militares, vítimas e testemunhas e problemas decorrentes desses deslocamentos, a exemplo das ocorrências policiais acontecidas no Município de Formoso, que têm requerido o deslocamento por 283km até o Município de Unaí, para a apresentação da situação à PCMG.

Nº 2.648/2023, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências com vistas à descentralização dos serviços da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher para as Delegacias Regionais de Polícia Civil em Belo Horizonte, uma vez que a centralização do acolhimento especializado no município pode desestimular a procura, pelas mulheres, por proteção, considerando-se as distâncias físicas e dificuldades decorrentes para o deslocamento até a sede localizada no Barro Preto.

Nº 2.651/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional de Ensino, em Divinópolis, pedido de providências para aquisição de materiais esportivos, especialmente suporte para rede de vôlei, visando otimizar as aulas de educação física na Escola Estadual Martin Cyprien, nesse município.

Nº 2.652/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Câmara dos Deputados pedido de providências para que os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb – não sejam considerados no cômputo da base de cálculo e limites de despesas primárias do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, conforme texto aprovado no Senado Federal. (Emendado pela deputada Beatriz Cerqueira).

Nº 2.653/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações em que se esclareça se a secretaria de que é titular tem ciência de que, mesmo depois de tanto tempo de implementação do Novo Ensino Médio, o *Diário Escolar Digital* – DED – ainda não foi adequado para que os professores possam lançar as notas relativas aos itinerários formativos, sendo necessária a criação de um boletim escolar apartado, preenchido manualmente, para registro de frequência e nota dos estudantes; qual é o planejamento dessa secretaria para que o sistema seja adequado de forma a ter condições de receber os registros de frequência e nota dos estudantes, considerando-se não ser possível o lançamento no DED; como estão se dando, paliativamente, os registros de frequência e nota no momento da totalização dos conteúdos da Base Nacional Comum Curricular e dos itinerários formativos no Novo Ensino Médio; como ficarão os registros desses estudantes para fins de escrituração da vida escolar; se será necessário que os professores façam lançamentos manuais no DED dos registros que foram feitos em papel, quando o sistema for adequado; e se haverá algum prejuízo na escrituração da vida escolar dos estudantes. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 2.654/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a notícia de que a Secretaria de Estado de Educação não abrirá turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA – dos anos finais em agosto, bem como sobre os motivos que ensejaram e sustentam essa decisão administrativa. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela deputada Macaé Evaristo. Anexe-se ao Requerimento nº 2.541/2023, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 2.655/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja realizada a cobertura da quadra da Escola Estadual São Francisco de Assis, em Carmo do Cajuru.

Nº 2.656/2023, da Comissão de Educação, em que requer sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja realizada a cobertura da quadra da Escola Estadual Gonçalves de Matos, em Divinópolis, com a disponibilização do projeto e do cronograma das obras de construção dessa cobertura.

Nº 2.657/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja aprovado, em caráter de urgência, o pedido de reforma da Escola Estadual Doutor Arlindo Silveira Filho, situada na cidade de Alfenas, feito pela comunidade escolar da região.

Nº 2.658/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam realizadas melhorias na Escola Estadual Vicente Mateus, em Divinópolis, especialmente através de reforma e ampliação dos banheiros e cantina, instalação de vidro em algumas janelas, realização de limpeza (capina) no interior da escola e reformas no telhado, entre outras, e para sanar ocorrências de superlotação das salas.

Nº 2.659/2023, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que sejam incluídos no Edital Seplag/SEE nº 3/2023, para o provimento de cargos das carreiras da educação básica, os cargos vagos nos conservatórios estaduais de música.

### **Comunicações**

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Transporte, de Segurança Pública, de Educação, de Administração Pública e de Assuntos Municipais e do deputado Gustavo Valadares.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

#### **1ª Fase**

#### **Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### **Comunicação da Presidência**

A presidência informa que foram aprovados, conclusivamente, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 2.617/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, 2.638 e 2.639/2023, da Comissão de Transporte, 2.643 a 2.648/2023, da Comissão de Segurança Pública, e 2.651, 2.652 e 2.655 a 2.659/2023, da Comissão de Educação. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

#### **Leitura de Comunicações**

– A seguir, o presidente dá ciência das seguintes comunicações:

a Comissão de Transporte informa que, na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 4/7/2023, foram aprovados os Requerimentos nºs 2.099/2023, do deputado Leonídio Bouças, 2.112, 2.114 e 2.130/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, 2.185 e 2.199/2023, da Comissão de Participação Popular, 2.246/2023, do deputado Leleco Pimentel, 2.345/2023, da Comissão de Administração Pública, 2.462/2023, do deputado Celinho Sintrocel, 2.545/2023, do deputado Enes Cândido, e 2.551/2023, do deputado Lucas Lasmar, e o Projeto de Lei nº 291/2023, do deputado Raul Belém;



a Comissão de Segurança Pública informa que, na 14ª Reunião Ordinária, realizada em 4/7/2023, foram aprovados os Requerimentos nºs 2.071, 2.279, 2.296, 2.297, 2.366 e 2.474/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier, 2.461/2023, do deputado Celinho Sintrocel, 2.465/2023, do deputado Leleco Pimentel, 2.475 e 2.476/2023, do deputado Grego da Fundação, 2.539/2023, do deputado Sargento Rodrigues, e 2.550/2023, da deputada Ana Paula Siqueira;

a Comissão de Educação informa que, na 15ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, foram aprovados o Projeto de Lei nº 479/2023, do deputado Professor Cleiton, e os Requerimentos nºs 229/2023, do deputado Coronel Henrique, 1.506 (com a Emenda nº 1) e 2.063/2023, da Comissão de Administração Pública, 1.671/2023, da Comissão do Trabalho, 1.885 e 2.115/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, 2.025 a 2.027 e 2.033/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, 2.040, 2.166, 2.180, 2.191, 2.205 e 2.286/2023, da Comissão de Participação Popular, 2.096 e 2.276/2023, da deputada Macaé Evaristo, 2.265/2023, do deputado Lucas Lasmar, e 2.266/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes;

a Comissão de Administração Pública informa que, na 16ª Reunião Ordinária, realizada em 4/7/2023, foi rejeitado o Requerimento nº 2.468/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes;

a Comissão de Assuntos Municipais informa que, na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 5/7/2023, foram aprovados os Requerimentos nºs 1.922/2023, do deputado Duarte Bechir, e 2.011 a 2.013/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, estes com a Emenda nº 1; e

o deputado Gustavo Valadares informa seu afastamento do exercício do mandato, a partir do dia 11 de julho de 2023, para assumir o cargo de secretário de Estado de Governo (Ciente. Publique-se.).

### **Despacho de Requerimentos**

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento nº 2.529/2023, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.652/2022, e o Requerimento nº 2.547/2023, do deputado Betinho Pinto Coelho, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.044/2021.

### **2ª Fase**

O presidente – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta. Solicito ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado João Vítor Xavier) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 44 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

### **Discussão e Votação de Proposições**

O presidente – Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 767/2023, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a celebrar termos aditivos aos contratos firmados com a União, para a conversão do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal em Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nós vamos entrar num processo de encaminhamento, e encaminhamento, de forma clara e direta, contrariamente à votação dessa proposta do governador, o tão famoso e falado PAF. E hoje é um dia importante, porque, ao poder encaminhar e discutir esse projeto, nós temos a oportunidade de esclarecer a verdade dos fatos. O governador, na semana passada, por conta desse projeto, falava que tinha um prazo; que, diante de um prazo, haveria o pagamento de uma multa. E, com todo respeito às posições divergentes e legítimas, democraticamente, aqui não há ninguém que tenha condições de entregar um documento, que o governo não encaminhou, provando que valor é esse, que dívida é essa, que impacto é esse. Nós estamos votando ou sendo pressionados - quem é a favor e quem é contra - a encaminhar um projeto que diz

respeito, sim, a um vínculo direto, porque ele é critério básico para que o governo assine o Regime de Recuperação Fiscal. Ele é critério básico. Disso nós sabemos, está na lei. Para assinar o regime de recuperação fiscal, há vários critérios, e um deles é que essa lei aprovada tem que ser aprovada.

Mas o governo, além de querer a aprovação, por conta disso falava com relação a uma dívida de um impacto que ninguém comprovou, ninguém, R\$10.000.000.000,00, R\$15.000.000.000,00, R\$16.000.000.000,00, R\$5.000.000.000,00. É lógico que ninguém está brincando com números aqui e dizendo que é pouco. É muito dinheiro, mas, para um governo que, nos últimos quatro anos e meio, não pagou um centavo da dívida com a União, tem dinheiro em caixa, o Sinfazfisco acompanha isso diariamente, qualquer um pode acompanhar pelo site do Sinfazfisco as contas do governo, todas elas, a soma hoje é de mais de R\$30.000.000.000,00 em caixa, obviamente referente às dívidas que o governo não pagou. Então ninguém é irresponsável em dizer que uma votação dessa vai colapsar as contas do Estado. Pode impactar no sentido de o governo começar a pagar uma conta que não pagou até hoje. Agora, colapsar é mais um daqueles discursos falaciosos do governo, o mesmo que vinculou esta votação ao reajuste dos servidores, colocando na conta da oposição que não haveria reajuste, e foi votado hoje.

Então nós estamos aqui para mostrar que toda essa narrativa foi mentirosa. Uma pena, porque a gente poderia sentar, conversar, aliás como estávamos conversando muito bem, na semana passada, com o então secretário de Governo, que foi demitido pelo governo no meio disso tudo, porque nada é às claras. Nós levamos um mandato inteiro, o mandato passado questionando o governo e pedindo informações sobre... Ele põem em dúvida os valores que a gente coloca nas contas do governo, ele coloca em dúvida a todo momento! Nós tivemos que entrar na Justiça para saber qual é o valor real das contas do Estado. Ganhamos, mas o governo entrou de novo com uma liminar para derrubar a liminar. Tudo para não informar o valor que tem em conta. Então a gente fica nesse jogo triste de desinformação, de total falta de transparência do governo do Estado, com os servidores sem reajuste, sem informação, com as estradas sucateadas, sem investimento, mas o governo privatizando para resolver, e o governo vendendo que as contas estão ruins e tem dinheiro em caixa. O governo está falando que não consegue dar o reajuste, e, como nós vimos, nós temos na educação o valor vinculado. Então as mentiras têm perna curta. O governo vai atropelando, não informa, vende uma versão, incha a sua bolha de desinformação, cria essa polarização negativa não só na sociedade, nas categorias, mas aqui dentro da própria Assembleia porque fica colocando um deputado contra o outro. Nós não somos adversários aqui, nós lutamos por uma Minas melhor, nós queremos um Parlamento que dialogue, um Parlamento que ofereça à sociedade resultados, mas o governo segue pressionando.

Então eu não tenho dúvida da importância de a gente realmente colocar as informações às claras e, presidente, não votar esse projeto. Por isso nós vamos, na medida do possível da obstrução, e obviamente chega uma hora - e é democrático, regimental - em que vai ser votado. Votaremos contra com a certeza de que o caminho que a Assembleia está traçando, a partir dessa votação é um caminho penoso, diretamente aos servidores do Estado, conseqüente e automaticamente às políticas públicas do Estado, uma vez que o caminho de ir aprovando propostas que têm vinculação direta ao Regime de Recuperação Fiscal cria a perspectiva da aprovação dessa proposta, de o governo querer vir assinar e, se vier a assinar, a consequência - a grande maioria aqui sabe -, diretamente, será os servidores sem reajuste nem mesmo da recomposição das perdas inflacionários nos próximos nove anos.

Imagine o seu salário congelado durante nove anos! É isso que o governo está propondo, esse absurdo, que vai além daquilo que a própria lei do Regime de Recuperação Fiscal obriga. Ela fala apenas de aumento real, mas o governo do Estado, na proposta que protocolou, no ano passado, no Ministério da Fazenda, foi ainda mais duro. Esse fato fez o Ministério da Fazenda soltar uma outra nota questionando o governo, se era isso mesmo porque não precisava.

A proposta que o governo quer assinar do Regime de Recuperação Fiscal obriga... O compromisso do governo é não dar reajuste nos próximos nove anos, aumento salarial. Mas e as perdas inflacionárias? Impor aos servidores públicos ficarem nove anos sem reajuste? Não haver reajuste nos índices de investimento na saúde e na educação? Sucatear o serviço público? Nós não podemos aceitar isso. Sabemos a situação econômica do Estado, mas sabemos que esse não é o caminho para a solução. A solução começa,

primeiro, obviamente, em diminuir a dívida e o governador pagar. Imagine você, com qualquer dívida que seja, ficar quatro anos e meio sem pagá-la! A sua dívida vai aumentar! Se você deve à padaria, ao cartão de crédito, ao supermercado, deve o carro, seja o que for em casa; com o Estado não vai ser diferente. Ficar quatro anos e meio sem pagar vai aumentar a dívida. E é o que acontecendo com o Estado. O Estado está mais endividado e guardando dinheiro. É uma matemática e uma gestão em que a conta não fecha.

Nesse sentido, nós estamos encaminhando o voto contrário. E sem falar no Regime de Recuperação Fiscal, que o governador prega para todo lado ser tão importante e não desarquivou esse projeto até hoje. Merecia uma manchete nos jornais! Se houver alguma TV ou jornal nos ouvindo, a melhor manchete seria: “Como o governador Zema engana o STF!”. Ele conseguiu. Merece parabéns aqui pela capacidade de enganar a totalidade dos ministros do Supremo, que deram a liminar para o governo continuar não pagando a dívida, porque ele fala da importância do Regime de Recuperação Fiscal, que foi arquivado ao final da legislatura, dia 31 de janeiro, e até hoje... Ele encaminhou um pedido aqui, no dia 1º de junho, mas não foi desarquivado ainda. Olhem o interesse que o governo tem por um projeto que é o mais importante para ele e que não foi nem desarquivado! Ele não discute, ele não põe a proposta na mesa. Nenhum dos Poderes... Na Assembleia Legislativa, o presidente não tem esta informação nem nós temos: qual é a proposta que foi apresentada em Brasília? Qual é a proposta do regime? O Tribunal de Justiça não tem, e o impacto vai ser direto aos servidores do tribunal; o Ministério Público não tem; o TCE não tem. Ninguém que será afetado diretamente por essa proposta do Regime de Recuperação Fiscal conhece essa proposta do governo.

E um exemplo que nós estamos vivendo... Nesta semana, ontem e hoje, houve em Brasília, a discussão e a votação de um avanço na reforma tributária. Depois de 30 anos, o presidente Lula consegue, agora, fazer um debate amplo com a sociedade, com governadores e prefeitos. Quer dizer, votar uma reforma tributária com um debate amplo e transparente para resolver e avançar no desenvolvimento da economia do nosso país. Na contramão disso, o governador esconde as contas, mente para o Supremo Tribunal Federal e não apresenta a esta Casa a proposta, que, segundo ele, é a mais importante para resolver os problemas das contas do Estado. Então nós vivemos numa obscuridade gigantesca, numa falta de transparência e de informação enorme, e querem que a gente vote um projeto como esse.

Então eu não tenho dúvida em encaminhar contra esse projeto pela sua falta de informação, pelas consequências e pelos impactos penosos que ele tem na vida do povo mineiro.

O presidente – Obrigado, deputado Ulysses Gomes. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Sr. Presidente e nobres colegas, quero ser bastante objetivo na minha fala porque a gente já tem feito essa discussão sobre esse projeto já há alguns dias.

Primeira coisa: vamos reestabelecer aqui algumas verdades, porque o governador Romeu Zema se utiliza do artifício "mentira" para poder tentar justificar o que faz e convencer a sociedade mineira. Primeira coisa que é importante reestabelecer aqui, porque a maioria dos deputados que estão neste Plenário não estavam em 2015, é contar um pouco da história: a história da dívida de Minas. É claro que ela é muito anterior a isso, mas eu vou partir de um ponto para que as pessoas possam compreender. Quando nós chegamos aqui, em 2015, no primeiro ano do meu primeiro mandato, votamos o orçamento do Estado porque ele não havia sido votado até o final de 2014 pelo governo anterior – o governo do PSDB que nos antecedeu. E, naquele momento, quando votamos o orçamento, nós já tínhamos identificado que o Estado tinha uma dívida de cerca de R\$7.500.000.000,00, a herança que estávamos recebendo do governo do PSDB que, hoje, compõe o governo Romeu Zema e a base do Romeu Zema.

Ocorre que, naquele ano em Minas Gerais, agrava-se a situação econômica. A partir do golpe contra a presidenta Dilma, a situação financeira fica pior pelo cerceamento ao nosso estado, a queda do preço das commodities no mercado internacional impacta a arrecadação de Minas Gerais. Isso tudo foi agravando a situação. Sem dizer que, àquela época, o governo do PT pagava mensalmente as parcelas da dívida com União – pagou durante quatro anos. Mesmo assim, teve a capacidade, por exemplo, já no início do governo

– é importante que os deputados que representam a segurança pública aqui me escutem –, de honrar duas parcelas do acordo da segurança que havia sido feito pelo governo Anastasia. Eram três parcelas, o governo anterior pagou uma parcela e deixou duas para o governo Fernando Pimentel, que ainda, com toda dificuldade financeira, Macaé, honrou o compromisso com a segurança pública. Digo isso porque é esse governo que negociou com a segurança, no mandato passado, o aumento em três parcelas e não cumpriu; e esse governo também hoje imobiliza a sua base para votar contra a emenda da segurança.

Eu quero dizer que, na semana passada, um colega parlamentar ligado à segurança publicou, na sua rede social, uma foto da deputada Beatriz Cerqueira com a do presidente Lula, falando: “Olha o PT votando contra o aumento dos servidores!”. Eu quero perguntar ao colega parlamentar se ele vai publicar, nas suas redes, a foto dos deputados que não votaram junto com a segurança, dizendo que eles foram contra a segurança, que ele diz que ele representa. É por isso que, quando a gente diz que tem que estabelecer aqui a relação, o respeito, essas coisas os pegam na contradição. Então nós vamos acompanhar a rede social para ver se vai publicar para manter a coerência.

Continuando, eu quero dizer que o governo Fernando Pimentel, do PT, pagou as parcelas da dívida com a União durante todo o governo e tentou, junto à Justiça, uma liminar para suspender o pagamento dessa dívida. Essa liminar foi concedida quando? Em dezembro de 2018, ou seja, o Pimentel não teve um mês do efeito da liminar que ele tanto buscava, mas o governo Zema passou o seu primeiro mandato e parte desse mandato não pagando sequer uma parcela da dívida com a União, o que lhe permitiu inclusive colocar o salário do servidor em dia, o atrasado. Algo que poderia ter feito no primeiro mês de governo e esperou quase dois anos para fazer. Então vamos nos lembrar dessas coisas para reestabelecer um pouco da verdade da história de Minas Gerais com relação ao debate que fazemos aqui sobre finanças. Repito: o governo Zema fala da herança que recebeu do Estado. Ele recebeu como herança a suspensão do pagamento da dívida da União. Sobre essa herança ele nada comenta. Estou trazendo isso aqui para entender a que ponto nós chegamos.

O governador Romeu Zema parece que está de acordo quando propõe 300% de aumento para ele e para seu secretariado e subsecretário. Nesse momento, Minas não tem problema orçamentário; nesse momento, Minas não tem problema financeiro. O governador não tem problema quando libera, autoriza obra de uma rodovia que, curiosamente, por coincidência, tem acesso até a propriedade da sua família – R\$41.000.000,00. Alguns parlamentares disseram o seguinte: “Não, mas essa obra é necessária”. A pergunta que faço: será que ela é necessária em detrimento de outras obras que esperam há mais tempo? Cito, por exemplo, a MG-122. Vários colegas parlamentares que são do Norte de Minas sabem a que eu me refiro, sabem quantas pessoas já morreram ali, nos últimos meses. Uma rodovia em que as pessoas estão morrendo reiteradamente não seria mais prioridade do que aquela que, curiosamente, coincidentemente, vai valorizar a propriedade da família do governador? Então, eu quero trazer essas questões para a nossa reflexão no debate que nós precisamos fazer aqui.

Outra questão que eu trago aqui: o governo de Minas Gerais, do Zema, estendeu, até abril de 2024, um contrato milionário para fornecer buffet de luxo, ampliando o valor para R\$7.500.000,00. Os gastos previstos são com canapés, folhados, miniquiches, arranjos de flores, estrutura de som, painéis de LED, televisores, móveis, iluminação para eventos do governo, entre outros. Mas Minas Gerais está quebrada, deputado Celinho. Mas R\$7.500.000,00 para buffet, para gastronomia o governo tem. E diz que tem que aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, que tem que votar o PAF. Para fazer graça para seus amigos, doadores de campanha, donos de locadora, Minas não está quebrada, tem dinheiro, dá para abrir mão de bilhões de reais. Mas quer colocar aqui, na conta da Assembleia, qualquer coisa que o governo tenha de fazer, no sentido de cumprir suas obrigações com o governo federal. Ora, se o Tesouro Nacional já havia avisado o governo, um ano antes, que ele tinha de aprovar o PAF aqui, na Casa, porque somente em maio o governo do Estado encaminha esse projeto para a Casa? Por que somente em maio? Por que este ficou parado por quase um mês, na CCJ, na qual o governador tem maioria? Ou seja, a responsabilidade do que está acontecendo, no caso de o governo ter de pagar, é única e exclusivamente do governador, que não é atento à responsabilidade que tem que ter com as matérias que aqui precisam ser

votadas e, ao mesmo tempo, manda um recado para a sociedade de que, em algum momento é crise, e que, em outro momento, vai tudo bem, muito obrigado – isso quando se trata dele e de seus amigos.

A pergunta que faço: os colegas parlamentares estão suficientemente à vontade para votarem esta matéria diante de tudo que eu estou trazendo, diante de tudo que eu estou dizendo aqui?

Por final, presidente, eu quero fazer a leitura aqui do projeto do PAF. Eu vou ler o projeto. Estão vendo esse projeto aqui, gente? (– Mostra impressos.) É denso. Vocês devem imaginar o seguinte: “Nossa, aí deve estar tudo: anexos, prestação de contas, o que tem em saldo bancário...”, porque o sindicato está falando que são R\$32.000.000.000,00, que tem conta, que o governo tem conta, disponível em conta, e ninguém veio aqui desmentir, trazer os extratos dos bancos e falar: “Mentiroso, não é isso, não. Olha o que está no extrato do banco”. Eu desafio, desafio, mas até agora ninguém subiu.

Vou ler para vocês o projeto do PAF. Está vendo isso aqui, é só anexo. O PAF, Macaé, é isso aqui, essa folha, que só tem uma página, que não tem nada do lado. É um projeto tão importante e complexo, que o governador quer que a gente vote de qualquer maneira! Sabe quantos artigos esse projeto possui? Três artigos, dois artigos, porque o art. 3º fala: “Esta lei entra em vigor na data de sua publicação”. Não trata da essência do projeto. É isso aqui, colegas deputados, que vocês vão votar. (– Mostra o projeto.) Nada no verso, na frente três pequenos artigos. Esse é o projeto que trata de matéria tão importante sobre o qual o governo deu chique porque não conseguiu votá-lo na semana passada. Está aqui.

Pergunto novamente: os parlamentares que representam o povo mineiro se sentem à vontade em votar um projeto que possui dois artigos, porque um fala só da publicação? Sem mais informações, sem mais dados? Os deputados se sentem à vontade em votar um projeto, se o governo não fala o que ele tem disponível em conta? Os deputados se sentem à vontade em votar um projeto quando o governo fala que está diante de uma crise, mas concede benefício para locadora, aumento de 300% para si mesmo, fazendo obra até sítio de sua família, R\$7.500.000,00 para buffet? Eu não me sinto à vontade. Portanto, quero encaminhar o voto “não” a esse projeto.

O presidente – Obrigado, deputado Cristiano Silveira. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Macaé Evaristo.

A deputada Macaé Evaristo – Boa tarde. Boa tarde, presidente, boa tarde, senhoras e senhores. Estou saindo de uma manhã muito produtiva e importante, em que vencemos, aprovamos o reajuste dos trabalhadores em educação. Passamos agora à discussão, ao encaminhamento do Projeto de Lei nº 767/2023. Eu vou começar aqui trazendo uma matéria que está no portal da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Essa matéria diz que, no dia 24 de maio, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro; o governador de Minas Gerais, Romeu Zema; o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, e o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite foram se reunir com o ministro Fernando Haddad. Para quê? Para falar do Regime de Recuperação Fiscal e da dificuldade de os estados honrarem com o Regime de Recuperação Fiscal. É bem importante a gente compreender isso porque o Estado do Rio de Janeiro e o Estado do Rio Grande do Sul, assim como Minas Gerais, são estados que têm muitos problemas, muitas dívidas com a União, bem como têm muito a receber, como é o caso de Minas Gerais. Mas tanto o Rio de Janeiro quanto o Rio Grande do Sul aderiram ao Regime de Recuperação Fiscal no ano passado. Passaram 2019, 2020, 2021, 2022, por força de liminar, sem pagar nem um centavo da dívida, assim como fez o governador Zema em Minas Gerais.

Mas esses estados fizeram a adesão ao regime no ano passado. A adesão ao regime traz implicações que a gente tem discutido aqui: proibição de concurso público e de contratação de servidores; proibição de reajuste de salário, recomposição salarial; impõe a privatização das empresas públicas. O regime também prevê que a dívida comece a ser paga, progressivamente, em nove anos, 1/9 a cada ano, não é? No primeiro ano o gestor não paga nada e, quando faz a adesão ao regime, passado um ano, ele começa a pagar progressivamente 11%, 22%, 33% sucessivamente. Ao final de nove anos, ele passa a pagar o montante, o conjunto da dívida.

E o que a gente percebe? Inicialmente há uma grande comoção para que o Estado faça a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal mesmo porque a adesão a esse regime resolve o problema, supostamente, do endividamento do Estado para o governante da ocasião. Mas é fato que a dívida do Estado de Minas Gerais não cessa com a adesão do Regime de Recuperação Fiscal. É uma coisa interessante que qualquer pessoa que está me ouvindo aqui vai conseguir entender: quem já comprou uma casa própria financiada pela Caixa sabe que a gente dá uma entrada, mas depois começa a pagar da prestação mais cara, Sargento Rodrigues, para no final a gente pagar pouquinho, não é assim? Exatamente. No caso da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, não é assim, não. Quem faz o negócio no primeiro ano não paga nada, no segundo ano começa a pagar 1/9 da dívida e assim sucessivamente. Isso significa que a gente está transferindo a responsabilidade do gestor atual para o gestor futuro, sem efetivamente debater o que está por trás dessa adesão, sem discutir efetivamente por que é que a gente tem que pegar o patrimônio do Estado... Vamos pensar em Minas Gerais: as empresas mineiras, o valor dessas empresas, o que elas operam. Por que a gente tem que entregar o patrimônio dos mineiros? Por que a gente tem que deixar o cidadão mineiro sem acesso à educação? Como é que nós vamos ampliar o atendimento educacional, por exemplo, para o ensino médio? Como é que a gente vai aportar recursos para que os municípios, efetivamente, consigam garantir o atendimento integral às crianças de zero a 3 e ampliar a educação integral no Estado de Minas Gerais?

O que acontece é que o Rio Grande do Sul, assim como o Rio de Janeiro, passado o primeiro ano em que não pagaram nada da dívida, já foram bater lá na porta do ministro Fernando Haddad para dizer: “Nós não temos como pagar a dívida”, “Nós não queremos pagar a dívida”, “Não temos como pagar a dívida”. Mas, por exemplo, no Rio Grande do Sul, todas as empresas públicas foram privatizadas, todo o patrimônio da população rio-grandense foi privatizado. Então fez a privatização, o dinheiro sumiu e nada de pagamento da dívida, que vai ficar novamente nas costas da população. Por isso é que não dá para a gente fazer uma adesão ingênua e achar que está tudo bem, que basta um PL que autoriza o Estado a renegociar, para que a gente não discuta aqui os termos dessa negociação. Inclusive, discutir do ponto de vista de como se dá esse financiamento, de como são feitos os reajustes, se a gente concorda mesmo com as taxas e indicadores aplicados para reajustar o conjunto da dívida.

Há uma outra questão, deputada Marli, que é a questão das isenções. O que acontece nesses estados – e não é diferente em Minas Gerais –, é que se faz uma política sistemática de isenção de impostos, de tributos, para as empresas aliadas. Antes do PAF, a gente viu votar aqui a redução de 4% para 1% a isenção para as locadoras de veículo e, ao mesmo tempo, um reajuste de 300% para o governador e para o secretariado. Olha, a isenção fiscal que se faz no Rio Grande do Sul é maior do que a folha de pagamento de todos os profissionais da educação e da manutenção da educação no Estado do Rio Grande do Sul. Estou falando do Rio Grande do Sul porque é um estado que já passou pelo que querem fazer aqui, em Minas Gerais. E está dando muito errado, porque a dívida permanece, porque a precarização do serviço público é extrema. A educação, as unidades básicas de saúde, os hospitais públicos é que estão pagando a conta; é o cidadão e a cidadã que estão pagando a conta. Isso não é discutido aqui, isso não é levado em consideração.

E querem aprovar, a qualquer custo, um PL e ainda nos acusam de ódio, não é, gente? Pelo contrário, a gente tem muito amor no coração, a gente tem muita certeza de que a gente precisa pensar na dignidade da população mineira e que o patrimônio dos mineiros não pode ser vilipendiado, não pode ser entregue. Por isso, o meu encaminhamento é contrário ao PL nº 767. Não sejamos entreguistas! Tenhamos brio e vamos defender Minas Gerais!

O presidente – Obrigada, deputada Macaé. Com a palavra, para encaminhar a votação, deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o nosso encaminhamento é também contrário à matéria, ao PL nº 767, porque, diferentemente de algumas falas, nas Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, o PL é mais um requisito, mais um requisito, para a camisa de força chamada Regime de Recuperação Fiscal. É uma camisa de força sem retorno, porque, depois que o governo preferiu ir ao próprio Judiciário, buscou o STF, e o STF, mais uma vez, atropelou as leis e permitiu que o governador de Minas aderisse ao Regime de Recuperação Fiscal, mas, com a decisão do STF, está tudo terminado? Não! Ainda existem outras leis a serem votadas nesta Casa. Uma delas é o PL nº 767, e isso,

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem impacto direto nas carreiras de servidores e servidoras do Estado de Minas Gerais.

Inclusive há impacto aqui, deputado Eduardo Azevedo; aqui, no próprio Legislativo; há impacto no Judiciário; no Ministério Público; no Tribunal de Contas; na Defensoria Pública; no Executivo. Não sobrá nenhum servidor que não será atingido pela camisa de força. Bom, mas atingido em quê? Alguns oradores aqui já fizeram algumas exposições e algumas falas, e eu quero trazer dispositivos da Lei Complementar Federal nº 159/2017, que disciplina o Regime de Recuperação Fiscal, por exemplo o art. 2º, inciso IV e VII, mas principalmente o inciso IV. Art. 2º – O Plano de Recuperação Fiscal será formado por leis ou atos do Estado que desejar aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, por diagnóstico em que se reconhece a situação de desequilíbrio financeiro, por metas e compromissos, e pelo detalhamento das medidas de ajuste, com os impactos esperados e os prazos para a sua adoção. IV – A revisão dos regimes jurídicos de servidores da administração pública direta, autárquica e fundacional para reduzir benefícios ou vantagens não previstos no regime jurídico dos servidores públicos da União. Deputado Ulysses Gomes, muitos benefícios e vantagens que foram alcançados pelos servidores e que estão na Constituição do Estado e nas leis complementares: estatutos e leis orgânicos, e que não estão previstos para os servidores da União serão retirados pelo governo do Estado.

Então, para você que está nos assistindo, você que é servidor público civil ou militar, essa camisa de força de que estamos falando é a que o governo do Estado está aderindo. Vou repetir: revisão dos regimes jurídicos de servidores da administração pública direta, autárquica e fundacional. Mas temos ainda o art. 8º da mesma Lei Complementar Federal nº 159/2017, uma das leis que disciplina o regime. O art. 8º diz que são vedados – vou traduzir melhor –, isto é, é proibida ao Estado, durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal, a criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa; a alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.

Então você, que é servidor público civil e militar, que espera que a sua carreira seja alterada, se ela tiver aumento de despesa, já era! É vedada, sob a égide do Regime de Recuperação Fiscal – art. 8º, inciso IV – a admissão ou contratação de pessoal. O inciso V, realização de concurso público, isso também é proibido. “Mas, deputado, vai proibir?” Vai. “Qual é a ressalva?” Apenas para repor a vacância do cargo, por aposentadoria, por morte ou porque o servidor passou em outro concurso. Então não terá aumento de efetivo. Nós teremos, ao longo de nove anos, aumento de serviço para a educação, para a saúde, para a segurança, para todos os servidores, mas nós não poderemos ter aumento de efetivo, apenas reposição nos cargos que serão vagos com o passar do tempo.

Entretanto, o mais absurdo, o mais absurdo, deputado Eduardo Azevedo é que o inciso 15 do art. 8º da Lei Complementar nº 159 diz o seguinte: XV – a propositura de ação judicial para discutir a dívida ou o contrato... Ou seja, depois que estiver sob a camisa de força, que não puder mais ter aumento real, vai destruir as carreiras, ilustre colega, deputada Delegada Sheila, a camisa de força não permitirá aumento de efetivo.

Sabem aquela alteração da Lei Orgânica da Polícia Civil tão esperada que o governo não aprovou nesta Casa e que está aqui para ser aprovada? Se ela tiver impacto financeiro, com o regime, não pode, é proibido.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é isso o que se espera da camisa de força. É, na verdade, a destruição do serviço público, porque, ao achatar as carreiras, ao tirar o direito conquistado, ao diminuir a possibilidade de crescimento, o servidor vai ficar completamente desanimado, desanimado de trabalhar. Agora, imaginem os servidores da segurança pública! Nós tivemos uma batalha aqui hoje imensa tentando conseguir uma parcela de recomposição. O governo diz que não tem condições. Imaginem com o Regime de Recuperação Fiscal! Mas o mais engraçado, deputado Gustavo Valadares... V. Exa. é líder de Governo, deputado Gustavo Valadares, e eu quero fazer uma pelo a V. Exa. e aos colegas deputados que aqui... Tomei conhecimento, deputado Doutor Jean Freire, de que a emenda da segurança pública, ao ser derrotada, foi comemorada lá, na lanchonete, por alguns, que acharam que derrotaram a nós, deputada Delegada Sheila, que acharam que derrotaram a nós. Não, não derrotaram, não. O mandato que eu exerço é uma procuração dada pelas urnas. O meu mandato não é guiado por líder. O meu mandato tem vida própria. O mandato que eu exerço é do

eleitor, e não é o líder de governo que vai dizer se o que eu vou votar é justo ou não. O mandato que eu exerço atende a única vontade de quem me elegeu. Então, para aqueles que estão comemorando, eu só vou deixar aqui mais um recado e já encerro, Sr. Presidente: pensem muito antes de aprovar esse projeto e o restante das leis do regime porque os senhores, caso permaneçam aqui... O senhor governador Romeu Zema, daqui a três anos e meio, vai embora, mas o Estado vai ficar sob uma camisa de força pelos próximos nove anos, e aí serão os senhores e as senhoras deputadas que vão votar as leis que o governador quer e que vão enfiar o Estado numa camisa de força.

O mandato que eu exerço não está à venda para o líder de governo nem para o secretário de Governo. O mandato que eu exerço, eu o exerço de forma independente. O mandato que eu exerço não é trocado por emenda parlamentar. O mandato que eu exerço é para defender quem me colocou, quem me elegeu para exercê-lo em seu nome. Muito obrigado.

O presidente (deputado Betinho Pinto Coelho) – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – É sério? Eu sigo o líder, não é?

Gente, boa tarde; boa tarde, presidente; boa tarde a todas as pessoas. Bom, acho que o que a gente está falando, quando a gente fala de PAF, é de Regime de Recuperação Fiscal que, como bem foi colocado aqui, é uma proposta de regime de destruição estatal. É destruição estatal porque prevê privatizações, desestrutura o servidor público e, com isso, o serviço público. Ele é um regime que engessa e retira poder do Parlamento. Aliás, antes mesmo de o Regime de Recuperação Fiscal ser aprovado, o Zema dá uma banana para a Assembleia Legislativa entrando na Justiça para tentar aderir ao plano da forma como ele quer, sem ter que passar por uma negociação, por um debate ou uma construção com essa Casa legislativa.

E por que ele não quer trazer esse tema aqui, para esta Casa legislativa? Porque não existe coerência no discurso do governador. Enquanto ele fala que não pode dar a recomposição salarial dos servidores, hoje a gente já aprovou o reajuste da educação, que tem a ver com o Fundeb, mas o reajuste dos servidores públicos, que era promessa de campanha dele, ele descumpra com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, a mesma lei que não se aplicou a ele e aos secretários quando aumentou em 300% o próprio salário. Aí já não vale! O Estado está quebrado e precisa aderir ao Regime de Recuperação Fiscal a todo custo. A Assembleia é culpada por não ter aprovado o PAF, na semana passada, mas ele não retirou daqui a proposta de isenção de IPVA para a Localiza, para o Salim Mattar, para os amigos do rei. Então o Estado para ele está quebrado, mas ele e o Bolsonaro fizeram uma negociação terrível para Minas Gerais, abrindo mão de receitas advindas da Lei Kandir. As mineradoras do nosso estado não pagam impostos estaduais e, ao invés de fazer uma discussão séria sobre isso, o enfrentamento necessário disso, abriu mão dessa negociação e tem acumulado mais de R\$50.000.000.000,00 de dívidas durante a sua gestão, agora com o direito, pela Justiça, de ficar até o final do ano ainda empurrando essa discussão para a frente sem pagar as dívidas, enquanto ele dá isenções de impostos para os seus amigos.

Então, desde o início dessa votação, o nosso bloco, e eu, como parlamentar, nos posicionamos contrariamente ao Regime de Recuperação Fiscal. Por coerência, hoje, o nosso voto, obviamente, será “não”: não ao PAF, não ao Regime de Recuperação Fiscal, e esperamos que essa votação seja um recado bastante evidente, para fora, inclusive, da Assembleia Legislativa, sobre a posição do Parlamento em relação ao regime. Acho importante, e eu estava conversando aqui, há pouco, com a Leninha, presidenta desta Casa, que a gente faça um debate aprofundado do nosso bloco sobre o regime e sobre as alternativas que a gente tem para conseguir garantir responsabilidade, de fato, com as contas públicas e não responsabilidade, de fato, com os amigos do rei e a destruição do Estado, que é a proposta atual do Zema.

Então seguimos firmes neste debate. O nosso voto será “não” a esse projeto.

O presidente – Obrigado, deputada Bella. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, boa tarde; boa tarde aos colegas parlamentares. A gente tem hoje a imprensa, que está sempre acompanhando as discussões, e acho, presidente, que a gente tem hoje uma oportunidade única de fazer um diálogo



direto com o secretário de Estado de Governo, que, como deputado, está aqui, no tapete vermelho. Então, eu queria fazer alguns questionamentos ao governo por meio do secretário de Governo – que alguma hora vai entender que eu estou falando com ele –, para a gente entender um pouco como é que a gente chegou até aqui, não é, Gustavo Valadares?

Eu recebi aqui um ofício da Secretaria do Tesouro Nacional ao Estado de Minas Gerais, cujo número é CEI 4282, de 2023. Neste ofício, o Estado de Minas Gerais é comunicado da necessidade do aditamento e são encaminhadas as minutas do 13º aditivo de conversão do Programa de Reestruturação de Ajuste Fiscal. Sabem qual foi a data, gente, em que esse ofício chegou? Sabe quando, deputado Gustavo Valadares, esse comunicado chegou ao governo do Estado? Foi em 11/1/2023, ou seja, em janeiro deste ano, o Estado de Minas foi comunicado, pela Secretaria do Tesouro Nacional, que deveria cumprir o prazo, fazer o aditamento.

Como é que o projeto que nós estamos fazendo o encaminhamento dele agora, o 767, chega à Assembleia Legislativa em 18 de maio? Percebem como que o governo de Minas estava preocupado com o aditamento dessa dívida, gente? De um comunicado da Secretaria do Tesouro Nacional, em janeiro, o governo... Quantos parágrafos tem o projeto? Deixem-me ver aqui. Licença. Esperem 1 minutinho. Gente, é um projeto de lei de três artigos. Vou contar as linhas: uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito linhas. O governo, deputado Betão, ficou de janeiro a maio para escrever três artigos e sete linhas? Sério que essa é a preocupação com o Estado de Minas Gerais?

Eu tive o cuidado de pegar o protocolo e todo o procedimento do Projeto de Lei nº 767, em que nós fomos chamados, na última quinta-feira, de oposição do quanto pior, melhor. Será que foi a oposição que quis o quanto pior, melhor, quando a partir de uma notificação da Secretaria do Tesouro Nacional, em janeiro, para escrever sete linhas, o governo só conseguiu encaminhar o projeto de lei para a Assembleia em 18 de maio? É muita competência jurídica, técnica e política, não é?

Eu vou seguir aqui, porque este debate que eu estou fazendo é para a sociedade e para a imprensa que está nos acompanhando compreenderem o processo e para a gente saber mesmo se era uma prioridade do governo. Ele, primeiro, quis aumentar o seu próprio salário; depois, quis fazer uma reforma administrativa para os seus cargos comissionados serem acomodados; tentou acabar com a Fucam; destruiu o Detran, que agora está aí tudo na turma Mattar; depois de tudo, é que o projeto de lei veio à Assembleia Legislativa. Então a falta de zelo e o desprezo com o Poder Legislativo é uma característica do governo Zema. O desprezo à democracia, as relações autoritárias de enviar um projeto de lei, na reta final, para fazer chantagem, para colocar sob a responsabilidade do Poder Legislativo R\$15.000.000.000,00, um governo que demorou meses para escrever três parágrafos... Por isso que eu defendo tanto a educação. Quando a gente vai tendo mais educação, a gente vai aprendendo a escrever melhor, a interpretar texto, a fazer conta de matemática. Por isso que a educação é tão importante na vida das pessoas, não é? Saber somar, saber dividir, saber multiplicar. Três parágrafos, três artigos, melhor dizendo, sete linhas, e o governo só encaminhou o projeto de lei...

Essa é uma oportunidade inédita, porque, quando o deputado, o nosso colega aqui, for nomeado, ele não pisa mais no tapete vermelho e não vai poder usar o microfone. Então é a oportunidade de ele se inscrever depois de mim e nos explicar como que, em janeiro, a Secretaria do Tesouro Nacional encaminhou comunicação para o governo do Estado, que só conseguiu escrever sete linhas em – janeiro, fevereiro, março, abril, maio – em quatro meses depois?

Ainda assim, eu quero entender algumas datas. O 11º termo aditivo ao contrato de refinanciamento da dívida com a União foi um acordo celebrado em...? Em 30 de junho de...? De 2022. Por que esse projeto chegou aqui em 18/5/2023, sendo que o governo sabia, desde 30/6/2022, que ele tinha que encaminhar o projeto para aprovação de novo? Escrever sete linhas, três artigos é muito difícil! Demorou um ano quase para que o governo escrevesse três artigos, sete linhas e encaminhasse à Assembleia Legislativa. O desprezo da turma do Partido Novo ao Legislativo se demonstrou nessas datas que eu vou continuar dizendo aqui, de um projeto que ele tinha um ano para encaminhar. O projeto foi protocolado no dia 18/5/2023, ou seja, o projeto foi protocolado no dia 18 de maio, com um prazo que expiraria no dia 30 de junho: sete linhas, três artigos. O protocolo foi no dia 18; foi publicado, no diário oficial, no dia 20; foi recebido, na Comissão de Constituição e Justiça, no dia 22 de maio.

Eu queria entender por que, numa comissão em que o governo é maioria, ele só conseguiu liberar o projeto de lei da Comissão de Constituição e Justiça, no dia 20 de junho. O projeto de lei, em que fomos acusados da oposição do quanto pior, melhor, ficou mais de 30 dias parado na comissão em que o governo tem maioria. Lá é cinco a dois, gente. A CCJ sendo cinco a dois. Nós temos duas vagas.

Nós queremos lembrar do dia em que a Comissão de Constituição e Justiça perdeu quórum, porque o governo não teve competência para manter o quórum da Comissão de Constituição e Justiça. É muita competência junta no processo. Foram 30 dias na Comissão de Constituição e Justiça; depois, nas outras comissões, o processo foi rápido, o Plenário foi rápido. Mas eu estou compartilhando essas datas pela minha oportunidade inédita de conversar, no tapete vermelho, com o próximo secretário de Governo. Estou compartilhando as datas para a sociedade ter uma capacidade crítica de entender o jogo que foi jogado aqui, dentro da Assembleia, de um governo que tinha, desde o dia 30/6/2022... Desde essa data ele tinha assinado, dizendo que encaminharia, que encaminharia esse termo aditivo. Desde o dia 30/6/2022. E ele só encaminhou o projeto, no dia 18/5/2023, sendo que ele foi comunicado em janeiro, pela Secretaria do Tesouro Nacional, que tinha que cumprir as determinações para esse aditamento. O governo foi incompetente para conduzir esse processo. Cuidou do seu salário, cuidou dos seus cargos comissionados, tentou destruir a Fucam, fez a destruição do Detran, e, na reta final, na reta final, ele quis jogar a responsabilidade para a Assembleia Legislativa, e um pouco mais da responsabilidade ao bloco de oposição.

Quando as pessoas têm acesso às informações, elas elaboram a sua avaliação. E eu só trouxe essas datas para as pessoas compreenderem o jogo que foi jogado aqui; a chantagem que foi feita, na semana passada, com o projeto da educação; as mentiras que foram contadas pelo Partido Novo e agregados sobre essa situação em que nos encontramos. Esse projeto nunca foi prioridade para o governo do Estado, nunca foi algo que ele priorizou e disse da sua importância, porque todas as datas, a tramitação, a demora, tudo vai demonstrar que ele não tinha o real interesse de resolver as coisas. Essas datas vão demonstrar que o governo não se importou com a tramitação. No dia 2 de fevereiro nós tínhamos que estar discutindo esse projeto, mas nós fomos discutir reforma administrativa, aumento de salário do governador. Nós tivemos que discutir Detran, nós tivemos que lutar contra o fim da Fucam, e etc. E só agora nós fomos discutir sete linhas, três artigos. O governo demorou esse tempo todo para conseguir escrever sete linhas e três artigos.

São as minhas considerações, presidente. O meu encaminhamento é o voto contrário a esse projeto. Obrigada.

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Obrigado, deputada Beatriz Cerqueira. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Betão.

O deputado Betão – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembleia, trabalhadores da Assembleia Legislativa. Se existe um projeto que ataca os direitos dos servidores, dos nossos colegas de profissão, obviamente sou contra, porque essa proposta, como já muitos deputados e deputadas disseram aqui, autoriza, no seu art. 6º, o governo de Minas Gerais a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal. Regime de Recuperação Fiscal que já foi adotado pelo menos em dois estados, se eu não estiver enganado, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e traz uma série de problemas. Problemas para os servidores, como já foi dito aqui, de congelamento de carreira, congelamento de salário, não realização de concursos públicos, ou seja, a destruição do serviço público aqui, em Minas Gerais. E o serviço público é essencial para a população de Minas Gerais. Você pode ficar sem governador, mas, sem servidor público, nenhum ente federativo consegue ficar, porque é ele que toca essa máquina, essa engrenagem, que é o Estado. Portanto, ele precisa ser valorizado.

Então, num projeto de um Regime de Recuperação Fiscal, com o congelamento de carreira e a não realização do serviço público... Aliás, à medida que os servidores forem se aposentando ou falecendo e não for havendo a reposição, você deixa de ter políticas de Estado para ter políticas de governo. Isso nós não podemos permitir que aconteça, por isso estamos encaminhando contrariamente a essa proposta. Mas, além disso, vem junto a política de privatizações, que é exigida normalmente no Regime de

Recuperação Fiscal, coisa que nós já estamos debatendo aqui há aproximadamente quatro anos e meio, porque essa é uma proposta que o governo Zema trouxe desde o seu primeiro ano de governo e que nós, do Bloco Democracia e Luta, que continuamos com o mesmo nome do bloco desde a primeira gestão – desde 2019, continuamos assim –, temos enfrentado. E as principais empresas que procuram privatizar são as empresas de energia e as empresas de saneamento. Então a privatização, a tentativa da privatização da Copasa, por exemplo, que é uma empresa de saneamento, vai na contramão de tudo que está acontecendo internacionalmente. As empresas de saneamento de diversos países, Estados Unidos, Alemanha, Canadá, que foram privatizadas há mais de 20 anos, estão sendo retomadas, reestatizadas pelo poder público desses países, países centrais do capitalismo, países centrais do capitalismo.

Só para vocês terem uma ideia, segundo o Instituto Transnacional, desde o ano 2000, foram reestatizadas no mundo 561 empresas, e nós estamos sendo empurrados para uma direção de que os outros já estão voltando, assim como também acontece com as empresas de energia elétrica. Eu me lembro muito bem aqui, deputada Macaé, na legislatura passada, de que foi feita uma audiência pública sobre privatização de empresas de energia elétrica, deputado Gustavo Lopes, e vieram aqui, para fazer a demonstração de uma empresa de energia elétrica de Goiás que foi privatizada, vários deputados de Goiás, deputados estaduais de um espectro político de centro-direita. Eles vieram aqui fazer defesa contrária à privatização da empresa de energia elétrica que ocorreu lá, porque, depois que ocorreu essa privatização, os preços da energia elétrica dispararam, e não foram feitos novos investimentos. Eles vieram para falar sobre isso, dar o exemplo para a gente. E por que nós chamamos essa audiência pública naquele momento? Porque era a principal atividade política, a principal proposta política do governo Zema, já em 2019.

Também não precisamos ir muito longe, é só nos lembrar também do Amapá, cuja empresa de energia elétrica é uma empresa privatizada. Quantos apagões, por quantos dias, aquela população do Amapá, principalmente na região de Macapá, sofreu? Então nós fazemos a defesa da Cemig, da Companhia Energética de Minas Gerais, que é uma empresa essencial, que também não pode ser privatizada. Por falar em Cemig, nós vamos fazer uma audiência pública aqui, no dia 14, numa quinta-feira, com os trabalhadores da Cemig, porque, deputado Cleiton, a Cemig pagou a PLR para parte dos trabalhadores, principalmente localizados no Sul de Minas Gerais – sindicato do Sul de Minas. Mas, como não havia fechado acordo ainda com o Sindieletrô aqui, da região central, nem com o Sindieletrô da região de Juiz de Fora, esses trabalhadores ficaram sem a PLR devida do ano passado, e a direção da Cemig não quer negociar. Então nós vamos fazer essa discussão. Mas, fechando um parêntese, essa política de privatizações, que inclui a Copasa, a Cemig, a Codemig, enfim, está tudo incluído no Regime de Recuperação Fiscal. E é por isso que estamos nos colocando contrários a esse processo, em que pese que a Justiça determinou, garantiu ao Estado de Minas Gerais a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal sem precisar passar pela Assembleia Legislativa, sem a autorização. Mas existem diversas outras leis que ainda terão que passar.

Então nós vamos ter um bom embate aqui no segundo semestre. Tenho certeza de que o bloco fará objeção de forma tranquila, explicando para a sociedade todos os problemas que a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal traz para a população mineira, como está acontecendo no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, que estão tendo que fazer um novo alinhamento, ou seja, um realinhamento sobre o Regime de Recuperação Fiscal que fizeram nesses estados.

Então, Sr. Presidente, eu queria lembrar que, dentro desse processo de privatização, há sempre um processo inicial de difamação das empresas, um processo de desmonte das empresas por fora, para que a população não seja bem atendida, a fim de, depois, conseguir privatizar. Essa, na verdade, é a fórmula que existe há muitos e muitos anos. E, além de toda essa polêmica, lembrando, o governo de Minas pretende ainda, para a próxima semana, que nós votemos aqui a isenção fiscal para as locadoras. Só lembrando, mais uma vez, além desses benefícios de não pagar 4% de IPVA, mas, sim, 1% e desse projeto de lei que isenta o pagamento de 4%, que terminou agora, as empresas locadoras de automóveis também compram os seus automóveis por um preço muito abaixo do mercado e, depois, de alguns anos, de dois anos, revendem pelo preço do mercado. Então é uma grande vantagem que elas absorvem. Talvez só não seja melhor do que os bancos, mas elas têm grandes vantagens.

Obrigado, Sr. Presidente. Encaminhamos o voto contrário a essa matéria.

O presidente – Obrigado, deputado Betão. Solicito ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Antonio Carlos Arantes) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 61 deputados. Portanto, há quórum para votação. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 49 deputados. Votaram “não” 14 deputados. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 767/2023. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alê Portela (PL)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Douglas Melo (PSD)

Doutor Paulo (PATRIOTA)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PSC)

Enes Cândido (PP)

Fábio Avelar (AVANTE)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)  
Gustavo Valadares (PMN)  
Ione Pinheiro (UNIÃO)  
João Magalhães (MDB)  
João Vítor Xavier (CIDADANIA)  
Leandro Genaro (PSD)  
Lud Falcão (PODE)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Mário Henrique Caixa (PV)  
Marli Ribeiro (PSC)  
Nayara Rocha (PP)  
Neilando Pimenta (PSB)  
Noraldino Júnior (PSC)  
Oscar Teixeira (PP)  
Rafael Martins (PSD)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Roberto Andrade (PATRIOTA)  
Rodrigo Lopes (UNIÃO)  
Thiago Cota (PDT)  
Tito Torres (PSD)  
Vitório Júnior (PP)  
Zé Guilherme (PP)  
Zé Laviola (NOVO)  
– Registraram “não”:  
Ana Paula Siqueira (REDE)  
Andréia de Jesus (PT)  
Beatriz Cerqueira (PT)  
Bella Gonçalves (PSOL)  
Betão (PT)  
Celinho Sintrocel (PCdoB)  
Cristiano Silveira (PT)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Macaé Evaristo (PT)  
Marquinho Lemos (PT)  
Professor Cleiton (PV)

Ricardo Campos (PT)

Sargento Rodrigues (PL)

Ulysses Gomes (PT)

– Registraram “branco”:

Elismar Prado (PROS)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 12/2023, da Mesa da Assembleia, que altera as Resoluções nºs 3.800, de 30/11/1985, que contém a estrutura orgânica da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e 5.339, de 20/12/2010, que dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembleia Legislativa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação. Em discussão, o projeto. Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Mauro Tramonte. Portanto, votaram “sim” 62 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Mesa da Assembleia.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alê Portela (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)  
Douglas Melo (PSD)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Doutor Paulo (PATRIOTA)  
Dr. Maurício (NOVO)  
Duarte Bechir (PSD)  
Eduardo Azevedo (PSC)  
Enes Cândido (PP)  
Fábio Avelar (AVANTE)  
Gil Pereira (PSD)  
Grego da Fundação (PMN)  
Gustavo Valadares (PMN)  
Ione Pinheiro (UNIÃO)  
João Magalhães (MDB)  
João Vítor Xavier (CIDADANIA)  
Lucas Lasmar (REDE)  
Lud Falcão (PODE)  
Macaé Evaristo (PT)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Mário Henrique Caixa (PV)  
Marli Ribeiro (PSC)  
Marquinho Lemos (PT)  
Mauro Tramonte (REPUBLICANOS)  
Nayara Rocha (PP)  
Neilando Pimenta (PSB)  
Noraldino Júnior (PSC)  
Oscar Teixeira (PP)  
Professor Cleiton (PV)  
Rafael Martins (PSD)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Ricardo Campos (PT)  
Roberto Andrade (PATRIOTA)  
Rodrigo Lopes (UNIÃO)  
Sargento Rodrigues (PL)  
Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

### **Suspensão da Reunião**

O presidente – A presidência suspende a reunião por 2 minutos para que se ultime a redação de pareceres de redação final

### **Reabertura da Reunião**

O presidente – Estão reabertos os trabalhos.

### **3ª Fase**

O presidente – Esgotada a matéria destinada à 2ª Fase, a presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres de redação final.

### **Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final**

– A seguir, é submetido a discussão e votação e aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 767/2023 (À sanção.).

### **Questão de Ordem**

O deputado Cristiano Silveira – Eu gostaria que registrassem os votos contrários na redação final dos membros do Bloco Democracia e Luta.

O presidente – Estão registrados os votos dos deputados do bloco e mais do deputado Sargento Rodrigues, contrários ao Parecer de Redação Final do Projeto nº 767/2023.

### **Declarações de Voto**

O deputado Bruno Engler – Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a V. Exa., boa tarde aos colegas, inclusive os colegas do PT que estão indo embora. Sr. Presidente, eu gostaria de dizer aqui que, quando o Lula ameaçou o governador Romeu Zema, dizendo que ele iria se arrepender de não tê-lo apoiado, eu acho que, de fato, ele não estava brincando, porque eu acho que o PT precisa alinhar o discurso aqui da Assembleia Legislativa com o governo federal. Como é que um partido que vem aqui, diz que o PAF é a pior coisa do mundo, obstrui o PAF, faz a gente perder o prazo de votação e vota contra o PAF? Depois vem ao governo de Minas cobrar os R\$16.000.000.000,00. Ora, se é um projeto que não gera prejuízo para o Estado, então não vamos fazer a cobrança! Vamos bater um gancho lá para o Sr. Fernando Haddad e falar assim: “Companheiro Haddad, não cobra os R\$16.000.000.000,00, não, porque a gente não quer votar o PAF, porque a gente é contra o PAF!”. Agora, de fato, o PT quer destruir Minas Gerais porque de um lado, aqui na Assembleia, é obstrução, é causar a perda de prazo, é um voto contra; e do outro lado é o Sr. Barriga virando para o Zema e falando “Pague o aluguel”, mandando a fatura de R\$16.000.000.000,00 para o nosso estado. Isso é, sim, oposição do quanto pior, melhor. É gente que quer destruir as finanças de Minas Gerais para punir o governador por não ter apoiado o seu candidato à presidente. Isso é uma vergonha para com o nosso estado e para com o povo mineiro. Vamos ter um pouquinho de coerência: ou o partido é contra o PAF ou o partido cobra R\$16.000.000.000,00 aqui de Minas.

O deputado Coronel Sandro – Sr. Presidente, Srs. Deputados, em respeito aos professores que aqui estavam e aos profissionais da segurança pública, nós não fizemos nenhuma ação que pudesse caracterizar obstrução, como fez a oposição irresponsável desta Casa, principalmente fazendo com que pessoas que viajaram muitos quilômetros ficassem aqui horas e horas



ouvindo as mentiras que foram faladas aqui. A principal mentira foi a de que era o governo que não queria votar o piso salarial dos professores, um projeto que o próprio governo mandou para esta Casa. Eu acho que essa turma da oposição acostumou a ouvir e a falar tanta mentira que acaba acreditando no negócio, o que é um absurdo. Aí o deputado Bruno Engler veio aqui... Eu me lembro – viu, deputado? – da ameaça que o Lula fez ao governador Romeu Zema, em razão de o governador não o estar apoiando e estar apoiando Bolsonaro. Pelo trabalho realizado pela esquerda aqui, atrasando a votação do salário dos professores, do piso salarial, a gente vê que realmente não era mentira, não. O governo federal está vindo com tudo para cima de Minas Gerais para destruir este estado e está usando a sua massa de manobra aqui, que são os seus deputados que, quando não estão no poder, ameaçam destruir o governo. Quando estão no governo, aí eles destroem tudo que passa pela frente. É uma manada de gafanhoto essa turma. Então, eu faço aqui, hoje, esta minha manifestação para dizer o seguinte: a Justiça já autorizou Minas Gerais a se inserir no Regime de Recuperação Fiscal. O PAF que nós votamos aqui, hoje, é para evitar uma cobrança de recursos incalculáveis, algo em torno de R\$16.000.000.000,00. O Estado está tendo dificuldade para cumprir alguns compromissos, imaginem tendo que retirar do caixa R\$16.000.000.000,00. Se isso acontecer, saibam que tem digital, tem assinatura: é a esquerda capitaneada pelo PT, nesta Casa, que quer destruir o Estado de Minas Gerais. Mas mentira não sobrevive. Nós estamos aqui para impedir que isso aconteça. Não vai passar nenhuma versão de oposição que quer ser governo. Quer ser governo, vá ganhar a eleição. Perderam feio a última. Ganhe a eleição, e aí pode apresentar proposta de governo para Minas Gerais. Espero que não seja igual a do Fernando Pimentel, para destruir o Estado, igual ele fez. Mas, agora, quem governa este estado é o Romeu Zema, que tem uma base aqui para apoiá-lo. Há decisões que – infelizmente essa turma da esquerda não sabe – nós tomamos aqui que são decisões de Estado, e não de governo, não importa qual governo seja. Hoje foi tomada uma decisão aqui nesse sentido. É de Estado, é para proteger os mineiros atualmente e no futuro, porque o Estado tem uma dívida absurda de R\$160.000.000.000,00. Desses R\$160.000.000.000,00, R\$16.000.000.000,00 iriam para o ralo. Talvez ainda vão, porque perdemos o prazo para aprovar esse dispositivo legal. Encerrando, Sr. Presidente, parabéns aos deputados que hoje reconheceram o valor dos professores e aprovaram o projeto do governador Romeu Zema. Infelizmente, lamento que nós não tenhamos tido força para aprovar a emenda da segurança pública, cujos profissionais merecem tanto quanto os outros profissionais que trabalham para o Estado de Minas Gerais. Fico muito triste com isso. Alegre pelos professores, triste porque a segurança pública hoje foi desprestigiada pela Assembleia Legislativa. Lamento! Também me sinto realizado em parte, porque decisões que dizem respeito ao futuro de Minas Gerais foram tomadas aqui sem que se olhasse qual governo está fazendo, porque isso é importante, é decisão de Estado. Então, por isso, nesse aspecto, os deputados estão de parabéns, menos aqueles da oposição que votaram contra. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Eduardo Azevedo – Eu não pedi para encaminhar para não delongar mais e obstruir mais a pauta, mas a turma da esquerda, a turma do PT, do partido das trevas, o partido da destruição chegou aqui e falou do Mickey, do Pateta, do Tio Patinhas, mas, em hora nenhuma, eles falaram a verdade. A verdade é que, desde a semana passada, eles já estavam faltando com respeito com o servidor, porque os servidores da MinasCaixa saíram daqui, na última semana, quase às 22 horas, justamente por causa dessa obstrução cega e desnecessária. Só chegavam aqui para poder contar historinhas, para poder ficar enchendo linguiça e fazer com que esta Casa, que é uma Casa séria, perdesse o seu tempo. O interessante é que eles não voltam atrás no passado, ao tempo em que o Fernando Pimentel destruiu o Estado, arrombou os cofres públicos, atrasou o salário dos servidores. E agora o projeto, que é o projeto do PAF, que não é um projeto nem de base nem de oposição, mas um projeto do Estado, eles tiveram a coragem de obstruir a ponto de tentar fazer com que o projeto fosse até rejeitado. Chegam aí, vêm à tribuna, batem no governador, falam que se precisa de infraestrutura, falam que está precisando de recapear rodovia, mas, na hora em que o dinheiro está aqui, eles querem deixar que o dinheiro volte para a União? Às vezes também pode ser isso. Voltar para a União para fazer o quê? Para financiar gasoduto na Argentina, para financiar obra em Cuba, porque é isto o que o PT faz: tirar o dinheiro do povo para poder colocar em países comunistas e socialistas. É impressionante a hipocrisia, a mentira e a falta de respeito com o servidor público. E depois ainda vêm aqui bater no peito e falar o seguinte: “Que o projeto do reajuste dos profissionais da educação é iniciativa deles”. Esperem aí, gente!

Esperem aí! Esperem aí! Esperem aí e esperem aí! Calma, gente! Vamos falar a verdade: o projeto é de iniciativa do governador Romeu Zema; o projeto é do Executivo; e nós votamos favoravelmente ao projeto. Então o projeto não foi fruto de obstrução; foi iniciativa do governo. O governo também mandou o PAF, e o PAF precisa ser aprovado, porque a gente está falando da cifra de R\$16.000.000.000,00, PT! Vocês estão achando que dinheiro cai de árvore ou que dinheiro cai do céu? É chegar aqui com as falácias que vocês falam, jogando para a galera, fazendo falsas narrativas e dizendo que isso é para poder iniciar o Regime de Recuperação Fiscal? Nada a ver. O Regime de Recuperação Fiscal vai chegar aqui ainda e vai ser discutido. Para com isso, gente! Para de ficar fazendo hora com a cara do povo e de ficar fazendo hora com a cara dos deputados! Todo o mundo já sabia se ia votar “sim” ou “não”. O Plenário é soberano. Tenham peito para chegar aqui, votar e não ficar obstruindo e jogando para a galera. Então eu votei, sim, a favor do PAF, porque eu entendo que o Estado não poderia perder R\$16.000.000.000,00. É aquilo que foi falado aqui, anteriormente: é oposição, que não é oposição por oposição, mas oposição do quanto pior melhor. Então, gente, mais uma vez, estamos aí desmascarando as narrativas. O interessante é que, em gestões passadas, o governo do PT votava sempre a favor do Regime de Recuperação Fiscal, mas, agora, só porque é do governo Zema, eles querem votar contra, querem obstruir, querem jogar para a galera, querem fazer hora com a cara das pessoas, e o pior de tudo: desrespeitar o servidor. Falam que têm respeito com o servidor, mas várias e várias pessoas viajaram de longe para estar aqui. Na semana passada, os servidores da MinasCaixa saíram daqui quase às 22 horas, e sabem por quê? Por causa dessa balela, dessa conversa fiada que vocês fizeram da tribuna para poder enrolar e para poder tentar obstruir, mas, hoje, o projeto foi aprovado. Parabênho todos os deputados que votaram favoravelmente ao projeto, porque votaram conscientes com o Estado. O Estado não poderia perder a cifra de R\$16.000.000.000,00 para um governo corrupto, que não tem sequer zelo algum com o dinheiro que chega lá. Aliás, quando o dinheiro chega lá, sabe o que ele faz? Ele vai jogar para a galera; vai financiar gasoduto na Argentina; vai financiar obra em Cuba, enfim, obras em países socialistas. Então, parabéns aos deputados que votaram favoráveis, porque Minas Gerais não podia perder esse recurso.

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Charles Santos.

O deputado Charles Santos – Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde aos colegas! Eu gostaria, Sr. Presidente, de aproveitar esta oportunidade para registrar voto de congratulação pelos 46 anos da Igreja Universal do Reino de Deus, a serem comemorados no próximo dia 9 de julho. A Igreja Universal do Reino de Deus foi fundada em 9/7/1977 e, nesses 46 anos de atividade, chegou a 140 países e tem levado fé e esperança a milhões e milhões de pessoas. São 46 anos também de dedicação àquelas pessoas que mais sofrem, que mais precisam. O trabalho da Universal tem chegado desde os presídios até os familiares também das pessoas reclusas; o trabalho da Universal tem chegado a asilos, tem chegado a pessoas em situação de rua; o trabalho da Universal tem sido feito amplamente, com distribuição de cestas básicas – são milhares e milhares de cestas básicas distribuídas anualmente; é um trabalho de restauração de vidas de pessoas que hoje têm a sua família restaurada, têm um casamento, vivem em família, sabem o que é família, mas que outrora eram escravizadas pelas drogas. A Universal tem dedicado tempo e atenção, por meio de milhares de voluntários, a essas pessoas aflitas. Então eu faço questão de aproveitar este espaço aqui para parabenizar, cumprimentar todos os obreiros, os pastores, os bispos, as lideranças da Igreja Universal do Reino de Deus, que completa, neste dia 9 de Julho, 46 anos de dedicação à vida do ser humano, dentre os quais este que fala aqui e que um dia chegou à igreja com depressão, pensando em morrer. Era ainda um menino de 11 anos que pensava em morrer, mas, graças a Deus e graças a pessoas que ali me acolheram... Falo isso com muita alegria, falo isso com muito orgulho porque ali fui acolhido. Então receba aqui, Universal, o meu abraço, o meu reconhecimento e o reconhecimento desta Casa também que, em outros anos, abriu as portas para cumprimentá-la e para parabenizá-la. Quero aproveitar também para cumprimentar os profissionais da educação que, nesta tarde, neste dia, foram também atendidos. Votei “sim”, votei favoravelmente a este benefício que, com certeza, é merecido pelos servidores da educação do Estado de Minas Gerais; professores que se dedicam, que se entregam para os nossos alunos, para aqueles que estão em busca, porque não há quem tenha uma profissão que não passe pelas escolas. Então é merecido que o servidor da educação tenha, sim, as melhores condições. Votei “sim”, parabênho

e cumprimento também todos os deputados que acompanharam esta pauta tão importante na tarde, ou melhor, no dia de hoje, aqui, na Assembleia de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

### **Questão de Ordem**

O deputado Adriano Alvarenga – Obrigado, presidente. Venho a esta tribuna pedir 1 minuto de silêncio, com muito pesar, pela morte do Sr. Antônio Bartolomeu, que fez uma linda história não só em Ponte Nova como também em todo o Vale do Piranga e por toda a nossa Minas Gerais. Ele foi três vezes prefeito da nossa querida Ponte Nova, presidente da Amapi e pautou sua vida toda na fé, na humildade, na caridade. Foi sócio fundador da empresa Bartofil, uma das empresas mais importantes do nosso Brasil. E aqui venho, com muito pesar, mas com muita gratidão ao Sr. Antônio Bartolomeu, porque, desde pequeno, sigo sua vida. Sempre fui muito fã da pessoa dele, sempre pensando no próximo. Ele mostrou que podemos fazer pelo próximo, de coração aberto, com boa vontade. Sr. Antônio, o senhor partiu, mas deixou aqui, na nossa Minas Gerais, um grande legado para todos nós, para a família Bartofil, enfim para todos que o conheceram. Gratidão, gratidão, gratidão! Tenho a certeza de que o senhor está do lado do Pai Celestial pela linda e brilhante história de vida. Foram 96 anos muito bem vividos ao lado de sua família, ao lado do povo, sempre honrando os seus compromissos. Deus o abençoe! Aproveito para desejar os meus sinceros sentimentos a toda a família Bartolomeu, a toda a família Bartofil da empresa Bartofil. Falo família porque eles são uma verdadeira família, são pessoas comprometidas, muito honradas e muito honestas. Deus os abençoe! Um forte abraço e contem sempre conosco.

### **Homenagem Póstuma**

O presidente – É regimental. Solicito 1 minuto de silêncio.

– Procede-se à homenagem póstuma.

### **Encerramento**

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de logo mais, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a especial de hoje, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 7/6/2023**

Às 14h21min, comparecem à reunião as deputadas Delegada Sheila, Chiara Biondini e Lohanna (substituindo o deputado Luizinho, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Delegada Sheila, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.619 e 3.013/2021 e 3.549/2022. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 2.572/2023, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos negativos das drogas na sociedade. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2023.

Leandro Genaro, presidente.

**ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 4/7/2023**

Às 16h6min, comparecem à reunião a deputada Macaé Evaristo e os deputados Professor Cleiton e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 22/6/2023: quatro ofícios da Sra. Renata Maria Renault dos Santos e um ofício do Sr. Gustavo Mendicino de Oliveira, da Empresa Mineira de Comunicação. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É distribuído em avulso o parecer do relator, deputado Professor Cleiton, sobre o Projeto de Lei nº 2.976/2021, que conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.881/2023, do deputado Professor Cleiton e da deputada Leninha, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações consubstanciadas em projeto sobre revisão de metas a serem cumpridas para recebimento de valor de ajuda de custo para os servidores do Arquivo Público Estadual, uma vez que seus servidores estão, em sua maioria, fora de suas funções, com vencimentos desatualizados, com pouca estrutura e realizando eventos culturais junto ao público, nas quais se especifique se existe planejamento da Secretaria de Cultura para intervir com vistas a prover melhorias estruturais nos prédios do arquivo público, incluindo investimentos em bens permanentes que possibilitem melhor segurança ao servidor, ao equipamento do Estado e ao público visitante, atentando-se ao bem-estar e à segurança dos servidores que ali se encontram; se existe algum procedimento aberto na secretaria para apurar intervenções potencialmente assediadoras, vexatórias e abusivas quanto aos servidores públicos efetivos do Arquivo Público Municipal, como ameaças, assédio sexual e moral, desvios de função, obrigatoriedade de assinatura de termos de renúncia de direito; se existe algum programa para prevenir tais atitudes no ambiente de trabalho; se houve abertura de sindicância para apurar tais denúncias e que procedimentos vêm sendo adotados; se o programa Transforma Minas vem sendo aplicado na escolha das vagas de chefia de atuação na Secretaria de Estado de Cultura e Turismo; e se existe disparidade de horários de trabalho entre os servidores lotados na Cidade Administrativa e os lotados nos equipamentos culturais localizados na Região Centro-Sul de Belo Horizonte e por qual motivo;

nº 2.882/2023, do deputado Professor Cleiton e da deputada Leninha, em que requerem seja encaminhado ao Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para envio de projeto de lei relativo à revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais e dos subsídios e proventos dos membros da Secretaria de Estado e Cultura e Turismo de Minas Gerais, especialmente quanto as carreiras de auxiliar, técnico e gestor de cultura, referente aos períodos pertinentes; e seja enviada proposta de revisão de enquadramento funcional e equiparação de carreiras, com outras equivalentes no Poder Executivo, dos servidores auxiliares, técnicos e gestores da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, bem como solicitação de revisão do texto da Resolução Seplag nº35/2023 em favor do saneamento de erros e equívocos legais e procedimentais verificados;

nº 2.883/2023, da deputada Leninha e do deputado Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências com vistas ao envio de projeto sobre revisão de metas a serem cumpridas para recebimento de valor de ajuda de custo para os servidores do Arquivo Público Estadual, uma vez que estão, em sua maioria, fora de suas funções, com vencimentos desatualizados, pouca estrutura e realizando eventos culturais junto ao público; e seja o referido projeto elaborado com a participação dos servidores e das servidoras do referido arquivo;

nº 2.884/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Rufo Herrera, bandoneonista, compositor e concertista, por sua importante contribuição no cenário cultural mineiro;

nº 2.892/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-MG –, ao Conselho Regional de Contabilidade em Belo Horizonte e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais pedido de providências com vistas a que seja dado apoio e se capacitem os municípios para que realizem os procedimentos necessários para recebimento dos recursos da Lei Paulo Gustavo, bem como para que possam cumprir os critérios para a plena execução da referida lei;

nº 2.893/2023, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado à Mesa da Assembleia pedido de providências com vistas à promoção de evento institucional, nos moldes daquele realizado por ocasião da Lei Aldir Blanc 1, para encorajar os municípios e capacitá-los para a realização dos procedimentos necessários ao recebimento de recursos da Lei Paulo Gustavo;

nº 2.894/2023, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado à Mesa de Assembleia pedido de providências para que a TV Assembleia produza reportagens sobre a importância de os municípios realizarem os procedimentos necessários ao recebimento de recursos da Lei Paulo Gustavo, dando ampla divulgação a esse tema;

nº 2.906/2023, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Lohanna, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Esporte, Lazer e Juventude para debater a relevância do montanhismo para Minas Gerais e a importância do Projeto de Lei nº 1.465/2020, que dispõe sobre o Programa Estadual de Incentivo ao Montanhismo;

nº 2.944/2023, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Governador Valadares pedido de providências para realização do cadastramento do plano de ação municipal na plataforma TransfereGov, para recebimento dos recursos da Lei Paulo Gustavo, pois se trata de procedimento simples e imprescindível para acessar os mais de dois milhões e duzentos mil reais previstos para a cidade;

nº 3.048/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados pedido de providências com vistas a alteração no texto da Reforma Tributária, especialmente para incluir o setor do turismo no inciso VIII do art. 8º, que contempla as atividades artísticas e culturais com alíquota de impostos reduzida;

nº 3.049/2023, dos deputados Professor Cleiton e Mauro Tramonte e da deputada Macaé Evaristo, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o programa “Descentra Cultura Minas Gerais”, como previsto no Projeto de Lei nº 2.976/2021, em tramitação nesta Casa.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária e para a reunião extraordinária do dia 5/7/2023, às 9h30min, para apreciação do parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.976/2021, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2023.

Professor Cleiton, presidente – Lohanna – Macaé Evaristo.

#### **ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 5/7/2023**

Às 15h50min, comparece à reunião os deputados Zé Guilherme, Rafael Martins, Doorgal Andrada, João Magalhães e Leonídio Bouças, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Sargento Rodrigues e Gustavo Valadares. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar

proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no Diário Legislativo nas datas mencionadas entre parênteses: do Ministério Público Federal, do Ministério Público de Minas Gerais e da Defensoria Pública de Minas Gerais (um ofício em 24/6/2023); da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (um ofício em 24/6/2023); da Minas Gerais Administração e Serviços S.A. (um ofício em 24/6/2023); do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (uma carta em 22/6/2023); da Superintendência de Rede BH Oeste da Caixa Econômica Federal em Belo Horizonte (um e-mail em 22/6/2023); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (um ofício em 22/6/2023); do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa (um ofício em 8/6/2023); e do Conselho de Administração da Copasa (uma comunicação externa 25/5/2023). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 878/2023 relator (dep. Zé Guilherme). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2023.

Zé Guilherme, presidente – Rafael Martins – Doorgal Andrada – João Magalhães.

#### **ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 5/7/2023**

Às 16h10min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Christiano Xavier e Caporezzo (substituindo o deputado Coronel Sandro, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 344/2023, no 1º turno (Delegado Christiano Xavier), e 526/2023, no 1º turno (Sargento Rodrigues). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.050/2023, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Cel. PM Sandro Heleno Gomes Ferreira, comandante da 15ª Região de Polícia Militar – RPM; Ten.-Cel. PM Marley Christino Navarro Júnior, comandante do 44º Batalhão de Polícia Militar – BPM; Ten.-Cel. PM Wellington da Silva Campos, chefe de Estado Maior da 15ª RPM; Maj. PM José Hilário do Nascimento, comandante do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Teófilo Otoni; 1º-Ten. PM Diogo Santos Marques, comandante da 78ª Companhia Tático Móvel do 44º BPM; 2º-Ten. PM Diógenes Sangi Lomba Almeida, comandante do 2º Pelotão da 48ª Companhia do 44º BPM; 1º-Sgt. PM Vanderci Aparecido Teofilo Elias, agente da 15ª Regional de Proteção e Defesa Civil; 2º-Sgt. PM Paulo Henrique dos Anjos S. Souza, comandante do 5º Grupamento do 2º Pelotão da 48ª Companhia do 44º BPM, em Rubim; 2º-Sgt. PM Warley Pereira dos Santos, integrante do Tático Móvel Bravo, 78ª Companhia Tático Móvel – TM – do 44º BPM; Cb. PM Marcos Aurélio Ferreira Lima, Cb. PM Wosley Lopes Rodrigues, Cb. PM Eduardo Amaral dos Santos, Cb. PM Alexandro Ramos da Silva e Cb. PM Vítor Gondim da Ferreira, integrantes do Tático Móvel Alfa do 44º BPM; e ao Cb. PM Cleriston Tameirão Silva, analista criminal da 15ª RPM pelas ações desenvolvidas na circunscrição da região, através da Operação Nordeste Mineiro Mais Seguro, demonstrando eficácia no cumprimento do plano estratégico e garantindo a segurança e a continuidade dos princípios operacionais da Polícia Militar de Minas Gerais nos 60 municípios que compõem a 15ª Região de Polícia Militar;

nº 3.059/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para ampliar o número de vagas inicialmente previstas para o processo seletivo interno para admissão ao Curso de Habilitação de Oficiais – CHO 2023 –, Edital DRH/CRS nº 8/2022, bem como o aproveitamento dos candidatos aprovados na primeira fase do certame, salientando-se que a ausência de previsão de concurso, somada ao risco iminente da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, impõe a medida ora solicitada;

nº 3.060/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para convocar os 8 candidatos excedentes no concurso CFO BM 2023, uma vez que, além da notória necessidade de efetivo, um dos objetivos da corporação, de acordo com o plano de comando atual, é criar mais 42 frações até o ano de 2026 e, diferente dos editais anteriores, que previam 30 vagas, o edital do concurso em questão trouxe apenas 21 vagas, número incompatível com um concurso que exige uma logística extremamente complexa e um alto custo para ser realizado, tanto por parte dos candidatos como pelo Estado;

nº 3.061/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para receber a prestação de informações sobre a gestão da Polícia Militar de Minas Gerais e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, considerando o período de 1º de janeiro a 31 de maio de 2023;

nº 3.108/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e ao Comitê de Orçamentos e Finanças – Cofin – pedido de providências para, em atenção ao Ofício Seplag/Siaple nº 59/2023, sejam convocados, de fato, todos os excedentes do concurso público da Polícia Penal de Minas Gerais, regido pelo Edital Sejusp 2/2021, o que significa convocar os 2.052 candidatos também aprovados na 5ª etapa do certame e que aguardam a realização do Curso de Formação Técnico-Profissional – CFT –, salientando-se que a formação de uma terceira turma contemplando 3.505 profissionais faz com que apenas 1.008 candidatos não concorram à última etapa do concurso; e seja encaminhado ao referido órgão o ofício anexado ao requerimento.

nº 3.109/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e ao Comitê de Orçamentos e Finanças – Cofin – pedido de providências para que seja definido e divulgado o calendário escolar completo do Curso de Formação Técnico-Profissional previsto no âmbito do concurso público para provimento do cargo da carreira de agente de segurança penitenciário/policial penal, regido pelo Edital Sejusp nº 2, de 17 agosto de 2021, inclusive com a data de publicação e homologação do resultado final, bem como de nomeação e posse dos candidatos aprovados dos Grupamentos 1 e 2.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de julho 2023.

Sargento Rodrigues, presidente.

#### **ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 6/7/2023**

Às 11h2min, comparecem à reunião os deputados Doorgal Andrada, Enes Cândido, Zé Guilherme e Zé Laviola, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doorgal Andrada, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Logo após, o presidente suspende os trabalhos por tempo indeterminado. Às 12h53min, comparecem à reunião os deputados Doorgal Andrada, Tito Torres e Zé Laviola, membros da supracitada comissão. Estão

presentes, também, os deputados Betinho Pinto Coelho e Ulysses Gomes. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 822/2023 (relator: deputado Doorgal Andrada). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 5.376/2018, 1.111/2019, 2.203/2020, 3.071/2021, 3.775, 3.791, 3.817, 3.833, 3.909 e 3.962/2022 e 210, 259, 294 e 362/2023 (relator: deputado Doorgal Andrada). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2023.

Tito Torres, presidente – Enes Cândido – Zé Guilherme – Zé Laviola.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e os deputados Gustavo Santana e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/7/2023, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, a criação do Parque Nacional da Serra do Curral e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2023.

Tito Torres, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Coronel Sandro, Cristiano Silveira e Eduardo Azevedo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/7/2023, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, receber a prestação de informações sobre a gestão da Polícia Militar de Minas Gerais e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, considerando-se o período de 1º de janeiro a 31 de maio de 2023.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Lohanna e Macacé Evaristo e os deputados Bosco e Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/7/2023, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o programa Descentra Cultura Minas Gerais, como previsto no Projeto de Lei nº 2.976/2021, em tramitação nesta Casa.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2023.



Professor Cleiton, presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Macaé Evaristo e Lohanna e os deputados Coronel Sandro e Professor Wendel Mesquita, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/7/2023, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o fortalecimento e a expansão do ensino superior nos Vales do Aço e do Rio Doce, como política de reparação pelo rompimento da Barragem de Fundão, da Samarco (Vale-BHP), em Mariana.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 602/2023

#### Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

##### Relatório

De autoria da deputada Nayara Rocha, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Cultura, Esporte e Lazer Pace3, com sede no Município de Ipatinga.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte Lazer e Juventude. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

##### Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação de Cultura, Esporte e Lazer Pace3, com sede no Município de Ipatinga, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão do esporte e lazer.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca promover saúde e lazer através de atividades culturais e esportivas, a fim de estimular o desenvolvimento social nos diversos segmentos da sociedade.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido para a democratização da prática do lazer esportivo no município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

##### Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 602/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2023.

Oscar Teixeira, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 657/2023****Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência****Relatório**

De autoria do deputado Cristiano Silveira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Alana em Defesa das Pessoas com Deficiência de Brasília de Minas e às suas Famílias – Alana –, com sede no Município de Brasília de Minas.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação Alana em Defesa das Pessoas com Deficiência de Brasília de Minas e às suas Famílias – Alana –, com sede no Município de Brasília de Minas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca atender pessoas com deficiência, promovendo sua reabilitação para integrá-las à sociedade, promover ações que contribuam para assegurar a essas pessoas o pleno exercício de seus direitos básicos e ofertar serviço de acolhimento institucional, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social – Suas.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Alana em Defesa das Pessoas com Deficiência de Brasília de Minas e às suas Famílias – Alana –, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

**Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 657/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2023.

Grego da Fundação, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 782/2023****Comissão de Esporte, Lazer e Juventude****Relatório**

De autoria da deputada Nayara Rocha, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Esportiva Real Juventude, com sede no Município de Vespasiano.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte Lazer e Juventude. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Esportiva Real Juventude, com sede no Município de Vespasiano, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão do futebol.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade tem a finalidade de proporcionar a difusão de atividades sociais, culturais e desportivas, especialmente o futebol masculino e feminino, podendo ainda competir em outras as modalidades esportivas amadoras

Tendo em vista o trabalho desenvolvido para a democratização da prática esportiva no município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 782/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2023.

Oscar Teixeira, relator.



### **COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE**

#### **COMUNICAÇÕES**

– O presidente despachou, em 6/7/2023, as seguintes comunicações:

Do deputado Lucas Lasmar em que notifica o falecimento de Tarcísio Fernandes Moreira, ocorrido em 30/6/2023, em Desterro do Melo. (– Ciente. Oficie-se.)

Do deputado Lucas Lasmar em que notifica o falecimento de Maurício Magalhães, ocorrido em 4/7/2023, em Curvelo. (– Ciente. Oficie-se.)

Do deputado Lucas Lasmar em que notifica o falecimento de Valéria Pereira Gomes, ocorrido em 1º/7/2023, em Belo Horizonte. (– Ciente. Oficie-se.)



### **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

#### **ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 4/7/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando João Batista Ferreira Júnior, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Bloco Avança Minas;

nomeando Priscila Caroline Brandão Santos, padrão VL-17, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes;

nomeando Wilson Elias Chaves, padrão VL-35, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marli Ribeiro.

### TERMO DE CONTRATO Nº 54/2023

**Número no Siad: 9389464**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Bernardo Brandão de Oliveira. Objeto: serviços técnicos de manutenção e afinação de piano de cauda Yamaha G3 ¼. Vigência: 12 meses, a contar da data de assinatura. Licitação: dispensável, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 1993, art. 24, II. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).



## ERRATAS

### ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/4/2023

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 18/4/2023, na pág. 144, onde se lê:

“A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário.”, leia-se:

“A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência comunica que tornou se efeito a aprovação do Requerimento de Comissão nº 1005/2023 por ser idêntico ao Requerimento de Comissão nº 479/2023, previamente aprovado pela Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário.”.

### PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.926/2022

#### Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/7/2023, na pág. 42, no fecho, onde se lê:

“7 de julho de 2023”, leia-se:

“6 de julho de 2023”.

### PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 176/2023

#### Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 7/7/2023, na pág. 61, no fecho, onde se lê:

“7 de julho de 2023”, leia-se:

“6 de julho de 2023”.